DINÂMICA TERRITORIAL NA (S) FRONTEIRA (S):

Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai

Carlos Alberto Ferrari

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, com vistas à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª. Márcia Y. Mizusaki

DOURADOS (MS)
2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Márcia Yukari Mizusaki
Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dr. João Edmison Fabrini
2º Examinador

Prof. Dr. Luiz Carlos Batista
3º Examinador

Dourados
2009

Dedicatória

À Odete, minha esposa, pelas alegrias que temos vivido ao longo de 10 anos. Fernanda e Patrícia, filhas brilhantes e generosas.

Agradecimentos

Agradeço a todos que colaboraram para que esse trabalho se tornasse realidade. Márcia, professora, orientadora e amiga, tantos e-mails, tantas conversas, alguns contratempos ao longo desses dois anos, muito obrigado! Ao Professor João Edmilson Fabrini, amigo e companheiro de todas as horas, ao Professor Luis Carlos Batista pelas sugestões que foram de vital importância para o andamento do trabalho. Aos amigos da Unioeste Ivanildo, Irma, Djoni, Gabriel e Terezinha pelas boas risadas. Aos professores do curso de Geografia da Unioeste João Fabrini, Tarcisio Vanderlinde, Edson Dias, Oscar Fernandez, Marcelo Carvalhal, Edson Belo e José Edézio, pelo apoio desprendido.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho, Ló, Olivo, Amaro, Antonio, João Carlos, Geraldo e Edelberto que seguraram o rojão na minha longa ausência. Aos amigos Alfeu, Emílson, João Scopel, Gilmar, Sérgio, Ademar, Ney, Sueli, Madureira, Paulo Pozza, Afonso, Maria, Paulo Koling, enfim, a todos os companheiros e amigos da Unioeste.

Agradeço a minha carinhosa e gentil mãe Marlene e a filha Fernanda pelas orações nos dias de viagens, ao meu irmão Mário pela inteligência crítica que muito me ajudou no transcorrer de minha vida acadêmica. A minha querida esposa Odete, pela compreensão e apoio incondicional tanto nos momentos de ausência como nos momentos que passei em frente ao computador ou debruçado sobre os livros.

Certamente que eu seria outro sem a companhia noturna de Patrícia minha caçulinha querida, que de tanto esperar eu terminar aquele parágrafo para levá-la para sua cama, adormecia ao meu lado. Ao Paulo pela paciência e camaradagem, por ter feito de seu quarto minha sala de aula, biblioteca e muitas vezes quarto de hotel. Ao primo e companheiro de curso Walter, pela companhia nas intermináveis viagens.

Aos professores do curso da UFGD, Jones, Lisandra, Edvaldo, Márcia, Zezé, Flaviana, Adauto, aos secretários e amigos Kleber e Elaine pela reciprocidade e aos companheiros, Joviano, Zé e Tonhão, pelas caronas até a Universidade, a Amábili, Débora, Júlio e Adriano Arcari pelas animadas conversas, ao Adriano Cabreira, Michelle Scheneider, João Vanderlei, Marcão e Thaine pela amizade e disposição.

A todos os entrevistados durante a pesquisa, principalmente aos irmãos Maraskim por ter me hospedado em sua residência no Paraguai e, com isso ter facilitado as minhas andanças pela região.

A UNIOESTE, por ceder o afastamento remunerado que foi fundamental para a concretização do trabalho. Enfim, a todos os companheiros e amigos feitos nessa caminhada que de alguma forma participaram desse processo, meu muito obrigado.

Epígrafe

“O homem submete ou explora o próprio homem, cuja maioria se converte em bilhões de ferramentas, devidamente comandadas e dominadas para transformar a natureza em recursos que proporcionem a acumulação para uma pequena parcela desses homens”.

Marcos Bernardino de Carvalho.

Sumário.

Sumário. **7**
Lista de Mapas 9
Lista de tabelas. 10
Lista de Gráficos 11
Lista de Figuras 12
Lista de Siglas e Abreviaturas 13
Resumo **15**
Introdução **17**
CAPÍTULO I **28**
1. Região norte do Departamento de Alto Paraná. 28
1.1. Algumas considerações sobre a região norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai 28
1.2 O Processo de povoamento. 36
1.3 O decréscimo da população rural do de Departamento de Alto Paraná. 38
1.4. A construção da Ponte Internacional da Amizade (1962/65) 42
1.5. Caracterização dos distritos que compõem a porção norte do Departamento de Alto Paraná. 45
1.5.1. Distrito de Puerto Presidente Stroessner: atual Ciudad Del Este, Capital do Departamento de Alto Paraná. 45
1.5.2. Distrito de Itakyry 49
1.5.3 – Distrito de Mbaracayú. 53
1.5.4 – Distrito de Hernandarias. 55
1.5.5 – Distrito de Minga Porã. 57
1.5.6 – Distrito de San Alberto. 60
1.5.7. Distrito de Santa Fé Del Paraná. 62
CAPÍTULO II **66**
2. (Des) territorialização e mobilidade na fronteira: a migração Brasil/Paraguai 66
2.1. As migrações. 66

2.2. Os deslocamentos de camponeses para o Paraguai no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu..... 90

CAPÍTULO III 108

3. Tensões e representações na(s) fronteira(s) – a formação da identidade brasiguaia..... 108

3.1. Os brasiguaios. 108

3.2. Conflitos, preconceito e retorno dos brasiguaios. 137

CAPÍTULO IV 152

4. A expansão do agronegócio na região norte do Departamento de Alto Paraná..... 152

4.1. Impactos provocados pela expansão do agronegócio. 152

4.2. Para além da cerca: mobilidade, violência e resistência na fronteira oeste paranaense e leste paraguaio – as vítimas do agronegócio. 171

Considerações Finais..... 184

Referências Bibliograficas:..... 188

Anexos 193

Lista de Mapas

Mapa 1 – Divisao político-administrativa do Paraguai de 1906 a 1945..... 33
Mapa 2 – Departamento de Alto Paraná - 2007 35
Mapa 3 – Distrito de Ciudad Del Este..... 46
Mapa 4 – Distrito de Itakyry..... 49
Mapa 5 – Distrito de Mbaracayú 54
Mapa 6 – Distrito de Hernandarias..... 56
Mapa 7 – Distrito de Minga Porã 58
Mapa 8 – Distrito de San Alberto..... 61
Mapa 9 – Distribuição dos migrantes brasileiros no Paraguai 72
Mapa 10 – Área dos municípios envolvidos pelo Lago de Itaipu (1980). 95
Mapa 11 – Distribuição dos brasiguaios re-imigrados em território brasileiro..... 120
Mapa 12 – A distribuição dos silos e das médias e grandes propriedades de Brasieliros na região norte do Departamento de Alto Paraná..... 127
Mapa 13 – Imagem de satélite do cultivo de soja no Paraguai: destaque para a região norte do Alto Paraná 179

Lista de tabelas.

TABELA 1: Brasil e Paraguai dados gerais. 29
TABELA 2: Área total e comprometida dos municipios da Sub-Região*, afetados pela Represa de Itaipu. (em ha)..... 96

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Crescimento populacional do Alto Paraná (1950/2002) 40
Gráfico 2 – Crescimento demográfico de Ciudad Del Este 48
Gráfico 3 – Crescimento populacional de Itakyry..... 50
Gráfico 4 – Comportamento demográfico de Mbaracayé 55
Gráfico 5 – Comportamento demográfico de Hernandarias..... 57
Gráfico 6 – Comportamento demográfico de Minga Porã 59
Gráfico 7 – Indice demográfico de San Alberto..... 62
Gráfico 8 – Migração na América Latina..... 85
Gráfico 9 – Gráfico do percentual de migrantes no Departamento de Alto Paraná 130

Lista de Figuras

FIGURA 01: Segunda etapa da construção da Ponte da Amizade – 1958.....43
FIGURA – 02: Ponte da Amizade (2008).....44
FIGURA 03: Placa na Ruta Internacional indicando a entrada do distrito de Santa Fé Del Paraná.....63
FIGURA – 04: Brasiguaios no plantio em uma grande propriedade na região de Santa Fé Del Paraná.....64
FIGURA – 05: Ponto de travessia no Lago Internacional de Itaipu.....75
FIGURA – 06: Foto de jornal sobre as expulsões de camponeses por Itaipu.....93
FIGURA – 07: Silo da Cargill no distrito de San Alberto.....132
FIGURA – 08: Moradia de brasiguaio em uma média propriedade no distrito de Minga Porã.....134
FIGURA – 09: Município de Cascavel – PR: brasiguaios na periferia.....149
FIGURA – 10: Silo da Cargill na região norte de Alto Paraná.....160
FIGURA – 11: Camponesa brasiguaia na ordenha. 165
FIGURA – 12: Silo no meio rural na região de Mbaracayú. 167
FIGURA – 13: Colheita de soja em uma grande propriedade na região de Minga Porã. 168
FIGURA – 14: Brasiguaios retornando do Paraguai– região norte de Alto Paraná. 173
FIGURA – 15: Pulverização de veneno em Minga Porã. 177

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADM – Archer Daniel Midland Company.

ALAI – América Latina em Movimento.

APMT – Agência Presbiteriana de Missões Transculturais.

BR – Rodovia Federal.

CEPEDAL – Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná.

CEPRA – Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agrária.

COAMO – Cooperativa Agrícola Mourãoense.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COPAGRIL – Cooperativa Agrícola Rondon Ltda.

COOPERVALE – Cooperativa Agrícola Vale do Piquiri Ltda.

COPECO – Comissão Permanente de Contengências.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

DGEEC – Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censo.

ESG – Escola Superior de Guerra.

EUA – Estados Unidos da América.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

FNC – Fundação Nacional da Cultura.

FSP – Folha de São Paulo.

FTA – Free Trade Agreement.

IBR – Instituto do Bienestar Rural.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

ISSN – International Standard Book Number.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITC – Instituto de Terras e Cartografia.

JD – Junta Departamental.

LAC – Ligas Agrárias Cristianas.

MAGE – Ministerio de Agricultura y Ganadería, estimaciones.

MCNOC – Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas.

MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul.

MCP – Movimiento Campesino Paraguaio.

MRH – Microrregião do Extremo – Oeste do Paraná.

MS – Mato Grosso do Sul.

MST – Movimento dos Sem Terra.

NBI – Necessidades Básicas Insatisfechas.

OGM – Orgamismo Geneticamente Modificado.

OLP – Organización de Lucha por la Tierra.

ONAI – Organización Nacional Aborigen Independiente.

PAC – Alianza Patriótica para El Cambio.

PDC – Partido Democrata Cristiano.

PIB – Produto Interno Bruto.

PY – República do Paraguai.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.

SENEPA – Servicio Nacional de Erradicación del Paludismo.

SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização Agropecuária Japema.

UDR – União Democrática Ruralista.

UIP – União Industrial Paraguaia.

UNA – Univesidad Nacional de Asunción.

UNC – Unión Campesina Nacional.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

US – Dólar (Moeda dos Estados Unidos da América).

DINÂMICA TERRITORIAL NA (S) FRONTEIRA (S):
Um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai

Resumo

A presente dissertação tem como finalidade investigar aspectos das transformações sócio-econômicas, políticas, culturais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio da soja nos distritos que compõem o Norte do *Departamento* de *Alto Paraná,* no Paraguai, em especial, no que diz respeito aos trabalhadores brasileiros que lá vivem, os chamados "brasiguaios".

Com a expansão do modelo agronegócio de produção na fronteira leste paraguaia, principalmente a região norte, o resultado mais significativo foi a expulsão de milhares de camponeses brasiguaios e paraguaios do meio rural. Conseqüentemente, esses camponeses excluídos da terra e dos meios de produção, vêm provocando o alargamento das periferias das cidades fronteiriças de *Ciudad Del Este, San Alberto e Hernandarias* do lado paraguaio e, de Foz do Iguaçu e outras menores do lado brasileiro. Entretanto, os camponeses brasiguaios que ainda resistem em terras guaranis vivem sob constantes ameaças para venderem suas terras a grandes proprietários de terra ou, de terem as propriedades invadidas por campesinos exógenos aos movimentos sociais paraguaios. Contudo, os camponeses brasiguaios que foram expulsos da terra e não conseguiram retornar para o Brasil, são explorados pelas grandes fazendas da soja e, também no meio urbano. Essa exploração se caracteriza principalmente, pela ausência dos direitos trabalhistas.

Palavras-chave: território, fronteira, agronegócio, brasiguaios, migração.

DINÁMICAS TERRITORIALES EN FRONTERA (S):
Un estúdio sobre la expansión de la agroindústria y la explotación de brasiguaios del Norte Departamento de Alto Paraná – Paraguay.

Resumen

El actual disertación tiene como finalidad investigar aspectos de las transformaciones socio-económicas, políticas, culturales y ambientales vinculado con l' extensión de l' agronegócio de la soja en los districtos que componen el Norte del Departamento de Cumbre Paraná, en Paraguay, en special, en qué dice respecto a los trabajadores brasileños que vivo allí, los llamados "brasiguayos". Con la extensión del modelo de la producción del agronegócio en la frontera del este, principalmente la región del norte, el resultado más significativo es la expulsión de millares de campesinos brasiguayos del medio agrícola. En consecuencia, éstos campesinos excluidos de la tierra y de los medios de la producción, venidos provocando el alargamento de las periferias de las ciudades que confinan del Ciudad del Est, San Alberto y Hernadarias del lado paraguayo y, del Estuario del Iguaçu y de otras menores del lado brasileño. Sin embargo, los campesinos brasiguayos que aún resisten en tierras a guaranis viven bajo constantes amenazas para venderen sus tierras a grandes explotaciones agrarias o, d' tener las propiedades invadidas por campesinos exógenos a los movimientos sociales paraguayos. Sin embargo, los campesinos brasiguayos que han sido expulsados de la tierra y n' no consiguieron darse la vuelta para Brasil, se exploran por las grandes explotaciones agrarias de la soja y, por eso en el medio urbano. Esta exploración se caracteriza principalmente, por l' ausencia de los derechos laborales.

Palabras-llave: territorio, frontera, agronegócio, brasiguaios, migración.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apreender questões relacionadas aos camponeses brasiguaios enquanto classe intrínseca ao modo capitalista de produção. É manifesto que a discussão travada sobre o campesinato entre distintas correntes teóricas, é antiga. Existem concepções que teorizam o desaparecimento do campesinato, na medida em que o capitalismo avança, por outro lado, existem concepções que defendem a sua recriação enquanto classe camponesa.

A despeito de tais divergências teóricas, concordamos com Oliveira, quando afirma que o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. *"Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo"*. (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

Tal acepção levou-nos a refletir sobre a questão do desenvolvimento desigual no campo paraguaio, sobre como se transformou a economia paraguaia nos últimos 40 anos. O Paraguai, nas últimas décadas vem apresentando uma enorme desigualdade na distribuição de renda e, no campo, uma crescente concentração fundiária, gerando com isso elevado grau de necessidade da população, principalmente a brasiguaia, que em alguns distritos da região norte como, *Minga Porã* e *San Alberto* perfaz aproximadamente, 80% da população. Conforme os estudos de Moraes (1996).

> As conseqüências da concentração das terras são catastróficas, pois, [...] acarreta não só a existência de uma massa campesina empobrecida, como também o êxodo rural e, em conseqüência dele, o inchamento das cidades que, não tendo como absorver essa mão-de-obra oriunda do campo, produz o violento processo de favelizaçao e de aparecimento do subemprego. (MORAES, 1996, p. 61).

Desse modo, buscaremos demonstrar no presente trabalho, que a produção não-capitalista do capital é o alicerce do agronegócio na região. A entrada do agronegócio, ou seja, do capital monopolista no campo paraguaio, provocou a expropriação e/ou a exploração do campesinato, deixando as famílias camponesas, brasiguaia e paraguaia à mercê dos interesses de reprodução do

capital, visto que a lógica do agronegócio é apropriar-se da renda da terra, por meio da compra ou do arrendamento.

Diante disso, tornam-se evidentes, tanto a característica da reprodução das relações sociais no campo quanto a tensão que esta reprodução desempenha sobre o ideal de modernidade que procede dos centros de decisão. O campo e o campesinato, dentro deste ponto de vista o qual buscamos aqui nos ater, devem ser vistos como contradições inerentes ao desenvolvimento econômico, e não como herança de tempos passados na formação social paraguaia.

Assim sendo, o desafio será a tentativa de destrinchar algumas realidades sobre os camponeses brasiguaios, sobretudo os que ainda permanecem em território paraguaio e que dispõem de pequenas unidades de produção e tem como base a mão-de-obra camponesa. Neste sentido, esta pesquisa tentará explanar que a classe camponesa, aqui representada pelos brasiguaios, é intrínseca ao modo capitalista de produção, fruto das contradições próprias do sistema, ou seja, faz parte do sistema, não necessitando permissão para existir e, nem para se organizar na tentativa de manter sua reprodução. Portanto, o debate é, antes de qualquer coisa, de ordem política, que na medida em que avança no debate colabora para o fortalecimento e reconhecimento desta classe.

Logo, a propriedade camponesa brasiguaia é composta pela terra de trabalho Martins (1980), limitada a exploração ao regime de trabalho da família, portanto, terra de sobrevivência e não ferramenta de acumulação de capital. Entendemos que o camponês brasiguaio, diante da expansão do grande capital, é fruto do desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas no campo, dando forma e conteúdo a esse desenvolvimento. Entretanto, essa questão deve ser considerada e compreendida por meio das relações desenvolvidas entre atores sociais quanto da relação da sociedade com o meio, a partir de manifestações de poder e comando sobre o território.

As relações camponesas de produção, nessa região do Paraguai representada na sua maioria absoluta pelos brasiguaios pequenos agricultores, ficam comprimidas em meio às grandes propriedades da soja, coagidos entre outras coisas, pela dificuldade de inovação e pelo uso intensivo de agrotóxicos usados nas grandes e médias propriedades do agronegócio. Os brasiguaios vendem ou, simplesmente abandonam a propriedade pela coerção dos campesinos exógenos ao que tudo indica, manipulados pelo grande capital fundiário. Muitos trabalhadores, que anteriormente eram proprietários de pequenas unidades camponesas, atualmente se sujeitam

ao assalariamento nas grandes e médias propriedades, é no cerne dessa ação desigual que se desenvolve a exploração. (FERNANDES, 1996). Outros, no entanto, de pequenos proprietários se tornaram médios e até grandes proprietários de terra, porém a porcentagem desses brasiguaios que ascenderam é muito pequena.

> Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrario, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Para este trabalho foi feito um recorte territorial, a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, é neste espaço de fronteira que foi desenvolvido este trabalho que pretende entre outras coisas, avaliar, também o surgimento da identidade brasiguaia, e quais fatores culminaram nesta identidade: a princípio a expulsão de milhares de camponeses migrantes das terras paraguaias e a conseqüente organização desses migrantes quando do retorno para o Brasil em meados da década de 1980 em busca de um pedaço de chão. Porque a terra pertence ao camponês, é ele que realmente trabalha a terra e dela tira o sustento da sua família, pelo acesso a terra ele se mobiliza, se articula, se organiza para poder conseguir a terra de trabalho.

A escolha da região norte do *Departamento de Alto Paraná* deveu-se, primeiramente ao fato de o grande número de migrantes ali residentes procederem dos municípios da região lindeira ao Lago Internacional de Itaipu, no extremo-oeste-paranaense, caracterizando o *Departamento* por uma população formada predominantemente por migrantes brasileiros (cerca de 80%). Outro fator a justificar o nosso recorte territorial de pesquisa foi o fato de tratar-se de uma região que num passado recente, abrigava um grande número de pequenas propriedades camponesas de migrantes brasiguaiois e, atualmente está tomada pelas grandes propriedades da soja que, entre outras coisas, expulsa o camponês brasiguaio. Assim, tal delimitação nos proporcionará o aprofundamento na análise, principalmente com relação a duas questões que consideramos cruciais: a exploração da mão-de-obra brasiguaia pelos grandes proprietários de terra e, conseqüentemente, a exclusão destes trabalhadores pelo modelo do agronegócio de produção.

Neste contexto, tenta-se compreender e questionar o processo de formação dos chamados brasiguaios nos últimos vinte anos, compreendendo, principalmente quem são os brasiguaios a partir da conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Ao mesmo tempo, ao fazermos referência ao Paraguai é impossível não trazer à tona um passado histórico de guerras, dentre as quais se destaca a da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1864 e 1870. Este passado histórico faz com que percebamos, no íntimo, um olhar "desconfiado" dos paraguaios em relação aos migrantes brasileiros (leia-se "brasiguaios").

Posteriormente à guerra, houve um longo período de inconstância econômica e política, com gravíssimas conseqüências para a população campesina, acarretando indiferença e estagnação. Na década de 1950, as possibilidades sócio-econômicas, principalmente na América Latina, e a expansão de um processo de modernização com as novas formas de inclusão e de produção agrícola levaram o Paraguai a uma situação em que os sistemas agrários clássicos foram fortemente desvirtuados.

É exatamente neste período que se inicia o governo de Alfredo Stroessner, prometendo a transformação do país. Todavia, seu governo caracterizou-se por medidas que afetaram intensamente a agricultura tradicional paraguaia. Logo, foi de total responsabilidade do governo Stroessner a decadência da economia paraguaia que foi transformada, sim, pela formação de extensos latifúndios de exploração florestal a cargo, principalmente, do capital de grandes latifundiários brasileiros conhecidos na época por "colonizadores" e, atualmente "brasileiros no Paraguai", arruinando totalmente as condições de vida da população camponesa do país. *Os dados apresentados pelo censo agropecuário, realizado em 1956, demonstraram claramente a concentração da propriedade da terra e a difícil situação dos camponeses.* (MORAES, 1996, p. 59).

Muitas das problemáticas levantadas fazem parte ou estão de alguma forma, ligadas a um universo mais amplo, e com o desenvolvimento de aportes teóricos, e ao aprimoramento do levantamento das fontes, foi possível especificar a relação de tal fato numa escala maior de compreensão, principalmente em torno de configurações sociais e geográficas.

Além disso, este trabalho teve como finalidade levantar questões pertinentes aos brasiguaios excluídos do processo produtivo no Brasil e no Paraguai frente à expansão do

agronegócio da soja. De forma alguma representa o conjunto de suas acuidades, mas mostra sua estreita afinidade.

A base fundamental para essa etapa da elaboração deve-se ao conhecimento que temos da região e, ao mesmo tempo, ao fato de ter nascido e vivido na região da fronteira oeste paranaense, ou seja, ter acompanhado, ainda que na adolescência, a luta dos expropriados de Itaipu e a fuga de milhares de camponeses expulsos da terra e atraídos por propagandas das colonizadoras para essa região do Paraguai. Acompanhamos de perto o início do retorno, quando do imenso acampamento levantado no município sul-matogrosensse de Mundo Novo, enfim, de alguma forma, participamos do processo, primeiramente por ter vários parentes e amigos que viveram todas essas fases do deslocamento até o Paraguai e posterior retorno para o Brasil.

Lembro-me da aflição de meu pai, de meus avós (com a vogal fechada), de meus tios, por terem parentes vivendo nessa região do Paraguai e, também, por terem amigos envolvidos com a desapropriação de Itaipu ou com a brutalidade da polícia paraguaia quando da expulsão do território paraguaio em meados da década de 1980. Junto a essas questões, foram analisadas algumas pesquisas sobre a questão brasiguaia, o que foi de grande valia para as investigações propostas neste estudo.

Uma análise rigorosa sobre a exploração da mão-de-obra brasiguaia, camponesa e urbana, propiciada pela expansão do modelo agronegócio de produção no campo alto-paranaense é imprescindível e, para tanto, é indispensável compreender e diferenciar a categoria dos migrantes.

Os camponeses migrantes brasileiros, os chamados brasiguaios, que vivem no Paraguai ou perambulando pela fronteira, ora no Brasil, ora no Paraguai, são, em sua maioria esmagadora, membros de famílias de pequenos agricultores, alguns rendeiros, ou ainda, posseiros, trabalhadores braçais (peões) de grandes e médias propriedades, madeireiras e estabelecimentos agropecuários, atividades acessórias à reprodução camponesa. Nesse movimento, eles vivem um cotidiano que alterna a condição de estrangeiro com a condição de nacional, trabalhando com os mesmos numa lógica que coloca a reprodução física e social em primeiro lugar.

Haveria, contudo, muito mais a estudar sobre este tema. Poderíamos analisar exaustivamente a situação social dos brasiguaios, aprofundando na análise dos fatores que as determinam, tais como a política migratória e fundiária de ambos os países Brasil e Paraguai, seu peso numérico, sua importância na produção de riquezas, entre outros. Por ora, as condições

financeiras e de ordem temporal não permitiram tais análises, mas os aportes trabalhados nesta pesquisa parecem ser suficientes para dar conta das abordagens propostas.

Diferentemente do que a mídia apresenta com essa nova configuração política paraguaia, os verdadeiros brasiguaios sempre viveram sob ameaças e humilhações no país vizinho, inclusive por seus conterrâneos migrantes de maior poder financeiro.

Assim, as peculiaridades de uma nova situação na fronteira internacional e o possível aumento do espaço de negociação política, bem como do controle das migrações, exigem novas propostas de organização. Espera-se que os brasiguaios sejam incluídos nessas novas propostas, se é que elas realmente surgirão algum dia e, sobretudo, sejam tratados com respeito por sua história de resistência e obstinação, frente ao poderoso agronegócio. Resistência essa que se configura, por exemplo, na desterritorialização e re-territorialização.

O deslocamento de camponeses para território guarani iniciou-se com as políticas de incentivo ao setor energético dos governos ditatoriais do Brasil e do Paraguai na segunda metade do século XX, perpassando pela viabilidade do potencial energético do Rio Paraná. O deslocamento de pessoas, desde então, aumentou gradativamente até meados da década de 1980, com níveis que apontavam a presença brasileira nessa região do Paraguai de aproximadamente 15% de toda a população autóctone.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, assiste-se a um significativo retorno desses camponeses. A estrutura fundiária com suas bases na concentração de terras gera problemas de ordem internacional no lugar onde estão fixados os camponeses brasiguaios. É importante considerar como os camponeses buscam seus meios para se reproduzirem enquanto tais, buscando nessa nova fronteira agrícola, meios alternativos para lidar com interesses comuns e organizar esforços individuais e coletivos e, desse modo, contribuir com a redução das desigualdades.

O *Departamento de Alto Paraná* possui, ao todo, dezenove distritos, sendo que, para esse estudo, foram pesquisados os sete distritos que compõem a região norte do *Departamento*, sendo eles: *Ciudad Del Este* (Capital do Departamento), *Hernandarias, San Alberto, Minga Porã, Itakyry, Mbaracayú e Santa Fé Del Paraná.*

Sobre a questão dos brasiguaios, analisaremos o surgimento dessa identidade, que teve início no município de Mundo Novo, sul do Mato Grosso do Sul, em 1985, a partir do deslocamento de uma massa considerável de camponeses migrantes brasileiros expulsos da terra

em território paraguaio, muitos desses excluídos vindos da região norte do *Departamento de Alto Paraná*.

Esta pesquisa teve início ainda em 2006, para a elaboração da monografia de conclusão de curso. Foram três dias na região, tentando alguma entrevista, registrando imagens por meio de fotografias e conversando informalmente com as pessoas.

Em 2007 foram duas visitas à região, totalizando oito dias. Em 2008 fomos num final de semana à região norte do *Departamento* para um novo contato, tirando fotografias e buscando entrevistas. Nesta região do leste paraguaio, para este trabalho, conseguimos três entrevistas, uma com um brasiguaio peão de um proprietário de terra; uma com o "brasileiro no Paraguai", Lourival Maraskin, dono de uma média propriedade e uma com o paraguaio Daniel Rodríguez Rolón, casado com uma brasileira que, na época da entrevista (2008) se encontrava na *Colônia de San Ramón*, onde possui ainda uma pequena casa que a ela retorna de vez em quando, para, como ele mesmo diz, vai matar as saudades da terra de origem. Esse entrevistado, apesar de ser paraguaio, foi obrigado a vender sua pequena propriedade e se mudar para o Brasil em busca de melhores condições de vida. É importante destacar que na região em questão, é muito difícil conseguir alguma entrevista, mesmo com médios proprietários de terra que não são reconhecidos como brasiguaios. Já com os brasiguaios ainda é mais difícil, as pessoas tem medo de represálias, tanto no campo como na cidade. Também foi feita uma entrevista com João Jackson Morales na casa de seu pai no distrito de Hernandarias.

No Brasil foram oito entrevistas, uma com a senhora Denil, brasileira que viveu 25 anos na *Colônia San Ramón*, na região de *San Alberto.* Outra entrevista com o jovem João Jackson Morales, filho de brasiguaios, desta vez na minha casa na cidade de Marechal Cândido Rondon. Seus pais foram para o Paraguai quando da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Primeiramente viviam na região de *Mbaracayú*, onde possuíam 15 hectares de terra. Seu pai teve que vender a propriedade para um grande produtor e atualmente tem uma pequena propriedade (10 hectares) no distrito de *Hernandarias.* Jackson, como é conhecido, vive em Foz do Iguaçu. Atualmente está cursando turismo na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

No município de Marechal Cândido Rondon entrevistamos o senhor Lindolfo Teleken e a senhora Ivone Teleken, camponeses que tiveram sua propriedade invadida pelas águas de Itaipu. Uma com o senhor Sadi Pavani, que no início da década de 1970 teve que vender sua propriedade sob ameaças de jagunços no município de Santa Helena. Outra entrevista com o

senhor Antoninho Maraskin, que apesar de ter comprado na década de 1980, 45 alqueires de terra na região de *Minga Porã*, posteriormente vendeu a seu irmão e preferiu viver no Brasil, no município de Santa Helena no extremo-oeste-paranaense. A outra entrevista foi com o brasiguaio Paulo dos Santos. Este brasiguaio, juntamente com seu pai, perdeu a pequena propriedade que tinham no distrito de *Itakyry* no início da década de 1990, porque não quiseram vende - lá a um grande proprietário de terra brasileiro conhecido na região e, atualmente trabalha de metalúrgico no municipio de Nova Santa Rosa, no oeste do Paraná.

Também foi feita algumas trocas de e-mail[1] com o Padre Alfredo Gonçalves da Pastoral do Migrante de *Ciudad Del Este* devido a dificuldade de encontrá-lo em sua residência, além de algumas informações obtidas na Igreja católica de Foz do Iguaçu e de um primo que é funcionário do posto de saúde do município, esses conversas que não podem ser consideradas entrevistas, no entanto, foram discutidas questões relacionadas aos brasiguaios. Três entrevistas realizadas, aonde as informações começaram a se repetir, indicando que poderia cessar com as mesmas.

No caso da Geografia, o território não poderia deixar de ser uma categoria geográfica das mais importantes. O território em questão, não deve ser compreendido como algo fechado, demarcado, mas determinado pelos processos históricos que lhes dão identificação, por conseguinte, maleável, aberto, em constante evolução, construção, carregado de lutas, incoerências e conflitos pelos atores sociais que dele fazem parte, empenhados principalmente na possibilidade de alteração e transformação do mesmo. Logo, *"o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas e políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural"*. (HAESBAERT, 2004, p, 79).

Este território, norte do *Departamento de Alto Paraná*, fronteira leste paraguaia, é o território onde os brasiguaios, de alguma forma, travam uma luta desigual frente à expansão do agronegócio, um território profundamente político e econômico de ocupação do espaço por esses atores. Portanto, "o *território é sim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência"* (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

---

[1] Esta entrevista não é reproduzida aqui. A maioria das informações que o Padre Alfredo Gonçalves repassou-me constam das conversas informais, às vezes por telefone e mais freqüente por e-mail, geralmente não gravadas. Por isso fui levado a construir um relato cronológico citando as frases mais significativas.

Dessa forma, as reflexões são oportunas, para uma maior compreensão do processo de transformação onde estão envolvidos os chamados brasiguaios, sujeitos que enfrentaram a fronteira agrícola internacional para amansar as terras ou, simplesmente, ter o seu pedaço de chão para sua reprodução, até que chega o dia em que o capital, sem fronteiras, não necessita mais dos braços da grande maioria dos "amansadores de terra", que são empurrados ao submundo da inclusão precária e, conseqüentemente da miséria, perambulando na fronteira à procura de um espaço para prosseguir com sua reprodução.

Esse novo sujeito, o brasiguaio, que surgiu no processo de expulsão/exclusão e, inserido no contexto social dos dois países, são esses sujeitos a razão desse estudo. Como eles vêem e vivem a expansão das grandes fazendas monocultoras do agronegócio nessa região do Paraguai, seus anseios, conflitos, vontades e perspectivas de futuro, são questões postas nesse trabalho. Para tanto, essa dissertação será estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, caracterizaremos primeiramente o *Departamento de Alto Paraná* e os distritos que compõem a porção norte do *Departamento,* como também, as principais atividades desenvolvidas em cada um deles. Trataremos também da construção da Ponte Internacional da Amizade e de aspectos gerais da região supracitada.

No segundo capítulo, teceremos algumas considerações a respeito da história das migrações entre os dois países nas últimas cinco décadas: (Des-) territorialização e mobilidade na fronteira: a migração Brasil/Paraguai, e também, sobre quais os principais fatores que contribuíram para que uma grande massa de migrantes brasileiros atravessasse a fronteira para poder continuar sua reprodução como camponeses num território, senão estranho, diferente de suas origens.

Discorreremos ainda sobre a migração no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por conseguinte, sobre os desdobramentos da questão da expropriação provocada pela mesma, e como os agricultores se organizaram para a luta contra a injustiça das indenizações, culminando com o deslocamento de grande parte desses camponeses para o território paraguaio.

Procuramos também trazer para o debate alguns trabalhos já realizados sobre a questão de Itaipu e sobre a população atingida pelos efeitos da barragem, para investigar o que já havia sido produzido sobre os expropriados, buscando assim problematizar e apontar perspectivas em torno do que já havia sido produzido. Em resumo, buscaremos apresentar as diversas produções

que versam sobre a população atingida por Itaipu para verificar como seus autores perceberam a ação dos sujeitos no decorrer do processo.

No capítulo três, abordaremos as representações na fronteira e a construção da identidade brasiguaia. O leste paraguaio, região historicamente cobiçada, devido à grande fertilidade de sua terra, e hoje de extrema importância para políticas estratégicas do MERCOSUL, foi palco de um intenso deslocamento de pessoas, principalmente camponeses com pouca ou nenhuma terra, de meados da década de 1960 até início da década de 1980, a ponto de se estabelecer na região uma territorialidade específica, composta por trabalhadores brasiguaios, cujas dimensões não são totalmente conhecidas devido ao grande fluxo de migrantes ilegais para a região.

Outra questão é o surgimento da expressão e depois a identidade *brasiguaio,* como surgiu e se generalizou esse termo. Trata-se, como veremos no decorrer do trabalho, de uma definição problemática, espelho das realidades vividas por camponeses ou ex-camponeses, expulsos para as periferias das cidades da fronteira, residentes ou ex-residentes do território paraguaio, próximo à fronteira internacional com o Brasil. Para analisar esta questão foi preciso trilhar o surgimento, as transformações e os ajustamentos da identidade brasiguaios, assim como sua pertinência aos diversos grupos circunstancialmente cobertos por ela.

Discutiremos a questão dos conflitos existentes entre campesinos paraguaios e brasiguaios, o preconceito entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai”, ou seja, entre os migrantes camponeses pobres e os grandes e médios produtores, os ricos. Milhares de agricultores brasileiros não aceitam a identificação de brasiguaios por se sentirem, provavelmente, diferentes dos demais pelo fato de terem alcançado certa estabilidade econômica ou por serem protegidos pelas autoridades paraguaias que, por conseguinte, combatem qualquer movimento de luta pela terra na região.

No quarto capítulo, será discutida a expansão do agronegócio na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, a exploração da mão-de-obra brasiguaia pelos grandes e médios proprietários de terra e como os trabalhadores rurais em geral sobrevivem à expansão desse modelo de produção no campo paraguaio, como também, quais as implicações dessa expansão na vida desses camponeses.

Posteriormente, indicaremos alguns desdobramentos do uso massivo de agrotóxicos e da devastação do meio ambiente, provocados principalmente, pelos grandes proprietários de terra.

Essa questão tornou-se um dos maiores problemas para os pequenos agricultores camponeses brasiguaios e a minoria de campesinos paraguaios.

Apontaremos ainda, aspectos do desflorestamento dessa região do Paraguai por causa da expansão das grandes propriedades. A região norte do *Alto Paraná*, até poucas décadas, era praticamente tomada pelas exuberantes florestas, tendo-se transformado, nos últimos tempos, num imenso *"vazio verde"*. Analisamos também como os "brasileiros no Paraguai", ou seja, os migrantes ricos dominam a produção de soja na região norte oriental, tendo a mão-de-obra brasiguaia como pilar de sustentação dessa produção, especialmente no distrito de *San Alberto e Minga Porã*, onde a maioria da população é migrantes do Brasil e o português se mistura ao espanhol nas ruas. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, em que buscamos sintetizar as idéias principais deste estudo. Traremos à discussão, ainda outros elementos provenientes de outras concepções da questão da terra de trabalho e de sobrevivência dos migrantes brasiguaios.

CAPÍTULO I

1. REGIÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.

1.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ – PARAGUAI[2].

Países contíguos, Brasil e Paraguai demarcaram suas fronteiras por meio de um tratado de limites firmado em 1872[3], como decorrência da nefasta Guerra da Tríplice Aliança. A fronteira entre Brasil e Paraguai estende-se por 1.365,4 km, sendo 928,5 deles estabelecidos para rios, e o restante pelo procedimento de divisor de águas[4].

Na Tabela 1 temos alguns dados gerais sobre os dois países. Nela podemos verificar algumas das diferenças sócio-econômicas e territoriais que foram se configurando no processo de constituição dos dois países.

---

[2] O Paraguai definiu suas fronteiras com o Brasil, nos séculos XVII e XVIII, estabelecendo os limites nos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777): que definiram que os domínios se estendiam desde o Rio Uruguai ao sul, seguindo sua delimitaçao pelo Arroio Pepiri Guaçu, Rio Iguaçu, Rio Paraná até as Cordilheiras de Mbacarayú e Amambay e o Rio Paraguai até o Rio Negro. Com a independência, em 1811, o Paraguai permanece com as mesmas fronteiras estabelecidas com os portugueses (Brasil) nos tratados de Madri e Santo Ildefonso. No início da colonização, o território paraguaio abrangia maior parte da América do Sul, sendo chamado de Provícia Gigante das Índias. Os limites deste território foram assim descritos pelo historiador Efraim Cardozo. "Ao norte as regiões amazônicas e ao sul as terrras do estreito de Magalhães; no oriente a linha de demarcaçao com Portugal (Tratado de Tordesilhas) e o oceano Atlântico; cordilheira dos Andes formam os lindeiros destinado a província do Rio da Prata". Pode-se afirmar que esse território nunca existiu de fato, pois os espanhóis nunca exerceram o domínio efetivo, sendo apenas área definida pelo Tratado de Tordesilhas, algo muito diferente da posse e controle da área através da fundação de vilas, fortes e ocupaçao efetiva. Existe referências ao Vice-Reinado do Rio da Prata, que teria abrangido uma área semelhante a chamada Província Gigante das Índias. (MENEGOTTO, 2004, p. 24 – 28).

[3] Este tratado teve seu texto modificado e atualizado em 1927.

[4] Explicitando que para a construção da Hidrelétrica de Itaipu no projeto apresentado em 1973, os engenheiros afirmaram que a obra não interferia nos limites propostos em 1927.

TABELA 1: Brasil e Paraguai dados gerais.

País	Território (Km2)	População (milhões)	PIB (em US$ bilhões)	PIB (per capita, em US$)	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
Brasil	8.547,4	183,9	1.310,00	9.700	64ª
Paraguai	407,7	6,8	0, 26	4.000	105ª

FONTE: Pastoral do Migrante (Foz do Iguaçu).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A. (2008).

A economia paraguaia depende basicamente da agricultura, praticada por cerca de 50% da população, ainda que boa parte do território não seja agricultável. A soja destaca como um dos principais produtos, ao lado do milho, mandioca, banana, cana-de-açúcar, algodão e em pequena quantidade, arroz, café, fumo e erva-mate. A lavoura de soja proporcionou considerável crescimento econômico, principalmente no *Departamento de Alto Paraná* e, sobretudo a região norte, quase que inteiramente com investimentos de agricultores que imigraram do Brasil, chegando a transformar o Paraguai em um dos principais países exportadores da oleaginosa.

A região pesquisada compreende o que corresponde ao norte do *Departamento de Alto Paraná*, que abriga um grande número de migrantes brasiguaios e insere-se no atual contexto social, econômico e político de ambos os países. Sua contigüidade geográfica e cultural requer um aprofundamento nas investigações a fim de que seja caracterizada de forma mais adequada.

O *Departamento de Alto Paraná* está situado a oeste da região oriental, entre o paralelo de 24º 30’ e 26º 15’ de latitude Sul e os meridianos 54º 20’ e 55º 20’, de longitude Oeste.

A região do *Alto Paraná*, até 1945, englobava desde as cordilheiras de *Mbaracayú*, ao norte, até *Encarnación*, ao sul, e do Rio Paraná, ao leste, até uma linha imaginária entre este rio e o Rio Paraguai, ao oeste, numa extensão de aproximadamente 100 quilômetros, que forma a divisão de águas entre as duas bacias hidrográficas do país. Esta linha imaginária passava, também pelas cordilheiras de *Caaguazú*.

O clima úmido, com uma temperatura média anual em torno dos 23º C e uma pluviosidade média de 1.800 mm ao ano, confere à região norte uma ampla e extraordinária diversidade de espécies vegetais e animais, onde há ainda duas reservas biológicas: a de *Limoy* e a de *Itabó*.

Os principais afluentes do Rio Paraná nessa região do *Departamento* são os rios *Acaray* e *Monday*. O primeiro, ao norte, com uma bacia hidrográfica de 1.004.000 hectares, e o *Rio Monday*, ao sul, com uma superfície de 692.000 hectares. Os rios mais importantes, além desses dois, são o *Ñacunday* e o rio *Yacuí Guazú*, sendo este último a divisa limítrofe entre o *Departamento de Alto Paraná* e o *Departamento de Itapúa*. Os afluentes do *Monday* são os rios *Santa Lucia, Yata 'i, Guembety Guazú, Acãpytã, Ycuá Pytã, Piroy, Ybú e o Cabayú Cangüé*. Segundo os estudos de SILVA (2007, p. 87):

> En total, la cuenca hidrografica del Paraná, totalizan treinta y cuatro rios. Son causes hídricos con agua permanente durante todo el año. O Rio *Acaray* es navegable para embarcaciones pequeñas, desde el embalse de la represa hidroelétrica, rio arriba, hasta su naciente. Rio abajo, el cauce se encuentra totalmente seco, interrumpido por la exclusa de la represa del *Acaray*.

Verifica-se que grande parte do *Departamento de Alto Paraná* e, aí inclusa a porção norte, é formada por terras altas e onduladas. As áreas próximas ao Rio Paraná apresentam altas barrancas em todo o curso do rio, de norte a sul. Como se trata de uma extensão das terras do extremo oeste paranaense – terras vermelhas e férteis, tendo o basalto como rocha endógena – essas terras são adequadas a todo o tipo de cultivos oleaginosos como, por exemplo, soja, milho, girassol, arroz e sorgo, e também árvores frutíferas como a laranja, o mamão, a tangerina, etc.

Nas décadas de 1940/50, o *Departamento de Alto Paraná* oferecia plantações de erva-mate, hortelã, palmito, tung, etc. Além disso, a fertilidade do solo permite o cultivo de tubérculos, como a mandioca, batata, nabo, etc.

Compreender o contexto do surgimento do *Departamento de Alto Paraná* e os distritos que compõem a porção norte é de fundamental importância para o estudo da exploração dos brasiguaios pelo agronegócio[5] nessa faixa de fronteira, uma vez que essa região do *Departamento*

---

[5] Agronegócio é a face neoliberal do capitalismo no campo. Essa nova forma de territorialização do capital no campo se materializa a partir de uma integração de capitais que vai construindo cadeias produtivas que abrangem as esferas da produção e circulação dos produtos agropecuários. Isso significa domínio de: mercado de insumos sementes, herbicidas, das técnicas e tecnologias de produção desde máquinas e implementos agrícolas, até pesquisas científicas em áreas como genética e biotecnologia, entre outras; dos sistemas de financiamento; das indústrias de beneficiamento; dos sistemas de transporte; das redes de comercialização. Para Fernandes (2004), o Agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, *é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista.*
Mas o que percebemos a partir de uma análise mais aprofundada é que o agronegócio é muito mais que um novo apelido para o velho sistema "plantation". Consideramos que trata-se de uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e

de Alto Paraná é composta, em sua maioria, por “brasileiros no Paraguai” em menor número e pela maioria absoluta de “brasiguaios” (aproximadamente 80% da população). No entanto, não se trata de uma região homogênea, apresentando diferentes territorialidades quanto a suas características sócio-culturais. Até meados da década de 1960, a região norte de *Alto Paraná* era habitada apenas por uma população nativa guarani, e constituída por uma vegetação exuberante, rica em recursos naturais:

Nesse contexto, quando da criação do *Departamento de Alto Paraná*, a falta de estratégias do governo para o desenvolvimento dessa faixa de fronteira - já que até meados do século XX a divisão política administrativa interna se circunscrevia ao entorno da capital e sua área de influência mais próxima - incidiu enormemente na divisão política do território paraguaio. Assim, o restante do território nacional encontrava-se livre de qualquer interesse de povoamento pelo não-índio, tanto na região oriental, como na ocidental. Por isso, pela grande disponibilidade de terras, os domínios da propriedade privada se intensificaram e os pseudocolonizadores, principalmente latifundiários brasileiros, adquiriam imensas áreas de terra no interior do *Departamento* para fins específicos de especulação fundiária.

Inicia-se, nos primeiros anos da década de 1950, um reordenamento geopolítico do território nacional. No ano de 1945, o governo nacional decretou a criação de dois novos departamentos na região oriental. O primeiro foi o *Departamento de Amambay* e o outro, precisamente o de *Alto Paraná*. A partir de então, sanou-se, com isto, o problema do *Departamento de San Pedro*, que, em termos administrativos, começava como cabeceira sobre o *Rio Paraguay* e terminava no Rio Paraná, sem nenhum meio de comunicação economicamente viável de um extremo a outro.

Praticamente, a exuberante selva de *Alto Paraná*, além de impenetrável, era totalmente ignorada pelos governantes. O que não se pode afirmar com exatidão é se tal esquecimento foi proposital, ou seja, se essa rica zona, ao que parece, foi parte de uma manipulação dos

---

centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial.
Segundo. (APARICIO apud TEUBAL, 2007, p. 140-157). Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. [...] O modelo agronegócio é uma alteração rumo a um sistema de pura exclusão em relação à agricultura familiar e campesina. De exclusão e de maior desigualdade que no período anterior, no que se refere à mão-de-obra, posto que o trabalho é substituído por novas formas de organização laboral. No agronegócio, o trabalho torna-se escasso e mal remunerado.

governantes, já que houve a venda massiva de terras aos grandes latifundiários brasileiros sem respeitar a floresta, entre outros, a partir das décadas de 1950/60.

Podemos observar no mapa 1 a seguir, a divisão política do Paraguai na primeira metade do século XX (1906/45). Percebe-se que, naquele momento, existiam somente treze *Departamentos*. O *Departamento do Chaco* englobava toda a parte ocidental do país. O que atualmente é o *Departamento de Alto Paraná* era, naquela época, o *Departamento de Encarnación*, cujo nome foi dado, posteriormente à capital do *Departamento de Itapúa*. Pode-se notar ainda, a extensão do *Departamento* de *San Pedro* que, atualmente, é o *Departamento* onde possui uma intensa luta pela posse da terra, berço dos movimentos sociais no Paraguai. Também vemos o amplo domínio de *Encarnación*, sobre a cabeceira do Rio Paraná, que abarcava até quase as *Cordilheiras de Mbaracayú*.

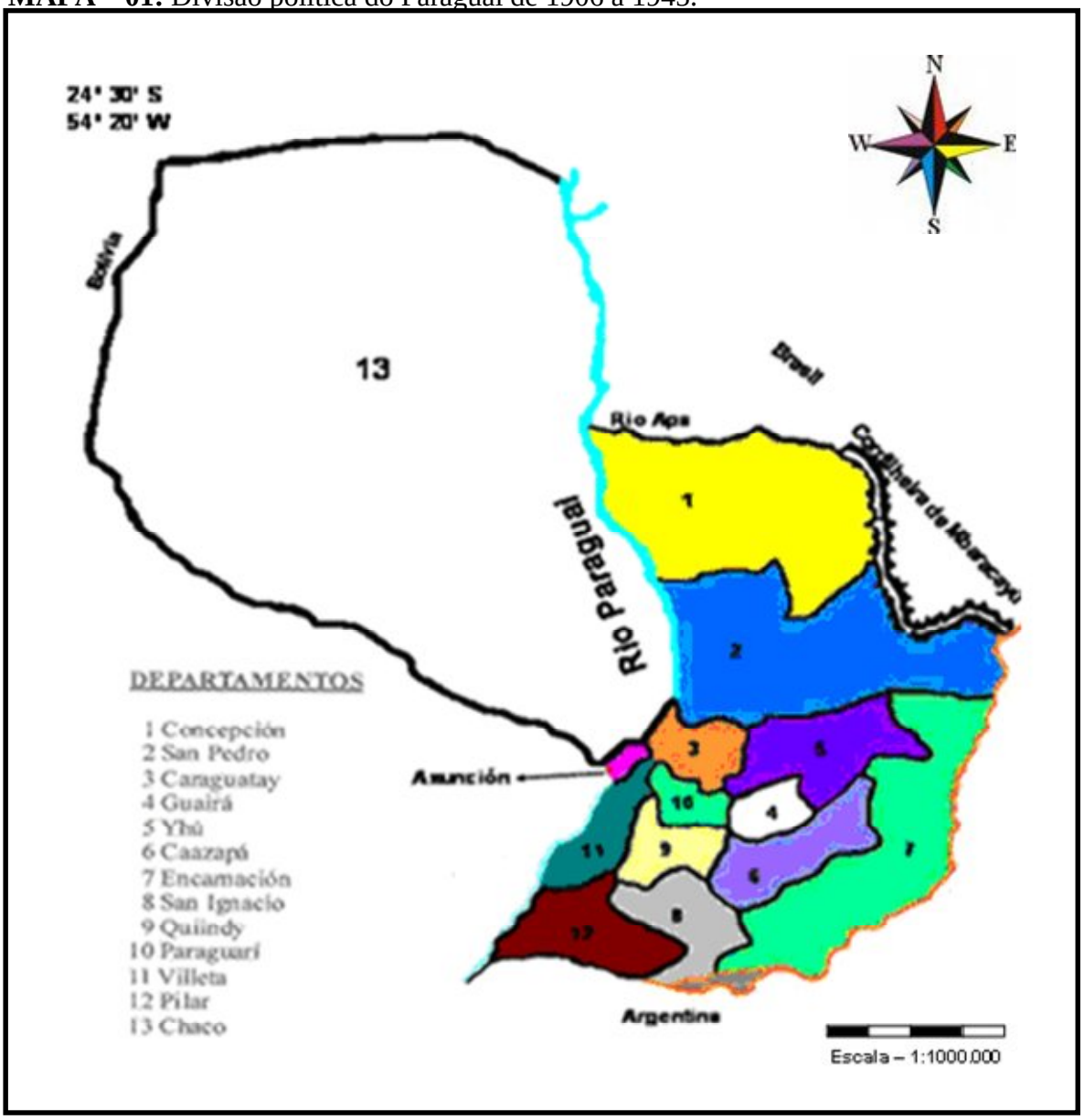
Atualmente, centenas de grandes proprietários de terra brasileiros se dedicam a monocultura de soja no *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú*. Eles são acusados pelos movimentos sociais de luta pela terra na região de não respeitar, entre outras coisas, as leis ambientais do país. Em 2008, segundo um médio produtor de *San Alberto* que iria comprar terras na região de *San Pedro*, campesinos paraguaios prepararam e ocuparam mais de 70 propriedades de sojeiros brasileiros.

Verdadeiramente, no *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú* como em outros departamentos centrais, a expressão “brasiguaios” se resume a todo e qualquer migrante oriundo do Brasil, não existe ainda a questão de classe e, consequentemente a distinção entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai” na região, talvez pelo fato dos grandes proprietários de terras brasileiros terem começado a exploração das terras a partir da década de 1990. Isso ainda não se faz presente em *San Pedro Del Ycuamandiyú*, ao contrário da faixa leste que existe uma grande diferença entre ser brasiguaio ou não. Pelo mapa 1 ainda, percebe-se que o *Departamento de Alto Paraná* era uma parte do *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú* até as *Cordilheiras de Mbacarayú*, e a outra parte pertencia ao *Departamento de Encarnarción*, formando uma superfície aproximada de 25.000 Km2. O *Departamento de Encarnación*, pela sua densa floresta, não permitia a penetração para a povoação nessa parte do país. Além disso, a selva abrigava animais selvagens e grande quantidade de índios organizados em tribos.

É notório que em todo o território paraguaio os recursos naturais já se encontram em estado de degradação e, em alguns casos em situação extrema. Neste estado se encontra o

Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú, onde a degradação provocada pela concentração das terras para o agronegócio é alarmante, principalmente a partir da década de 1990. Ao longo da história do *Departamento*, os agricultores originários das populações nativas, isto é, indígenas e mestiças, denominados campesinos, do meio rural, sofreram a exclusão social em decorrência de um acesso adstrito a terra e ao capital.

MAPA – 01: Divisão política do Paraguai de 1906 a 1945.



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Este processo teve como conseqüência a incapacidade de capitalização em meios de produção, acarretando o estado atual de estagnação social e produtiva.

Vale ressaltar que a partir desses primeiros anos do século XXI, observa-se uma expansão considerável da área cultivada com soja na bacia do rio Paraguai, ocasionando uma série de problemas sociais e ambientais para esse *Departamento*. A sociedade local confere à expansão do agronegócio da soja na região como a principal causa da problemática agrária atual das famílias camponesas. Dessa forma, é visível a relação da expansão da soja, as políticas públicas e os problemas que enfrentam as famílias camponesas na atual conjuntura agrária do *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú.* Desta forma, organizações camponesas, que são várias nos departamentos centrais, mostram-se contrários à expansão da soja, denunciam a ineficiência das instituições públicas e a falta de espaços de discussão com os agentes do Estado na busca do desenvolvimento rural. Estamos citando o *Departamento de San Pedro* nesta parte do trabalho, exatamento por se diferenciar muito do *Departamento de Alto Paraná* no que concerne a luta pela terra.

A partir da demarcação territorial, com a divisão política em departamentos, a região do *Alto Paraná*, que passou a existir de fato em 1945, tem sido de interesse e cobiça dos grandes capitalistas fundiários, que fixaram seus olhos por este vasto território. Posteriormente foram "vendidas" imensas áreas de terras para pseudocolonizadores brasileiros ao capricho dos governantes, por migalhas, sob pretexto que era a única forma de chegar o progresso e a civilização na região. (SILVA, 2007). A partir de meados de 1950 continuaram a serem adquiridas do Estado extensas áreas de terra pelos pseudocolonizadores, muitas até feitas a bordo de um monomotor, a preços irrisórios sob o pretexto já citado anteriormente.

> Después da guerra contra a Triple Alianza, los gobernantes de turno, quienes vilipenciaron y desangraron a la nación paraguaya, supuestamente, con la finalidad de "proteger" de las probables invasiones por los portugueses, que desde tiempo inmemorial, acosaron e invadieron al Paraguay, por médio de los bandeirantes, conocidos como los piratas del Paraná, quienes persiguieron y diezmaron al pueblo paraguayo. "Viendieron" a precios irisorios al mejor postor, so justificación de que el Paraguay, debia enajenar las tierras improdictivas, para que de esa forma se pudiera "recaudar para el fisco", porque el arca del Estado estaba vacia. (SILVA, 2007, p. 76).

No mapa 2, entretanto, observa-se a formação atual do *Departamento de Alto Paraná*, com destaque para a região norte.

MAPA – 02: Departamento de Alto Paraná – 2007.

FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

No total, sete distritos compõem essa porção norte oriental que serão analisados neste trabalho: *Ciudad Del Este* que, também é a capital do *Departamento*, *San Alberto*, *Mbaracayú*, *Minga Porã*, *Itakyry*, *Hernandarias e Santa Fé Del Paraná*, este último criado em 2003.

Ciudad Del Este, a capital, localiza-se à latitude sul 21º 58’ 0’’; longitude oeste 57º 55’ 60’’, com uma altitude entre 300 e 320 metros em relação ao nível do mar. A área total dessa região pesquisada é de aproximadamente 7.300 quilômetros quadrados.

Vale destacar que a porção norte do *Departamento de Alto Paraná* conta atualmente com várias colônias[6], dentre as mais importantes se destacam: *Santo Tomás, Maria Auxiliadora, Itaipu Porã, Pikyry, Itaipyte, San Jorge, San Francisco Javier, Lote 09, San Ramón.*

1.2 O PROCESSO DE POVOAMENTO.

O *Departamento* teve momentos distintos de povoamento. Até 1960 apresentava uma população eminentemente indígena, com um número muito pequeno de campesinos e migrantes. De 1960 até meados da década de 1970, o *Departamento* e, em especial, a porção norte, registrou um fenômeno de crescimento populacional, devido, principalmente, à migração de brasileiros para o país vizinho. Destaca-se que, de 1950 ao início dos anos 1980, a população rural apresentava um predomínio absoluto sobre a população urbana, atualmente ainda predomina, no entanto vem perdendo população nos últimos 20 anos.

O *Departamento de Alto Paraná* experimentou uma mudança muito interessante no que se refere à povoação, em relação a outros *departamentos*. Nesse contexto, foi relevante a construção de infra-estrutura básica, como por exemplo, a pavimentação da *Ruta 07*, a conexão com o Brasil através da construção da Ponte da Amizade, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a construção da represa de *Acaray*. Devemos observar que tudo isso se deve à expansão agrícola na região a partir dos anos 1970. O processo de ocupação do De*partamento de Alto Paraná atraiu* principalmente latifundiários brasileiros, além de migrantes de outras partes

[6] Colônia é um termo oriundo do sul do Brasil e utilizado na região para definir a quantidade de terras que um agricultor possui, sendo que uma colônia equivale a dez alqueires ou 24,2 hectares e meia colônia equivale a cinco alqueires ou 12,1 hectares. Ainda conforme Jean Roche, na Alemanha, o termo “Kolonist” designa o homem que desbrava e cultiva a terra e “Kolonie” o lote ou estabelecimento rural. Para Loraine Slomp Giron (1980, p. 64) “estabeleceu-se a denominação de colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial”. No caso brasileiro, as colônias destinavam-se a receber estrangeiros, ao menos preferencialmente. Ascolônias norte-americanas, a médio prazo, transformar-se-iam em estados, no caso braseleiro em municípios. (GREGORY, 2002, p. 23).

da América do Sul, mas, em menor proporção, assim, a região converteu-se num pólo regional do Paraguai.

Inicialmente, foi à exploração da erva-mate e da madeira. Quando estes recursos escassearam, a atração foi a plantação mecanizada, especialmente da soja.

Segundo Padre Alfredo Gonçalves, da Pastoral do Migrante de *Ciudad Del Est*e, no final do século XX e início do XXI, estima-se em 800.000 habitantes a população do *Departamento*, sendo aproximadamente 450.000 na região norte[7], incluindo-se aí a população legal e a ilegal. Segundo os dados oficiais do governo paraguaio, a população da capital *Ciudad Del Este* é de 222.274 habitantes e de *Hernandarias* 63.248 habitantes, e o total do *Departamento de Alto Paraná* corresponde a 563.100 habitantes. Ressalte-se que os dados oficiais do Paraguai levam em consideração apenas os migrantes legais. Entretanto, (SILVA, 2007) considera o mesmo percentual levantado pela Pastoral do Migrante, ou seja, *Ciudad Del Este* com aproximadamente 380.000 habitantes e *Hernandarias* com aproximadamente 80.000 habitantes. Destaque para essas duas cidades, uma capital do *Departamento* e outra a segunda cidade mais antiga do Paraguai.

Devido a suas características histórico-geográficas, o *Departamento* tem orientado suas atividades econômicas, além logicamente da soja que é o ícone do "desenvolvimento" na região, para o comércio e para o turismo, especialmente em *Ciudad Del Este* e *Hernandarias*, cujos atrativos, nesta área, têm sido a represa de Itaipu Binacional, o salto do *Rio Monday* e o fácil acesso às Cataratas do Iguaçu através da Ponte Internacional da Amizade sobre o Rio Paraná, por onde se canalizam também o comércio internacional de sua grande produção de soja.

Entretanto, a expansão do agronegócio na região provocou um cinturão de miséria em torno das cidades da fronteira, principalmente *Ciudad Del Este*. Porém, é na periferia de Foz do Iguaçu, no Brasil, que se registra o maior índice de pobreza, reflexo da exclusão social[8] patrocinada pelo agronegócio no campo da região norte do *Alto Paraná*, principalmente.

---

[7] Apesar de ter havido o censo populacional no Paraguai em 2002, que estimou a população em 108.000 migrantes brasileiros e brasiguaios, o Padre Alfredo acredita que os dados estão subestimados, já que os órgãos governamentais contabilizam somente os migrantes legais.

[8] El concepto de exclusión social puede permitir aún más el avance en la discusión sobre la pobreza y las alternativas para encararla. El mismo apunta a la ruptura de lazos sociales entre el individuo y la sociedad, que es cultural y moral; esta categoria permite pensar las procesos a través de los cuales indivíduos o grupos son excluidos parcial o totalmente de la participación de la sociedad en la cual viven; en esta mirada los procesos de exclusión afectan a grupos sociales específicos, tal los casos que afectan a colectividades indígenas, y que incluyen la invasión de sus tierras por aprte de campesinos y acciones discriminatórias de atros sectores de la sociedad basadas en prejuicios muy arraigados.

Com a expansão das grandes propriedades do agronegócio, os camponeses brasiguaios são ameaçados por campesinos exógenos aos movimentos sociais no Paraguai a vender sua propriedade. Como muitos dos camponeses brasiguaios resistem em vender, são expulsos de suas terras por esses campesinos muitas vezes somente com a roupa do corpo. Sem condições e sem terra para trabalhar e continuar sua reprodução, muitos desses brasiguaios desterritorializados expandiu a periferia das cidades da fronteira, principalmente de Foz do Iguaçu.

Através das viagens realizadas durante a pesquisa de campo na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, foi possível perceber que uma parte considerável da capital *Ciudad Del Este* e, praticamente todo o interior da região, se encontra numa situação considerada favorável em termos nacionais no que diz respeito à qualidade de vida em comparação com o restante país. No entanto, esta situação favorece somente os chamados "brasileiros no Paraguai", grandes e médios produtores, empresários, comerciantes e altos funcionários dessas empresas, os brasiguaios não foram alcançados por esse favorecimento. Conforme aponta SILVA (2007, p. 126): *"El 18,5% de sus hogares registra carências en esta NBI*[9]*, porcentaje inferior en 4,1 puntos porcentuales al valor nacional [...] Itakyry aparece com 38,4% con el mayor entre os distritos do Norte"*. No entanto, a partir de 1985, a população rural foi decrescendo.

1.3 O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO RURAL DO DE DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.

A acelerada urbanização, também reflexo da expansão do agronegócio na região, expandiu a capital *Ciudad Del Este* e, do lado brasileiro da fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu, como também outras cidades menores em ambos os países.

El concepto se focaliza en carácter multidimensional de las privaciones, en la medidad que la gente que sufre privaciones tiene muchas desventajas: trabajo precário, ingresos insuficientes, etc, y permite focalizar la discusión en procesos, mecanismos e instituciones que excluyen a la gente de una participación efectiva en su sociedad; en esta medida va más Allá de la descripción estática de las privaciones y permite identificar problemas y opciones para solucionarlos. (FOGEL, 2002, p. 31).

[9] NBI (Necessidades Básicas Insatisfeitas). Definem-se como o conjunto de requerimentos de índole física, psíquico ou culturais, cuja satisfação é condição necessária para o funcionamento e desenvolvimento dos seres humanos de uma determinada sociedade. As quatro necessidades básicas consideradas são: qualidade de vida, infraestrutura sanitária, ascesso a educação e capacidade de subsistencia. (RIQUELME, 2003, p. 73).

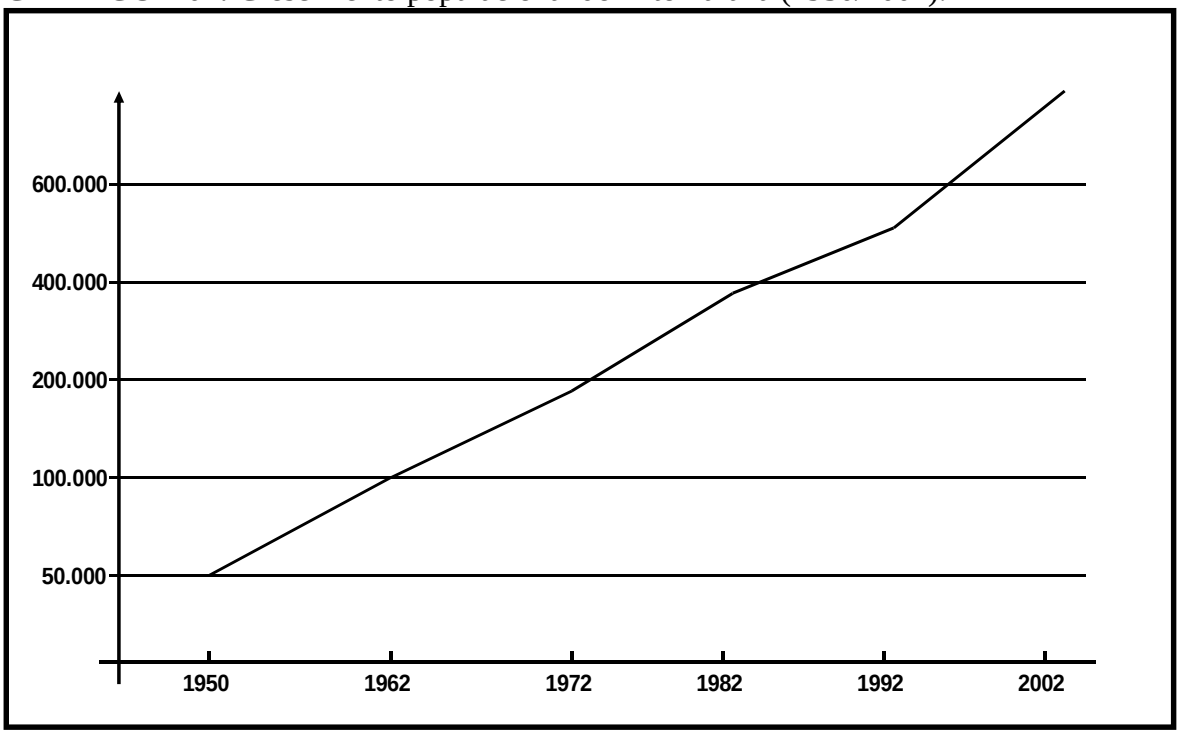
> El crecimiento poblacional, en la primera etapa, fue de 11%, mientras que en la segunda, hubo una decreciente en el índice del crecimiento demográfico, llegó a una reducción del 7%. Sin duda alguna, que para cuando eso, las grandes obras ya habían concluído. Fue la que marcó la pauta, para que se de la desaceleración en el crecimiento poblacional. Paradójicamente, aunque se haya reducido el ritmo del crecimiento en el período mas reciente, su población há experimentado el mayor incremento de toda su historia. El aumento de la población siguió creciendo en proporción geométrica. El censo de año 1982, arrojo una población de 206.940 personas. Para el censo de 1992 se llegó a la frontera cantidad de 406.584 habitantes. Según el crecimiento demográfico presentado por la DGEEC. La estimación de la población para los próximos diez años, si sigue la proporción del crecimiento, el 2002 debería estar alrededor de 800.000 habitantes. Con la proporción de crecimiento registrado hasta ahora, se podría hacer una estimación para los próximos 10 años, para el 2012, que la población de Alto Paraná, llegaría a 900.000 habitantes. (SILVA, 2007, p. 139).

Observando a evolução dos *Departamentos de Canindeyú, Caaguazú, Amambay e Caazapá*, o *Alto Paraná* se distingue e, em especial sua porção norte, como a que mais cresceu populacionalmente nos últimos 40 anos. No gráfico – 1 a seguir, percebe-se que a população dobrou em todo o *Departamento de Alto Paraná* a partir de 1982. Tal crescimento se deve, principalmente, aos distritos de *Hernandarias, Ciudad Del Este, Naranjal, D. Martínez de Írala, Juan León Mallorquín, Juan Emilio O'Leary e Santa Rita*. Destes, somente *Hernandarias* e a capital *Ciudad Del Este* pertencem à região norte do *Departamento*, ao passo que o restante dos distritos estão situados ao sul. Entretanto, distritos do norte como, *San Alberto, Itakyry e Minga Porã*, perderam população rural nas últimas duas décadas.

Com o apoio do Instituto de Bienestar Rural (IBR), órgão fundiário paraguaio criado em 1963, extensas áreas de terra foram transformadas em projetos de colonização privados, principalmente a partir de meados da década de 1980. Muitos destes projetos tendo como sócios militares paraguaios ligados ao governo. A oferta de terras férteis e baratas, amplamente divulgadas pela imprensa no sul do Brasil, atraiu milhares de famílias de pequenos proprietários vindas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para essa região do *Departamento de Alto Paraná.* Porém, com a implementação do agronegócio esses camponeses tipicamente de produção familiar estão sendo expulsos das terras que, em muitos casos, já se encontravam a mais de 25 anos vivendo e trabalhando na região, e isto se reflete no crescimento da periferia das cidades marginais e, conseqüentemente o esvaziamento do meio rural.

Nesse sentido, é difícil apreciar a dimensão das variações observadas no âmbito das re-imigrações provocadas pela expansão do agronegócio na região através do tempo e no ritmo de crescimento de cada uma das divisões político administrativas dos distritos que compõem a porção norte do *Departamento de Alto Paraná*, pois, quase todas tem sido objeto de desmembramento a cada período que acontece os censos, seja para a criação de novos distritos, como é o caso do distrito de *Santa Fé Del Paraná* criado no ano de 2003, ou pela modificação dos limites já existentes

GRÁFICO – 01: Crescimento populacional do Alto Paraná (1950/2002).



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C.A.

Todavia, alguns distritos da porção norte do *Departamento de Alto Paraná*, tiveram suas extensões modificadas entre os censos de 1982 e 1992, especialmente *Hernandarias e Itakyry*. Por sinal *Itakyry* foi que sofreu maior impacto demográfico, ou seja, foi o distrito que mais perdeu população com o advento da expansão do agronegócio na região. Logo, entre as cidades, além da capital do país, *Asunción*, a que mais recebeu população foi a capital do *Departamento de Alto Paraná*, *Ciudad Del Este*, exatamente pela expulsão dos camponeses.

Por outra parte, pode-se afirmar que a população urbana da região norte do *Departamento* está basicamente composta pelos habitantes de *Ciudad Del Este*, em torno de 380.000 habitantes, ou 59%, e de *Hernandarias*, em torno de 80.000 habitantes, ou 13%. Estas duas cidades, *Ciudad Del Este* capital do *Departamento* e *Hernandarias* a segunda maior cidade e o segundo maior distrito do *Departamento*, absorvem 70% da população urbana da região. Essas duas cidades-distritos, situadas na porção norte, absorvem mais da metade da população total legal do *Departamento*. Entretanto, Segundo Silva (2007), a população de migrantes originários do Brasil nessa região do *Departamento* representa uma massa importante, e vivem em sua esmagadora maioria, nas áreas rurais. Assim:

> En función a la actividad econômica que caracteriza a cada uno de los grupos humanos, estos se localizan ya sea em áreas urbanas o rurales. Residen en áreas urbanas los que se dedicam a actividades inherentes a ellas, tales como comercio y los servicios. Coherente con lo expresado, sobresalen por su predilección por las áreas urbanas, los coreanos (99,6%), los del Oriente Medio (99,4%), y los chinos (99,3%). Los argentinos (81,9% y los del resto de América (55,4%) que incluye con mayor peso a los uruguayos y chilenos, quienes también han escogido las áreas urbanas, pero en menor proporción que los antes citados. A los que se ocupan en actividades agropecuarias se los encuentra en las áreas rurales, entre quienes están en primer lugar los brasileños (79,8) cuya inmigración alcanza magnitudes elevadas, 86% del total de inmigrantes externos. Integran también la población de Alemania, Espana e Italia, y los japoneses (14%). (SILVA, 2007, p. 146).

Pelo que indica esse autor, observa-se que os migrantes, posteriormente chamados brasiguaios vieram, principalmente para o campo, expulsos do processo produtivo no Brasil pela modernização da agricultura e, no extremo oeste paranaense pela construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Os brasileiros no Paraguai, essa categoria antes formada por colonizadores e grandes latifundiários foram responsáveis pelo deslocamento de uma importante parcela de migrantes camponeses da região norte do *Departamento de Alto Paraná* como também em todo o *Departamento*. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980 estes migrantes brasiguaios estão perfazendo o caminho de volta, expulsos, novamente, pelo contemporâneo, pelo moderno, pelo novo paradigma da agricultura paraguaia: o agronegócio.

1.4. A CONSTRUÇÃO DA PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE (1962/65).

Em 1956, quando o Brasil informou ao Paraguai que construiria uma ponte sobre o Rio Paraná, unindo os dois países, houve muita agitação na fronteira.

Esta ponte é denominada pelos brasileiros "Ponte da Amizade". Os paraguaios, entretanto, preferiram, na época, - antes da deposição do ditador - a denominação própria de *"Puente Presidente Stroessner"*. Está situada na antiga BR-35[10], atual BR – 277 sobre o Rio Paraná. Na margem esquerda, está a cidade brasileira de Foz do Iguaçu e, na direita, a famosa cidade paraguaia de livre comércio, sem impostos, *Ciudad Del Este* (antiga *Puerto Stroessner*).

Conforme constatado, o tratado de construção da ponte foi assinado em 29 de maio de 1956 pelos governos do Brasil e do Paraguai. No dia 14 de novembro de 1956, foi criada a comissão encarregada pelo projeto e pela execução da obra. A localização foi definida entre cinco pontos considerados ideais determinados. A escolha do local da travessia foi resolvida após exaustivos exames dos estudos hidrológicos do regime do Rio Paraná durante um período de 20 anos. Além disso, fizeram-se levantamentos que abrangeram uma faixa de 140m de largura e que, na época, constituíram um trabalho bastante penoso. A Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965, possui uma extensão de 552,40 metros e um vão livre de 303 metros, o maior do mundo em obra de concreto até então, com 13,50 metros de largura e altura de 78 metros, pela referida ponte é possível o acesso rodoviário direto a *Asunción*, capital do Paraguai. A área total compreendida nos levantamentos e na construção da ponte é de 870 mil m², o que comprova a grandiosidade da obra. Para determinar a melhor localização para essa construção, foi necessário o levantamento de uma área maior do que a Península Ibérica.

Os governos do Brasil e do Paraguai realizaram um acordo em 1956 para a construção da ponte. Foi criada então uma comissão especial para construção da ponte, sob a chefia do engenheiro Almyr França. Em 27 de março 1965, foi inaugurada pelo Presidente Castelo Branco, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. Como se lê em depoimentos desta publicação, fornecidos por pessoas que testemunharam a obra e suas conseqüências, a Ponte da Amizade foi

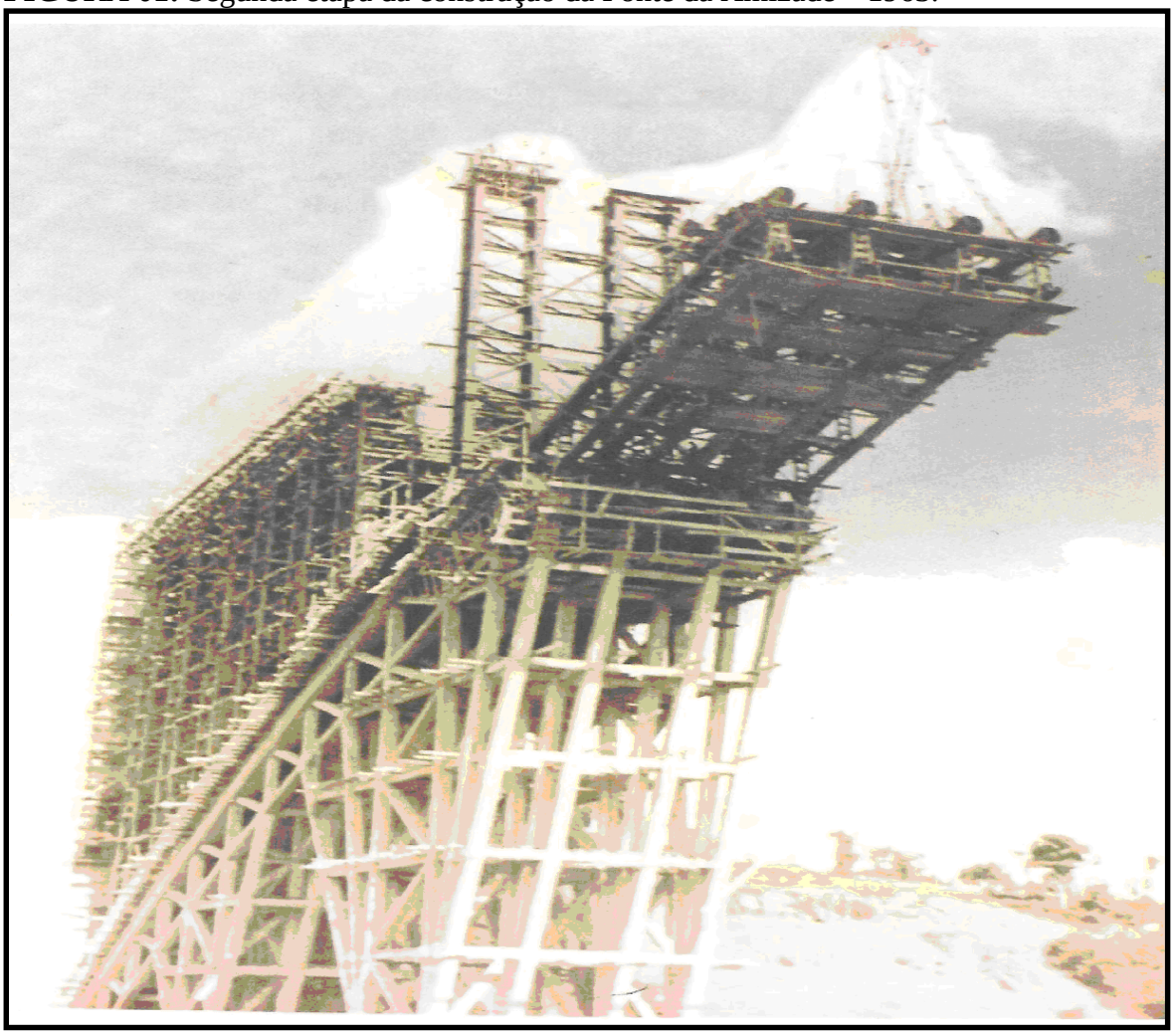
---

[10] A BR-035 possuiu o mesmo traçado da atual rodovia BR-277, ou seja, ligava Paranaguá a Foz do Iguaçu, passando por Cascavel (SPERANÇA, 1992).

o primeiro grande passo da região das três fronteiras no sentido de romper limitações que a mantinham no atraso.

Atualmente, todavia, a Ponte da Amizade é o melhor retrato das dificuldades que o Brasil enfrenta para controlar suas fronteiras, pois, desde os anos de 1980, a ponte é o espaço de circulação do contrabando, daqueles que compram no lado paraguaio produtos piratas ou importados para revendê-los no Brasil, inclusive agrotóxicos. Se não fosse pelos letreiros em espanhol a impressão, quando se está em *Ciudad Del Este*, é de que você está no Brasil, o português é entendido por todos e o real é aceito em qualquer estabelecimento formal ou informal.

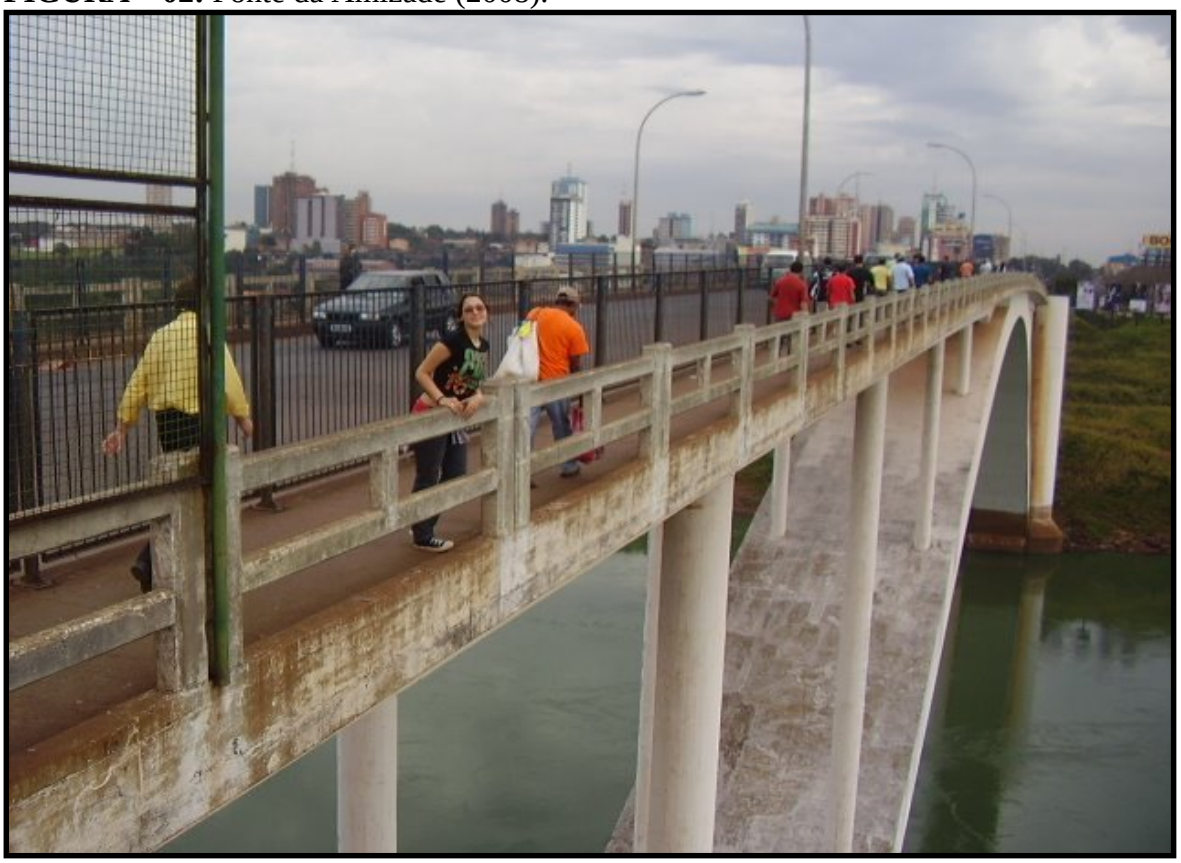
FIGURA 01: Segunda etapa da construção da Ponte da Amizade – 1963.



FONTE: Acervo particular da Drª. Guillernina Núñez Báez – Ciudad Del Este – (2007).

Além do comércio de rua, *Ciudad Del Este* possui muitas lojas de propriedade de chineses, coreanos e árabes, muitos desses migrantes moram no Brasil, em Foz do Iguaçu, e faturam no país, que mais parece um bairro da cidade vizinha. Ultimamente, a Ponte da Amizade é interditada diariamente por manifestantes que ameaçam os funcionários da alfândega com pedaços de pau e pedras. Entre esses manifestantes estão muitos brasiguaios que trabalham no lado paraguaio e vêem seus empregos ameaçados pelas diárias intervenções da policia federal sobre os chamados muambeiros. Vale destacar, que umas porções consideráveis dos brasiguaios que atualmente trabalham no setor formal e informal de *Ciudad Del Este*, eram camponeses de pouca terra e trabalhadores rurais sem terra, que migraram nas décadas de 1970/80 e foram expulsos do campo tendo como opção o trabalho na capital departamental da fronteira leste.
Na figura 2 a seguir, temos a Ponte da Amizade no século XXI.

FIGURA – 02: Ponte da Amizade (2008).



FONTE: Acervo particular de Paulo Sérgio Lemke (2008).

Com a construção da Ponte da Amizade, meados da década de 1960, aumentou significativamente o deslocamento, principalmente de camponeses excluídos do processo

produtivo no Brasil para, o até então, pouco povoada região leste paraguaia. Para o Paraguai, significou o nascimento da cidade de *Puerto Stroessner*, atual *Ciudad Del Este*, o segundo maior centro urbano daquele país e capital do *Departamento de Alto Paraná*. Para os migrantes a possibilidade de sobrevivência através do trabalho no campo nessa região paraguaia.

1.5. CRACTERIZAÇÃO DOS DISTRITOS QUE COMPÕEM A PORÇÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.

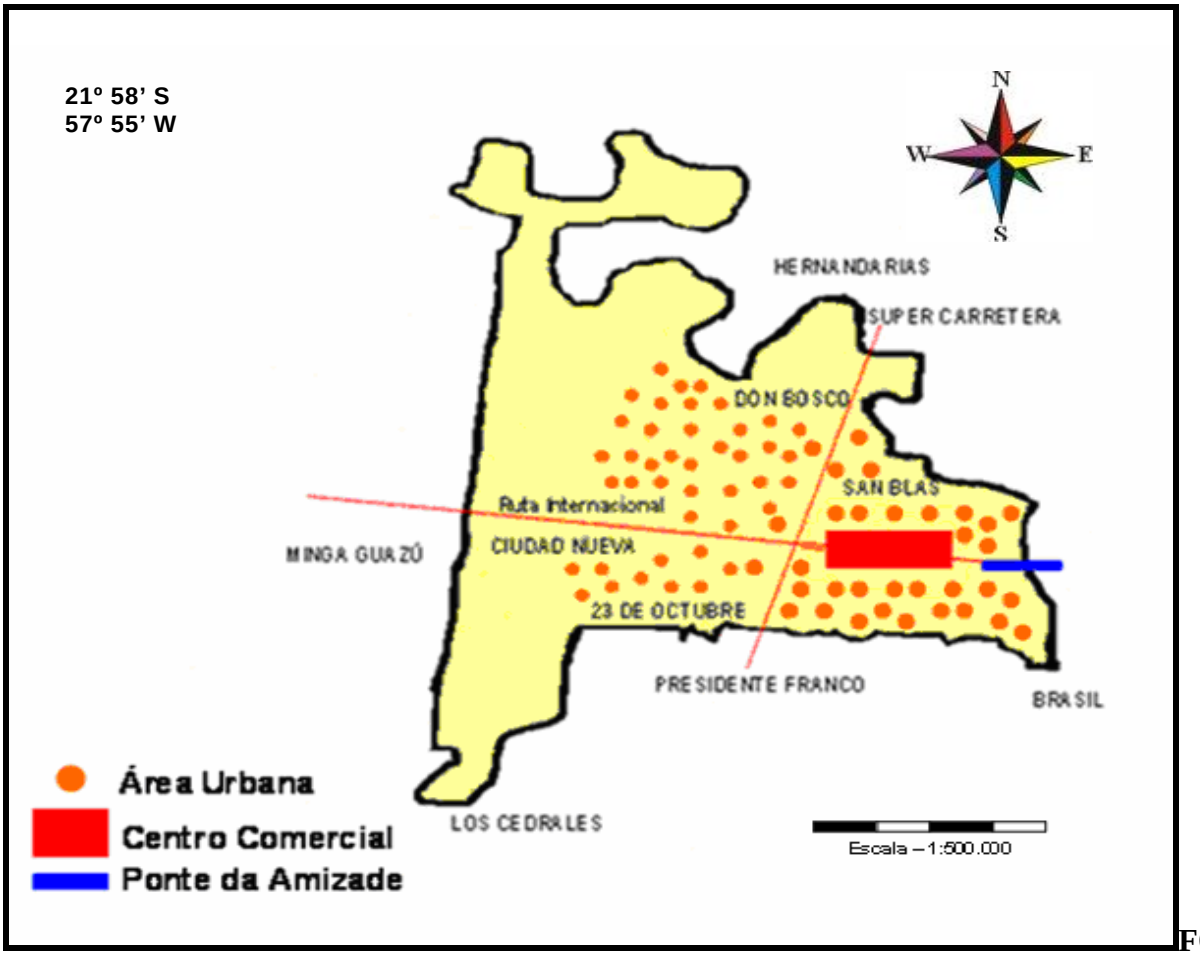
1.5.1. Distrito de Puerto Presidente Stroessner: atual Ciudad Del Este, Capital do Departamento de Alto Paraná.

Puerto Presidente Stroessner, atual *Ciudad Del Este* situa-se na barranca do Rio Paraná, fronteira natural com o Brasil. Está a 325 km de *Asunción*, capital do Paraguai e a 15 km de *Hernandarias*, segundo distrito mais antigo do norte do *Departamento de Alto Paraná*.

Os distritos do *Departamento de Alto Paraná* foram elevados a esta categoria por uma necessidade de organização administrativa, jurídica e social, decorrentes do crescimento econômico. Os paraguaios que habitavam essa região do *Alto Paraná* estavam de alguma forma, organizados em comunidades, ou melhor, estavam isolados em suas comunidades, muitas vezes sem saber, ao certo, a que distrito pertenciam. No mapa 3 a seguir, podemos observar a configuração do distrito. (Anexo – 1 e 2).

> En el año de 1954, el General Alfredo Stroessner, acababa de accender al poder, por medio de un Golpe de Estado. El país vivia una convulsión e inquietante inestabilidad política, en forma permanente. Más aún el celo, era mayor en la frontera. El Presidente de la Republica, dio la orden a su Ministro del Interior, Drº. Edgar L. Insfrán, a que realizara un reconocimiento aéreo en la zona boscosa de Alto Paraná, con el supuesto de fundar una ciudad. La posibilidad de ubicar el lugar en donde saldría el camino, que constituiria la unión física con el Brasil por medio del puente. La fundación de Puerto Presidente Stroessner, en aquel momento, nadie penso, que se erigiria en una potencia comercial del país y referente, más allá de las fronteras, para el Paraguay. (SILVA, 2007, p. 291).

MAPA – 03: Distrito de Ciudad Del Este.



FONTE: (SILVA, 2007)**.**
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Porém, o importante para os campesinos paraguaios era a sobrevivência, independente de viverem num distrito ou em outro. Dessa forma, para organizar, modernizar e desenvolver a região da faixa leste era necessário a organização administrativa, jurídica e social.

A grande maioria das comunidades do norte do *Departamento de Alto Paraná* foi decorrente de iniciativas privadas. O que deu início aos povoados foram as *obrages*[11]. Geralmente, as pessoas que trabalhavam nas *obrages* eram os *mensus*[12], esses trabalhadores se

[11] Nas obrages a economia se baseava na exploraçao de produtos nativos por meio de empreendimentos economicos baseados no latifundio extrativista e nas relações de trabalho de servidão. Agindo sob ordens dos capatazes, em praticamente todas as obrages [...] existiam polícias particulares que faziam da violência desenfreada sobre os peões o seu cartão de visitas. (GREGORY, 2002, p. 89).

[12] Os mensus eram trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos, era a designaçao dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obrage, o termo equivale ao peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: mensual, ou seja, mensalista. Os trabalhadores mensus, deviam obediência irrestrita aos obrageiros, proprietários das

embrenhavam nas matas para realizar os trabalhos de exploração de madeira e de erva-mate. Assim, permaneciam por vários meses no interior da mata na retirada de madeira.

Em se tratando ainda da criação de *Puerto Presidente Stroessner*, a posição geográfica da nova cidade era favorável para o povoamento, pois, além da confluência dos *Rios Acaray e Monday* tinham à sua frente o *Rio Yguazú*, formando, com isso, as três fronteiras. Conforme os estudos de SILVA (2007):

> Puerto Presidente Stroessner, fue necesaria su fundación [...], la geopolitica de Estado de Brasil, estaba bien definida con mucha antelación de cualquier acontecimiento. Tênia previsto seguir avanzando rumbo al Paraná, inclusive traspasar, para ir tomando posesiones de nuestros territórios, en forma silenciosa y pacifica. Hoy, vemos que este propósito fue conseguido por el Brasil, con crece. Porque está presente hasta casi cien kilómetros tierra adentro, a lo largo de la ribera del rio Paraná, con una población de más de 600.000 brasileños. Y en otras latitudes, como el caso de la frontera seca, inclusive, entran a realizar procedimientos con sus respectivas autoridades, desconnociendo prácticamente nuestras soberanias como nación. Son avasalladores, himillantes y denigrantes. (SILVA, 2007, p. 289).

Pelo fato de estarem mancomunados geopoliticamente os representantes políticos máximos do Brasil e do Paraguai quanto à saída obrigatória pelo Rio da Prata, o avanço do Brasil para o oeste obrigou o governo nacional paraguaio a fundar a cidade de *Puerto Presidente Stroessner* atual *Ciudad Del Este*.

Os anseios de grandes intelectuais, patriotas e governantes, estavam a ponto de concretizar-se. Na década de 1950, o Ministério do Interior, conjuntamente com o senhor Presidente da República do Paraguai, mantinham um diálogo comum em torno da construção de uma cidade na barranca do Rio Paraná, com a idéia de libertação geopolítica[13]. A geopolítica em si, não permite apenas entender o espaço geográfico, mas também fazer análises e previsões sobre os acontecimentos e relações políticas no cenário nacional e internacional, ou seja, as ditaduras como a paraguaia tinham uma preocupação exacerbada quanto à atuação dos governos

---

explorações, e aos capatazes, homens de confiança e representantes imediatos e responsáveis pela produção e pela disciplina. (GREGORY, 2002, p. 89).

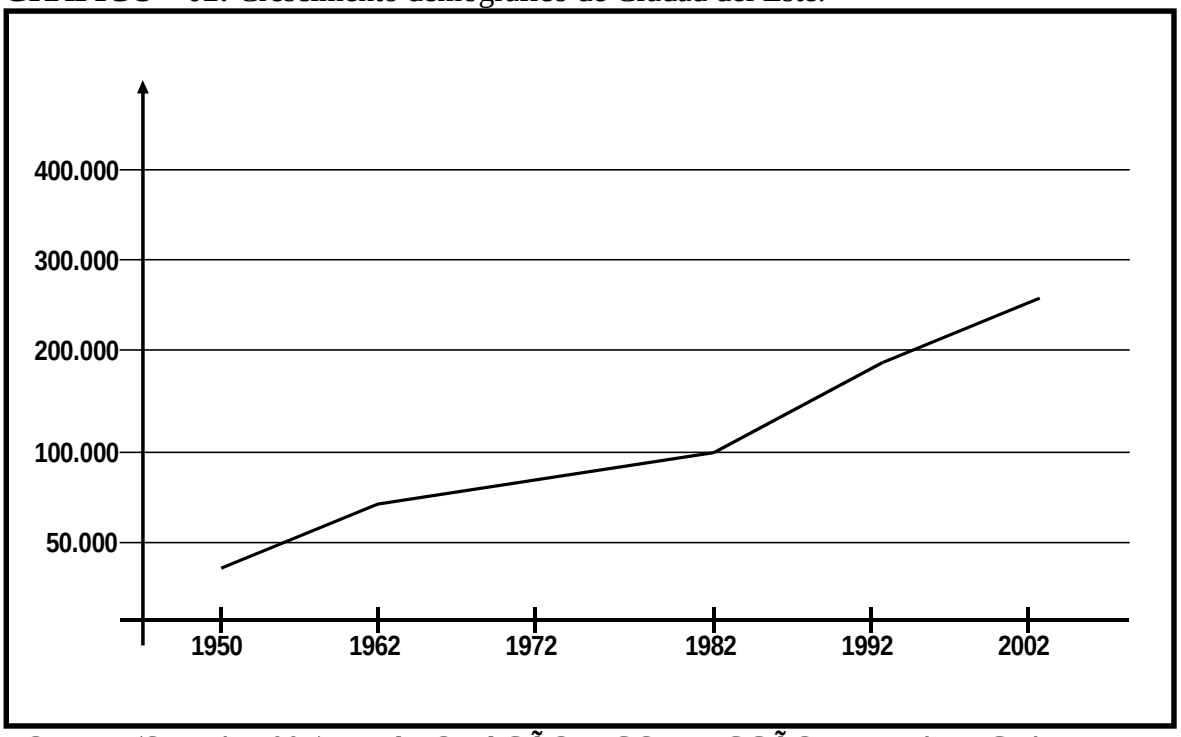
[13] A geopolítica busca entender as relações recíprocas entre o poder político nacional e o espaço geográfico. Ela procura responder a seguinte questão: até que ponto a ação dos estados nacionais é ou não determinada pela situação geográfica. A geopolítica tem duas finalidades: Orientar a atuação dos governos no cenário mundial; permitir uma análise mais precisa das relações internacionais.

vizinhos, como por exemplo, sobre quais são as decisões mais corretas a serem tomadas, quais as melhores estratégias para conduzir um acordo econômico, político ou declarar uma guerra.

Paulatinamente, delineava-se a política de Estado de expansão geopolítica do Paraguai. O avanço ao leste do país era uma imperiosa necessidade. Assim, em 1956, teve início a construção de *Puerto Presidente Stroessner*. (Anexo – 1). Posteriormente, no dia 13 de agosto de 1989 *Ciudad Del Este* é elevada a capital do *Departamento de Alto Paraná*. (Anexo – 2).

A partir da década de 1970, começou a explosão demográfica de *Puerto Stroessner*. Como se pode observar no gráfico 2, a seguir, o crescimento da população, de 1972 a 2002, ocorreu de forma vertiginosa.

GRÁFICO – 02: Crescimento demográfico de Ciudad del Este.



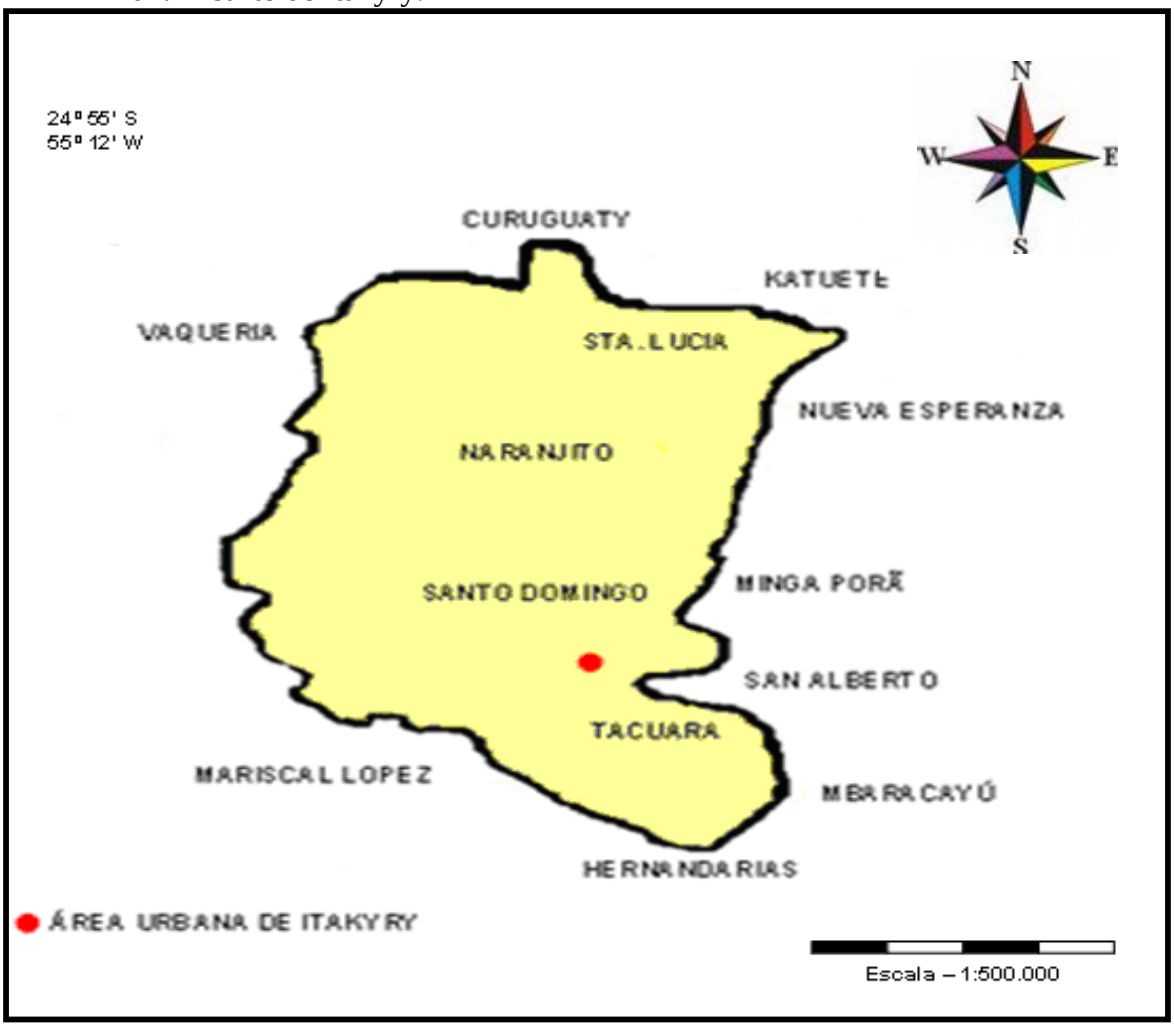
FONTE: (SILVA, 2007). **ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO:** FERRARI, C. A.

Em 1982, em relação à população existente, o crescimento foi de 89%; em 1992, de 79% e, em 2002, a capital teve um aumento de 52% em termos populacionais. A leitura aí apresentada parte de dados oficiais. Na realidade, contudo, a população de *Ciudad Del Este* e de outros distritos do *Departamento de Alto Paraná*, considerando-se o número de migrantes ilegais, é significativamente maior.

Apesar de não haver dados registrados depois de 2002, acredita-se que, mantendo o fluxo médio de crescimento populacional no intervalo de tempo analisado, a capital do *Departamento de Alto Paraná* chegará, em 2010, aos 500 mil habitantes.

1.5.2 – Distrito de Itakyry.

MAPA – 04: Distrito de Itakyry.



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

O distrito de *Itakyry* situa-se a norte do *Departamento de Alto Paraná*, a aproximadamente 100 quilômetros de distância da capital do *Departamento*, *Ciudad Del Este*.

Suas coordenadas geográficas são: 24º 55’ de latitude sul e 55º 12’ de longitude oeste, distante aproximadamente 250 quilômetros de *Asunción*, capital do Paraguai. Conta com uma superfície de 1.890 km². Com uma população em torno de 24.000 mil habitantes, analisando documentos na *municipalidad* do distrito, foi possível verificar que a população de migrantes do Brasil gira em torno dos 60%, ou seja, aproximadamente 15 mil pessoas.

Itakyry foi centro comercial por muitos anos, da localidade se chegava até *Asunción* no século XIV, por um caminho conhecido como *Tape Tuyá*. *Itakyry* também foi o centro dos mineiros, nome dado aos trabalhadores da erva mate que, segundo os nativos, brotava do chão, era como um presente de Deus, diziam os antigos índios da região.

Vale ressaltar, no entanto, que o território da Província Gigante das Índias, denominado posteriormente *Paraguay*, no século XVII, quando chegaram os europeus “conquistadores”, estava totalmente povoado. A região de *Itakyry*, em meados do século XIX, era um povoado de nativos, índios *Avá-guarani*, também conhecidos como *Mbya guarani*.

GRÁFICO – 03: Crescimento populacional de Itakyry.

FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Itakyry constituiu-se, de fato, como primeira capital do *Departamento*, com o aparecimento da *La Industrial Paraguaya*, em 1887, uma empresa dedicada à exploração da erva-mate, plantação natural que existia em abundância em toda a região. No gráfico 3 a seguir, é possível perceber as características do crescimento demográfico do distrito de *Itakyry* desde o primeiro censo realizado pela SENEPA (*Servicio Nacional de Erradicación del Paludismo*), órgão ligado ao Ministério da Saúde do Paraguai.

Na região do *Alto Paraná*, mais especificamente onde atualmente se encontra o distrito de *Itakyry*, os grandes povoados funcionavam como capitais de comunidades indígenas adjacentes. Nessa época havia um grande cacique chamado *Acaray*, que atualmente da nome a um importante rio da região, que teria sua zona de influência até aproximadamente os limites ao sul de *Itapúa*. A oeste comandava outro cacique, que teria seu assentamento terra adentro, até a fronteira de *Caaguazú*. Ali também estava outro cacique, de nome desconhecido, mas, que segundo as estórias contadas pelos mais velhos na região, desse cacique provinha a denominação da localidade.

Além desses caciques, havia outros que comandavam suas pequenas tribos. Devemos atentar a que a família guarani era nômade, mudava-se de um lugar para outro de acordo com as necessidades. Os *guaranis* viviam exclusivamente da caça e da pesca, bem como da colheita de frutos silvestres.

Presume assim, que o nome do distrito tenha surgido com estes nativos. *Itakyry*, na língua guarani, é uma palavra composta, formada pela junção de três radicais: *Ita* (pedra), *Ky* (mole), e *Ry* (extremo, ponto extremo) e significa aqui, “extremo da pedra mole”. Os habitantes da comarca de *Alto Paraná* ressaltam a admiração daqueles que se deparam com o rio na chegada da cidade, a correr entre inúmeras pedras. (Anexo – 3).

Na área urbana de *Itakyry* existem três silos (Cargill, Silo Norte Sul e Dimagh), além de vários outros no interior do distrito. Conta ainda com seis bairros, seis companhias, 64 colônias e 23 comunidades indígenas que vivem na região. Pelos silos e colônias, percebe-se a importância de *Itakyry* na produção de grãos.

A população paraguaia do distrito ainda faz questão de preservar sua cultura e a principal comemoração do distrito é o famoso “Festival do Tereré” que acontece no mês de fevereiro, todos os anos. Este evento artístico se remonta dos tempos dos grandes ervais na época da *Industrial Paraguaya*.

No ano de 1962 por decreto nº 25.338 se colocou em funcionamento la administração municipal da comunidade de Itakyry e, no dia 2 de julho de 1988, através de um decreto presidencial, foi nomeado como primeiro Intendente (prefeito), Rogelio Melgarejo.

Neste inicio de século XXI, Itakyry viu a esmagadora concentração fundiária e, também o domínio social, cultural e tecnológico por parte dos grandes proprietários de terra brasileiros, principalmente com a utilização de sementes transgênicas. Há vários grupos de imigrantes brasileiros que estão se dedicando à compra da mais terra, mesmo para além da segurança das fronteiras. Segundo Lourival Maraskim, médio produtor rural de *Minga Porã*, o grupo liderado pelo latifundiário Romildo Maia[14] tem a intenção de adquirir mais 25.000 hectares na região. Não se trata de um avanço acidental, *Itakyry* assiste a uma absurda concentração de terras com forte apoio jurídico de advogados pagos pelos migrantes brasileiros ricos, os chamados "brasileiros no Paraguai".

Atualmente o distrito de *Itakyry* se transformou em grandes propriedades da soja na imensa maioria formada por "brasileiros no Paraguai", que mudaram drásticamente a paisagem da região. É inquietante o que está acontecendo com as populações campesinas paraguaias e brasiguaias no distrito de *Itakyry*. Tem-se a necessidade de tornar estas alegações com a intenção de alcançar uma mais forte participação das autoridades nacionais sobre a questão rural, a questão ambiental, e incidir sobre o interesse de proteger os camponeses e, tambem a última grande parcela da exuberante floresta remanescente da década de 1960. É importante, entretanto, tentar elevar o status de área florestal protegida e acrescida de um sistema integrado de fatores biológicos e ecológicos entre elas a *"Biosfera de Mbaracayú"* e a *"Reserva Natural Morumbi"*. Razões válidas para um debate que tem a pretensão de alertar as autoridades paraguaias e obter a necessária atenção para a situação alarmante em que chegou a expansão do agronegócio na região.

[14] Romildo Maia, prefeito de San Alberto, brasileiro que está na região de San Alberto desde a década de 1970, grande proprietário de terra.

1.5.3 – Distrito de Mbaracayú.

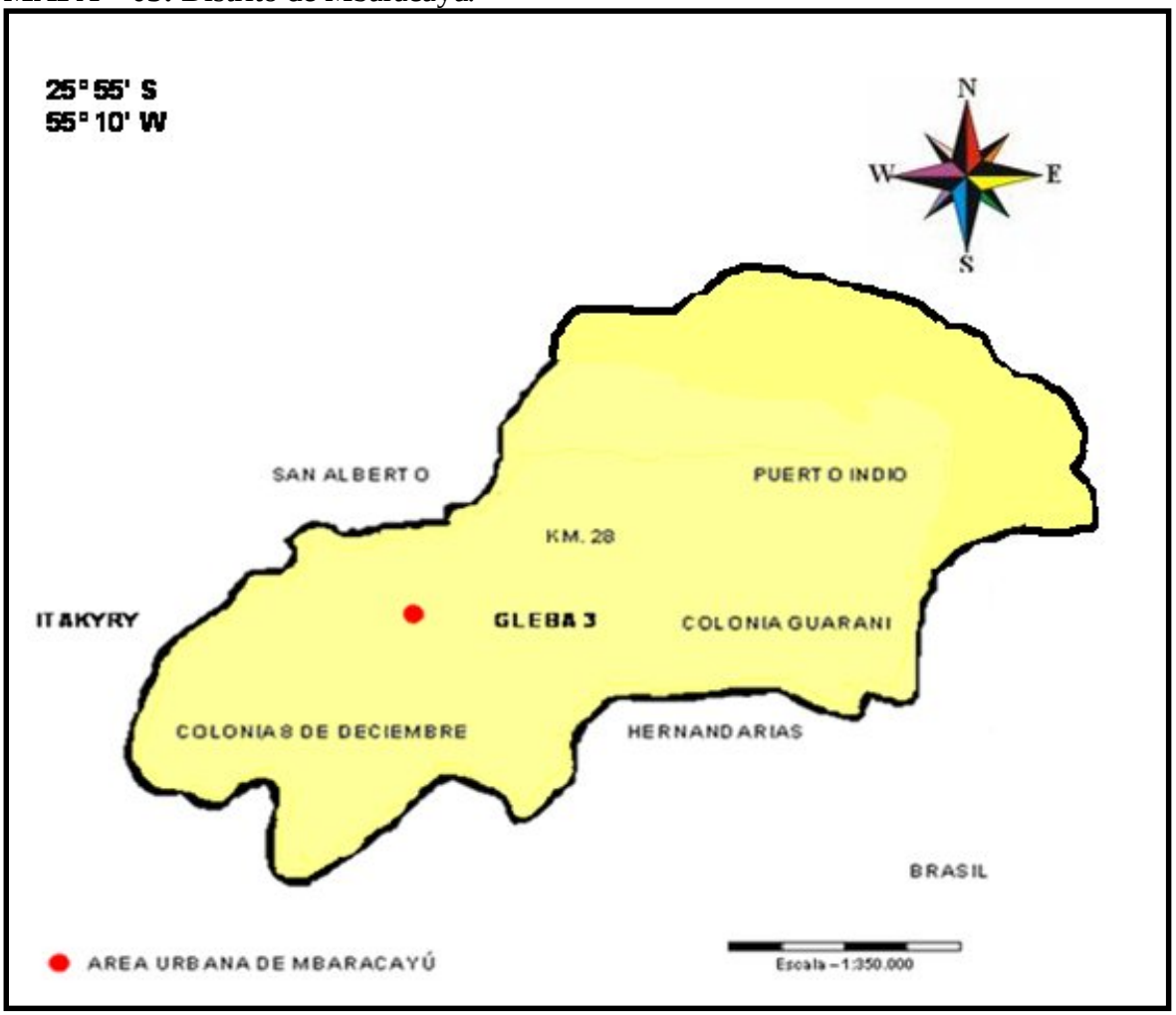
O distrito de *Mbaracayú* localiza-se a norte do *Departamento de Alto Paraná*, a aproximadamente 60 quilômetros da capital *Ciudad Del Este*, à margem direita do Rio Paraná. Suas coordenadas geográficas são: 25º 55” de latitude sul, 55º10” de longitude oeste. (Anexo – 4). *Mbaracayú* era uma colônia da época da *Industrial Paraguaya* e tornou-se distrito no dia 04 de janeiro de 1991.

Sua densidade demográfica, desde 1992, ano de registro na DGEEC (*Dirección General de Estatísticas, Encuestas y Censo*), demonstrou uma diminuição de sua população em 3,1%. Até o final da década de 1980, havia 11.447 habitantes, porém o último censo (2002) revelou uma população de 8.337. (SILVA, 2007). Atualmente, a comunidade conta com uma *municipalidad* (prefeitura) e com vinte três colônias: *San José Bananero, Gleba Cinco Mbaracayú, Gleba Quatro Mbaracayú, Colônia Limoy, Colônia Bella Vista, Colônia Paloma Blanca, Km. 42 General Díaz, Km. 28 General Díaz, Km. 19 Mbaracayú, 3º Línea Tapy Porá, Cruce Mbaracayú, Colônia Indígena Kiritó, Barro Negro, Colônia Fortuna, Gleba 11 Mbaracayú, Gleba 3 Mbaracayú, Gleba Dois Mbaracayú, Colônia Mbaracayú, Nueva Esperanza, Colônia Procópio, Puerto Índio, Colônia Guarani y Colônia 8 de Diciembre.* Na figura a seguir, temos um mapa representando o distrito de *Mbaracayú.*

Este distrito ainda possui um centro de saúde, dois postos de saúde pública, uma clínica particular, quinze escolas, sete capelas da Igreja Católica, uma capela da comunidade indígena e duas igrejas evangélicas. Suas principais atividades são a agricultura e a exportação de algumas madeiras de lei que sobraram da desflorestação do distrito e da erva-mate.

No *distrito de Mbaracayú* a cultura paraguaia está, digamos assim, mais presente que em outros distritos da região, a começar pelo nome do distrito que vem de uma importante cordilheira do país, ao passo que a maioria dos distritos da região norte, como em toda a faixa leste paraguaia, os nomes dos distritos e das cidades tem nomes brasileiros devido ao grande número de migrantes do Brasil que habitam essa faixa fronteiriça. *Mbaracayú* não é diferente em termos de população migrante, no entanto, ainda preserva algumas culturas que em outros distritos praticamente não existe mais.

MAPA – 05: Distrito de Mbaracayú.



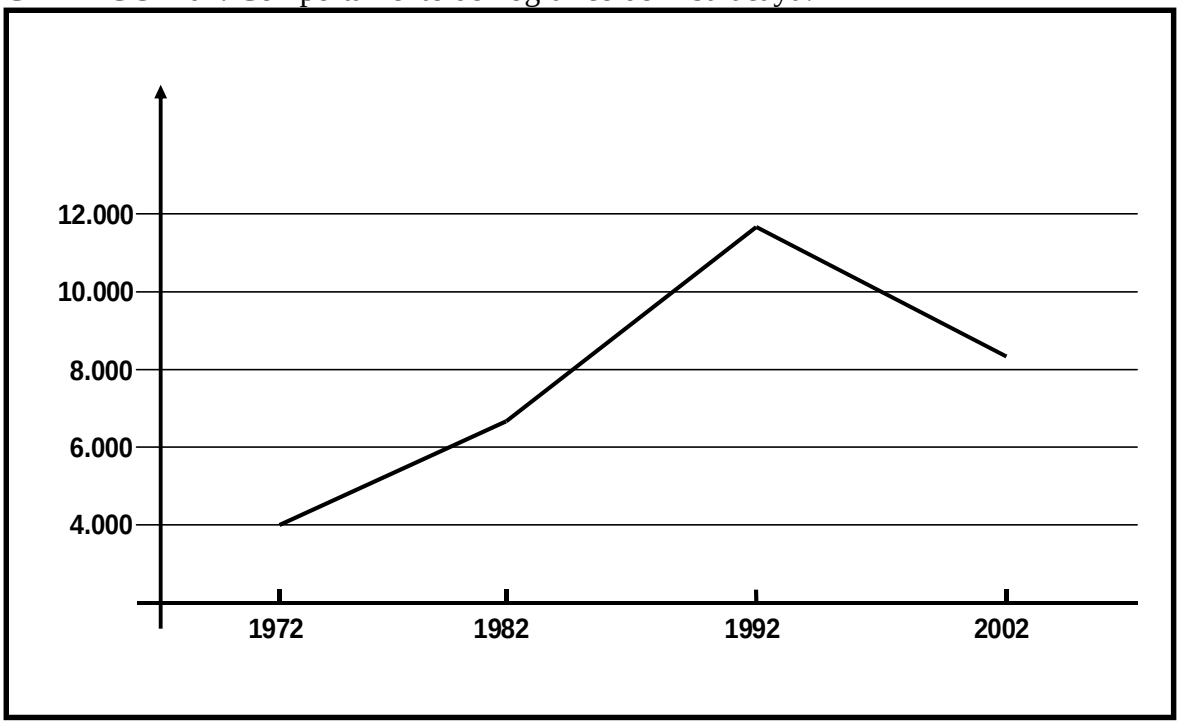
FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Mbacarayú preserva, por exemplo, a música, que na região é uma mistura de elementos guaranis e espanhóis, ampliadas pela recente influência, alemãs e, lógicamente brasileiras. O longo isolamento dessa região até 1970 permitiu a seu povo conservar muitos elementos introduzidos no século XVI e XVII pelos conquistadores, artistas e missioneiros jesuítas procedentes da Espanha.

Vale destacar que a partir da década de 1990, o distrito vem perdendo população, principalmente a rural. Como no restante do *Departamento de Alto Paraná*, *Mbaracayú* sentiu os efeitos da monocultura, ou seja, o avanço indiscriminado do agronegócio que expulsou os camponeses paraguaios e brasiguaios. Atualmente o meio rural do distrito está completamente

tomado pelas grandes propriedades da soja, em sua grande maioria transgênica. No gráfico a seguir, vemos o índice demográfico do distrito de *Mbaracayú*.

GRÁFICO – 04: Comportamento demográfico de Mbaracayú.

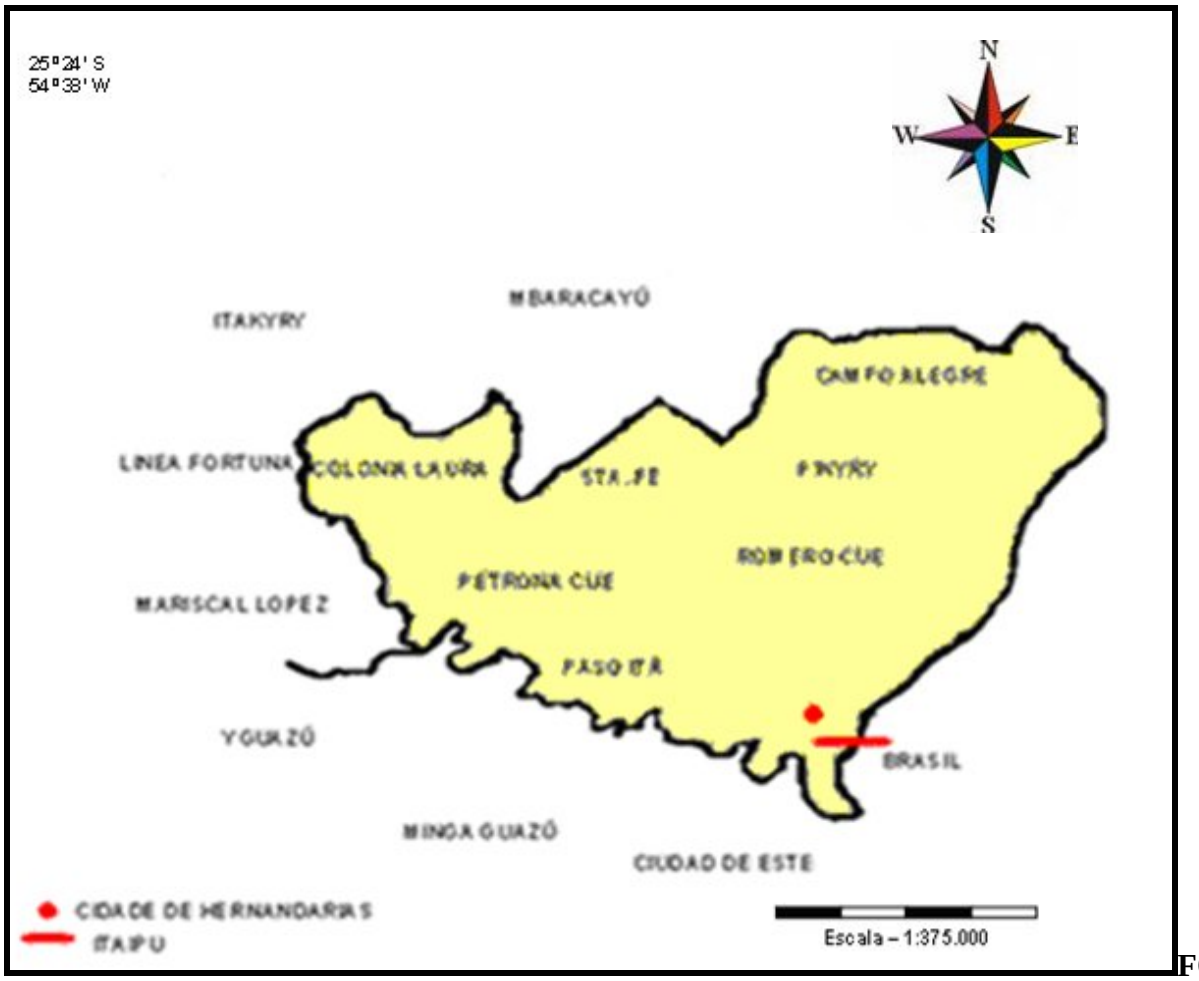


FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

1.5.4 – Distrito de Hernandarias.

O distrito e cidade de *Hernandarias* situam-se no limite do Rio Paraná, a 14 quilômetros de *Ciudad Del Este*, rumo ao norte. Atualmente, é conhecida como *Capital Intercontinental de la Energia*, nome que se deve à construção da Usina Binacional de Itaipu. (Anexo – 5). Sobre a história de *Hernandarias*, a mais conhecida é a de que foi fundada pelos jesuítas no ano de 1609 com o nome de *Tacuru-pucú*. Os jesuítas, na medida em que chegavam aos povoados dos nativos, davam-lhes nomes, na maioria das vezes, de santos. Assim foram aparecendo os nomes dos *pueblos*, sendo que alguns permaneceram até hoje; já outros, desapareceram com o tempo.

MAPA – 06: Distrito de Hernandarias.



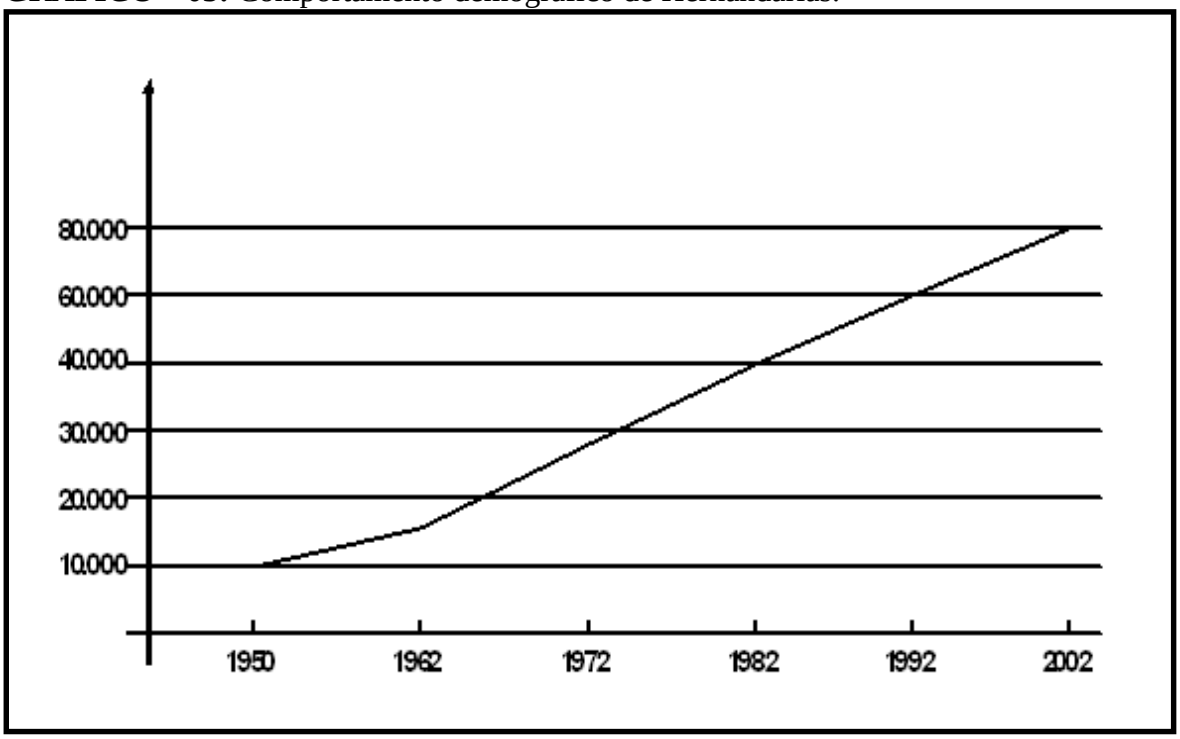
FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Mais tarde, o nome mudou para *Nuestra Señora Natividad el Acaray*, que perdurou até a fundação histórica da cidade em 1619. No ano de 1896, passou a se chamar *Hernandarias*, homenagem ao primeiro governador nativo do Paraguai, *Hernando Arias de Saavedra.* Deve-se considerar que o número de habitantes do distrito e cidade *Hernandarias* oscilou consideravelmente. Antes da metade do século XX, os indígenas e os paraguaios eram nômades, migravam de tempos em tempos e se ajuntavam com outras tribos da comarca. A partir de 1950, começou-se a registrar o número de habitantes existentes no distrito. De 1960 em diante, a (DGEEC) começou a ter conhecimento do número de habitantes, não somente em *Hernandarias*, como também em todo o *Departamento de Alto Paraná*.

A municipalidade na cidade de *Hernandarias*, elevada a primeira categoria por um decreto presidencial no dia 22 de fevereiro de 1980. Vale ressaltar que a lei de cinco de junho de

1879, que concedia ao Poder Executivo a concessão das terras do *Alto Paraná*, a *Industrial Paraguaia*, desde a margem esquerda do *Rio Monday* ao norte, que abarcava até as *Cordilheiras Del Amambay*, com uma superfície de 2.700.000 hectares, foi modificada.

GRÁFICO – 05: Comportamento demográfico de Hernandarias.



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

1.5.5 – Distrito de Minga Porã.

A riqueza do distrito de *Minga Porã* é a agricultura, em sua grande maioria, mecanizada. A partir de 2002, passou-se ao cultivo de culturas transgênicas, já que no país vizinho a semente transgênica é liberada pelo governo. O produto principal é a soja. Há, inclusive, no distrito, grandes silos, geralmente de empresas internacionais, além dos pertencentes a latifundiários brasileiros. (Anexo – 6).

MAPA – 07: Distrito de Minga Porã.

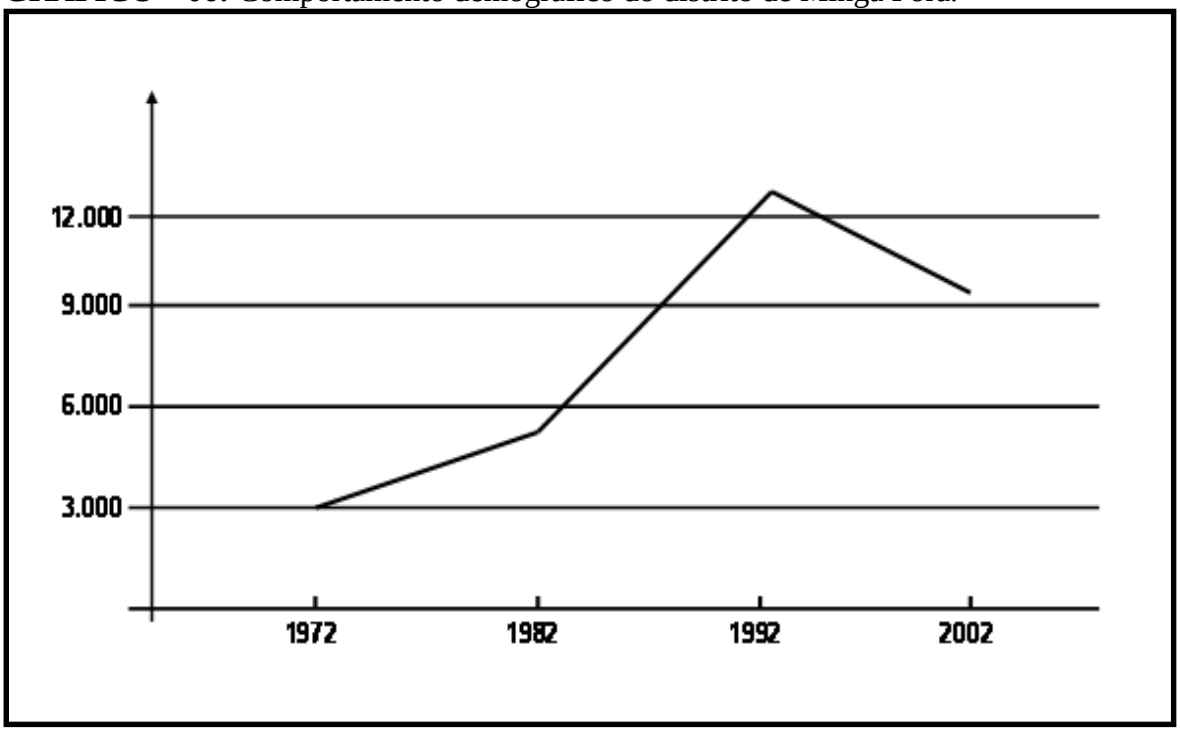
FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

A zona urbana concentra uma grande população de migrantres oriundos do Brasil, tanto dos extratos mais ricos que são conhecidos como “brasileiros no Paraguai” e, em grande maioria dos chamados brasiguaios. Mesmo na zona urbana a população paraguaia é infinitamente menor. Existe uma *municipalidad* (prefeitura), cinco postos de saúde, um colégio público somente para os paraguaios, sete escolas graduadas, ou seja, ensino fundamental e médio, um centro educativo e uma grande igreja com o nome de *Maria Auxiliadora*.

O comportamento do crescimento demográfico, num determinado momento, foi vertiginoso, o que se deve a migrantes brasileiros e brasiguaios e a muitos paraguaios que migraram de *Departamentos* como *Caazapá*, *Neembucú* e *Caaguazú*, principalmente, pelo grande crescimento econômico em meados da década de 1990.

Desde o Censo de 2002, segundo a (DGEEC), houve uma mobilidade social em forma descendente. O decréscimo de habitantes foi de aproximadamente 6% em relação ao que havia em 1992. O número de habitantes – aproximadamente 12.500 – em 2002 baixou para 10.600. No gráfico 6 a seguir, temos um demonstrativo do índice demográfico do distrito de *Minga Porã* de 1982 a 2002. Dos produtos que são cultivados, a soja tem destaque especial, principalmente com a expansão da monocultura praticada em grandes áreas de terras de propriedade de "brasileiros no Paraguai", os migrantes ricos do Brasil.

GRÁFICO – 06: Comportamento demográfico do distrito de Minga Porã.



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Como o distrito está completamente tomado pelas grandes propriedades que, geralmente exige poucos trabalhadores, a maior parte da população se concentra na zona urbana. Até a década de 1980 a população rural sobressaia da população urbana, com o advento do agronegócio a partir desta época a meio rural perdeu habitantes, os camponeses brasiguaios e alguns paraguaios perderam espaço para as grandes propriedades da soja.

1.5.6 – Distrito de San Alberto.

Distrito jovem e economicamente dinâmico caracteriza-se por ser uma zona eminentemente agrícola. Surgiu como colônia de *Itakyry* em 1970, com uma população, em sua grande maioria, formada por camponeses migrantes do sul do Brasil, que se estabeleceu nessa região, principalmente na década de 1970. Posteriormente, em 1991, mediante decreto lei Nº 11/90, foi elevado a distrito, emancipado de *Itakyry*.

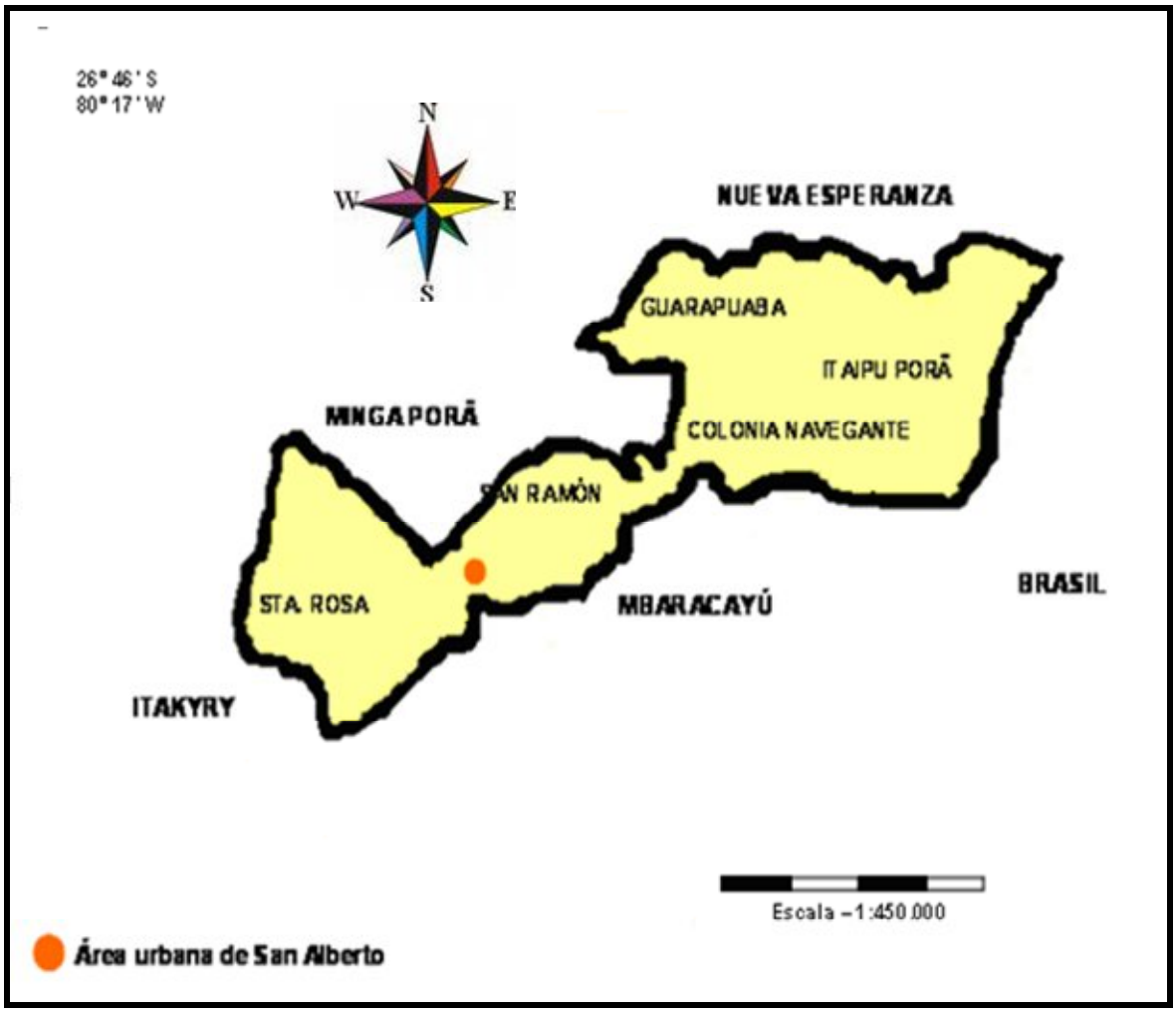
O distrito de *San Alberto* conta atualmente com dezenove colônias. Dentre as principais, destacam-se: *Santo Tomaz, Maria Auxiliadora, Itaipu Porã, Itaipyte, San Jorge, San Francisco Javier, Lote Nove e San Ramón*. Segundo informações obtidas junto à *municipalidad*, o distrito possuía em torno de 30.000 habitantes à época de sua criação, ou seja, na década de 1970. Desse total, aproximadamente 14.000 são migrantes de origem brasileira, já nessa região desde 1966. Assim, como território paraguaio, o distrito de *San Alberto* possui uma característica peculiar. A maioria de sua população é de pele branca e de olhos azuis, descendência dos migrantes sulistas descendentes de europeus, principalmente de alemães.

A principal atividade econômica é a agricultura, a soja, o trigo e o milho. Lugar de grandes proprietários de terras brasileiros, os conhecidos "brasileiros no Paraguai", onde a monocultura mudou drasticamente a geografia do lugar. *San Alberto* localiza-se privilegiadamente às margens do Rio Paraná, e o nome do distrito se deve ao *Capitão Alberto Fernandez*, que foi o latifundiário pioneiro do local, homem venerado pelos paraguaios da localidade como o grande homem do povo. Adquiriu esse poder simbólico justamente devido ao poder econômico e político que desfrutava na região.

Entretanto, *San Alberto* é o paraíso do agronegócio, para se ter uma idéia o distrito foi batizado recentemente como "A CAPITAL DEL AGRO". Em *San Alberto* os camponeses praticamente desapareceram do meio rural do distrito. Na década de 1970 até início de 1990 esses camponeses era a maioria no distrito, atualmente perderam espaço para a grande e média propriedade da soja, ícone do agronegócio no distrito e na região.

No mapa a seguir, observa-se a conformação do distrito de *San Alberto*. (Anexo – 7).

MAPA – 08: Distrito de San Alberto.

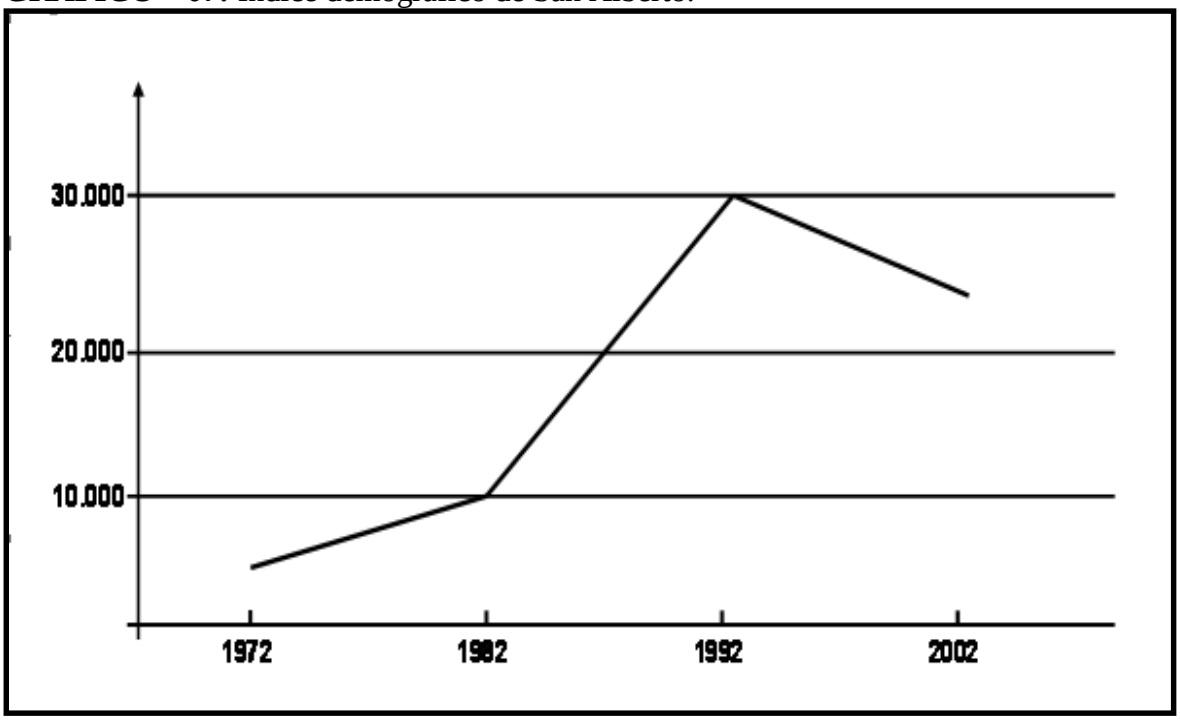


FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Segundo o (DGEEC) dos 30.000 habitantes no final da década de 1970 até meados de 1980, o distrito perdeu em torno de 12% de população até 2002. A partir de meados da década de 1980 o distrito sofreu a expansão das grandes propriedades da soja, ou seja, do agronegócio, e assim, a população rural que era imensamente maior que a urbana, decresceu. Muitos desses camponeses brasiguaios excluídos da terra de trabalho atualmente vivem na periferia das cidades como: *Ciudad Del Este* no Paraguai e Foz do Iguaçu no Brasil, além logicamente da área urbana do distrito.

San Alberto também viu sua população diminuir desde 1992, conforme se vê no gráfico 7 a seguir.

GRÁFICO – 07: Índice demográfico de San Alberto.



FONTE: (SILVA, 2007).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

1.5.7. Distrito de Santa Fé Del Paraná.

Santa Fé Del Paraná localiza-se a 33º 55’ de latitude sul e 55º 10’ de longitude oeste. Foi o último distrito criado ao norte do *Departamento de Alto Paraná.* (Em anexo 7 a Lei Nº 2180 de 11 de julho de 2003). Para o prefeito de *Santa Fé Del Paraná*, o “brasileiro no Paraguai” Joaquim Maciel, a economia do distrito é totalmente agrícola. No entanto, a situação enfrentada pelos agricultores, atualmente, é mais delicada do que se imagina. Segundo ele, os campesinos paraguaios radicados nos movimentos sociais, principalmente do centro do país, são claramente contra os “brasileiros no Paraguai’, ou seja, contra a concentração de terras nas mãos desses brasileiros, problema esse que se apresenta para o novo presidente Fernando Lugo, cujos resultados podem se constituir séria ameaça de conflitos de grande proporção nessa zona de fronteira.

FIGURA 03: Placa na Ruta Internacional indicando a entrada do distrito de Santa Fé.

FONTE: FERRARI, C. A. (2008).

Por ser um distrito novo, com cerca de 6.000 habitantes, na sua grande maioria formada por migrantes oriundos do Brasil (80%), *Santa Fé Del Paraná* sofre, também, as conseqüências da promessa feita, ainda em campanha eleitoral, do Presidente Fernando Lugo. No momento atual, campesinos endógenos, ou seja, os campesinos organizados em movimentos de luta pela terra se deslocaram para a região depois da eleição do novo presidente paraguaio. Percebe-se, entretanto, que o conflito mudou de lado, agora quem sente as ameaças dos campesinos organizados são os grandes proprietários brasileiros da soja, os chamados "brasileiros no Paraguai".

Em *Santa Fé Del Paraná* localiza-se o único assentamento campesino de que tivemos notícia na região norte do *Departamento de Alto Paraná*. Intitulado de *Katupyry Santiago Martinez*, o assentamento reúne uma área de 63 hectares de terra, 63 famílias[15], dentre as quais, algumas de brasiguaios. Não foi possível estabelecer contato com os assentados, já que, ultimamente se vive um clima tenso nessa região da fronteira.

[15] Neste assentamento, apesar de parecer impossível, vivem atualmente 63 famílias em uma área de 63 hectares de terra.

FIGURA – 04: Brasiguaios no plantio em uma grande propriedade na região de Santa Fé Del Paraná.

FONTE: Acervo particular de Daniel Rodriguez Rolón – (2008).

Embora aparentemente inspire tranqüilidade, a região do distrito de *Santa Fé Del Paraná* é uma bomba prestes a explodir. E não é por estar na Tríplice Fronteira, que segundo o governo dos Estados Unidos é reduto de terroristas. É porque no distrito se concentra um crescente número de grandes e médios proprietários de terras do agronegócio e, esses latifundiários estão na mira do novo governo paraguaio, ou seja, uma das promessas de campanha do novo presidente paraguaio: a reforma agrária. Logo, o MCP (Movimiento Campesino Paraguayo) ameaça invadir terras dos chamados “brasileiros no Paraguai”, esse é o medo dos grandes e médios proprietários de terra dessa região. O problema, que até agora está no âmbito social e político, poderá se tornar de difícil solução se o novo presidente paraguaio levar a cabo sua promessa de campanha.

No distrito de *Santa Fé Del Paraná* a atividade mais importante é a agricola tendo a soja como a principal. Em 2008 a mandioca, o milho, algodão e o trigo também tiveram uma grande produção. No distrito existe ainda uma importante exploração florestal do tanino e dos óleos

aromáticos que se utilizam na elaboração de perfumes. A criação de gado também é importante para a economia do distrito, apesar de não ter um rebanho considerável. No entanto, a pesca, sendo que o distrito é muito próximo do Lago Internacional de Itaipu, não tem a importância que deveria ter para a economia local.

O clima da região é subtropical é caracteriza-se pela marcada oposição entre a estação seca e a estação úmida. Geralmente, no distrito de *Santa Fé Del Paraná* é quente, mais especificamente a temperatura média anual é de 25º. O índice pluviométrico do distrito faz o clima muito úmido e quente com uma média de 1.200mm por ano. A fauna do distrito é muito rica, apesar de estar quase totalmente mecanizado, os mamíferos como a anta e a capivara se destacam, sendo inclusive, proibido a caça. No distrito ainda, é possível verificar a presença de alguns animais como a onça pintada, na única reserva florestal existente na localidade.

CAPÍTULO II

2. (DES) TERRITORIALIZAÇÃO E MOBILIDADE NA FRONTEIRA: A MIGRAÇÃO BRASIL/PARAGUAI

2.1. AS MIGRAÇÕES.

A ciência geográfica tem um papel importante na compreensão das transformações do espaço agrário. No caso do Paraguai, onde o modelo agronegócio de produção tem transformado, além da paisagem natural, as relações sociais no campo, os camponeses, cada vez mais, têm a *terra de trabalho*, segundo a concepção de Martins (1980), cada vez mais distante da sua realidade.

A questão que envolve a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios ocorre num espaço de fronteira, de onde podemos apreender alguns aspectos que, segundo Maritns (1997) são essenciais. Um deles é o elemento unificador, ou seja, as experiências de vida dos atores envolvidos, a esperança de um futuro melhor que determinado grupo social utiliza ao se organizar. Para tanto, são utilizadas experiências de vida e de esperança num futuro onde os camponeses possam trabalhar a terra com dignidade. Todavia, ao mesmo tempo, sabem que o destino é incerto. A zona de fronteira pode ser tanto o lugar da oportunidade quanto o lugar da tragédia que nela se caracteriza.

> À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. (MARTINS, 1997, p. 13).

É assim, na fronteira, que camponeses brasiguaios e campesinos paraguaios vivem a margem, sendo explorados pela elite fundiária que se apoderou das terras nessa região de

fronteira que, segundo o geográfo Francês Camile Valloux *"não servem apenas de meio de separação, mas também de interpenetraçao de culturas, interesses e objetivos diferentes"*. (MENEGOTTO, 2004, p. 18).

Também, os grandes proprietários de terra, pautam seus destinos pela exploração dessa classe, que vive pela ilusão de um futuro melhor ou pela certeza de uma iminente expulsão, pela escravidão, que faz que o assujeitado nunca chegue à condição de sujeito, pela falta de terra em meio à imensidão de terra, compondo as máscaras que se esfacelam na tragédia da fronteira, onde José de Souza Martins esquadrinha a face sem retoques de um espaço social marcado pelos caminhos e pelos descaminhos.

A fronteira em questão não é apenas o lugar da esperança de dias melhores. É também o espaço de múltiplas ações, dentre elas, a violência que nela se assenta. A fronteira entre Brasil e Paraguai no extremo oeste paranaense e leste paraguaio, reflete um fluxo de deslocamentos dos camponeses expulsos da terra a partir da segunda metade da década de 1960, trazendo consigo a esperança do tão sonhado pedacinho de chão[16] para, desta forma, poder continuar sua reprodução enquanto camponeses. Conforme as reflexões de Martins.

> Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 163).

Para podermos iniciar a discussão acerca dos grandes deslocamentos de pessoas que ocorrem neste espaço de fronteira, é necessário considerar o território como produto histórico das relações humanas, o que implica a construção de uma demarcação da existência territorial com diversas formas e consignações.

Observemos que o migrante, quando "expulso", leva consigo um pouco de seu lugar de origem, isto é, um pouco de sua vida como ser humano existencial, de seus costumes, de sua língua, de sua cultura. Dessa forma, agora fazendo parte de território estranho, ele busca recriar, mesmo que minimamente, parte do que deixou para trás, em seu rincão natal. Ao mesmo tempo, o território confere poder para aqueles que o possuem, como é o caso dos *"brasileiros no*

[16] Ver – (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe. ALMEIDA, R, A. (2006).

Paraguai"[17] ou possibilidades de ser adquirido por aqueles ainda sem terra, como é caso de milhares de camponeses brasiguaios. Nesse sentido, o território ganha identidade através das relações desenvolvidas nele. No caso específico dos brasiguaios, cogitou-se até mesmo a existência de uma nação brasiguaia dentro do Estado paraguaio.

Podemos observar, no caso dos migrantes brasiguaios, a união em torno de uma identidade e, com isso, a construção de territorialidades que ultrapassam os limites do Estado, o que constitui expressivos processos de re-territorialização. O territorio da região norte do *Departamento de Alto Paraná*, pode ser considerado como território híbrido, já que está repleto de culturas do país de origem que se misturam com a cultura migrante, reconstruindo novos territórios, proporcionando algo novo que se difere, portanto, do Brasil e do Paraguai. Haesbaert (2004). O território é uma porção do espaço onde os indivíduos desempenham seu poder. O território é assim o fruto real das lutas de classe travadas pela sociedade o processo de produção de sua vivência. Vale destacar que.

> Espaço e território não são termos equivalentes [...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

Portanto, quando o homem domina o espaço, este espaço se torna território, que pode, então, ser definido como resultado das relações e possibilidades da ação humana. A acepção do termo, vale destacar, varia de acordo com a concepção teórica de cada pesquisador.

Nesse contexto, a mobilidade populacional de brasileiros para o Paraguai, considerando-se inclusive as diferentes escalas espaciais e temporais em que tais processos ocorreram e vem ocorrendo ao longo das décadas, necessita de um estudo mais aprofundado, especialmente no que se refere às concepções dos brasiguaios, às perspectivas desse povo quando da migração, os motivos que os levaram ao deslocamento até o outro lado do Rio Paraná, no leste paraguaio e, principalmente, em relação às diferenças mais marcantes entre o país de partida e o de chegada. No entanto, o que se vê neste espaço de fronteira são *"verdadeiras multidões itinerantes e*

[17] São os migrantes ricos, os grandes fazendeiros da soja e os médios produtores. Também os comerciantes, trabalhadores com formação universitária que trabalham em setores administrativos nos silos, bancos, loja, etc.

desenraizadas numa permanente busca de trabalho fora de seu lugar de moradia". (MARTINS, 1999, p. 112).

Os deslocamentos, principalmente de camponeses, aumentaram significativamente a partir da década de 1970 até meados da década de 1980 do século passado, tendo diminuído a partir desta data. Deste modo, pode-se afirmar que a migração faz parte da história e da vida do homem, e foi por meio das migrações que novas culturas nasceram e novos sujeitos sociais apareceram.

Singer (1990, p. 40) considera que as migrações são provocadas por dois tipos de fatores: expulsão e atração. O primeiro determina o local de origem dos fluxos migratórios, enquanto o segundo, a direção e as áreas de destino. Entre os fatores de expulsão, temos a modernização conservadora do campo brasileiro e, no extremo oeste paranaense, também, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, essas ações constituídas como modernidade que nada mais é do que, *"num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutivo dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam, nela o capitalismo se antecipa à critica radical de suas vítimas mais sofridas"*. (MARTINS, 2000, p. 21).

Quanto aos fatores de atração, podemos mencionar a terra fértil e seu preço. Considerando esta configuração, pode-se afirmar que houve fatores preponderantes para o deslocamento de uma grande massa de camponeses para essa região do Paraguai, principalmente do Estado do Paraná. No caso dos brasiguaios, a migração e conseqüentemente o retorno a partir de meados da década de 1980, constitui marcos importantes na vida da maioria desses camponeses. Durante a pesquisa, foi possível perceber como a inserção desses camponeses brasiguaios no Brasil, antes e depois da migração, e no Paraguai pode influenciar a forma pela qual se referem as suas experiências. Pôde-se apreender, ao mesmo tempo, como novas relações de trabalho e de vida impostas pelo mundo moderno marcam de diferentes modos as vivências dos migrantes e re-imigrantes e, acabam (re) criando fronteiras além das políticas-administrativas.

Segundo a concepção de Schwarcz, (1998, p. 14). *"A migração é para o migrante um momento que marca sua vida, a partida assinala o encerramento de uma parte da existência ou quase sempre o abandono da pátria"*. A partir desse pressuposto, verifica-se que, no Brasil, a situação sócio-econômica vivida por camponeses sulistas em meados do século passado, especialmente a partir de 1965, atuou como fator de expulsão. Os camponeses, já naquela época,

não vislumbravam políticas satisfatórias que os contemplassem. A modernização conservadora do campo brasileiro que fez com que as fronteiras agrícolas se expandissem além fronteiras nacionais, pode ser apontada como o principal fator de expulsão de uma imensa massa de pequenos agricultores e trabalhadores rurais itinerantes do sul do país rumo ao Paraguai, especialmente para o *Departamento de Alto Paraná*, próximo da fronteira.

Mais é imperativo explanar o que se compreende por expansão da fronteira agrícola: trata-se precisamente de um processo marcado pela alteração das bases produtivas no meio rural as quais passam, conseqüentemente a se ajustar sobre a transformação no padrão tecnológico, necessitando, porquanto, para aquela alteração de inversão ou maior nível de aproveitamento de capital no campo. Deve-se enfatizar que as transformações ocorridas no campo brasileiro, principalmente na década de 1970 (destacando-se aí a expansão da fronteira agrícola) são resultantes de um processo de intervenção nesse setor, que tiveram iníco já em décadas anteriores. Todavia, a ampliação da fronteira agrícola se trata na verdade de uma das etapas do processo de expansão capitalista no país, na qual se verificou que o campo brasileiro poderia, a exemplo do que ocorria na cidade, se tornar também um lócus de acumulação de capital.

Aliado a outros fatores, a migração para o Paraguai é resultado dessa expansão da fronteira agrícola. Entretanto, nas últimas duas décadas, com a democratização do país e as novas medidas econômicas derivadas do Consenso de Washington[18], a inserção do Paraguai na onda da globalização enfrentou a instabilidade socioeconômica que determinou o seu atual estágio de atraso econômico nesse novo contexto internacional. Atualmente o Paraguai se acha confrontado a sua nova posição no contexto socioeconômico mundial, decorrente de sua inserção internacional, especialmente via os canais comerciais abertos pelo MERCOSUL, onde a agricultura segue sendo seu principal setor de integração.

No dia 26 de julho o MERCOSUL fez 15 anos de vida, no entanto o Paraguai não tem muito que comemorar. Dada sua localização interior, sem saída para o mar, o Paraguai torna-se

---

[18] Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão *"Consenso de Washington"*, através da qual ficaram conhecidas as dez conclusões daquele encontro. (www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/**consenso**.html). Acessado em 16 de maio de 2009.

extremamente subordinado a boa-vontade das potências regionais, sendo uma delas o Brasil, para escoar sua produção e receber insumos para desenvolver seu setor produtivo. De acordo com dados da União Industrial Paraguaia (UIP), mais de 800 indústrias cerraram suas portas nos últimos anos por não suportar a concorrência desleal dos vizinhos, principalmente o Brasil. A maior dependência é no campo energético, as duas grandes usinas hidrelétricas do país são binacionais (Itaipu, com o Brasil; *Yaciretá*, com a Argentina), fato que, longe de ser um benefício, transforma-se em prejuízo já que a energia fornecida ao consumidor paraguaio é cara e de péssima qualidade. Nessa cifra contabiliza-se, na região norte do *Departamento de Alto Paraná* os brasiguaios que são cerca de 80% no interior do *Departamento*, dificultanto ainda mais a vida dessa população camponesa migrante.

O Paraguai fez um grande esforço nesses 15 anos de MERCOSUL, apesar disso a complexidade da questão, requer maiores deliberações para ajustar e aproximar posições contemplando os interesses de todos. Evidentemente, mais uma vez, quem sofre mais com essas mazelas em relação ao MERCOSUL, são os camponeses brasiguaios e os paraguaios, que vêem a cada dia as condições de sobrevivência se agravar.

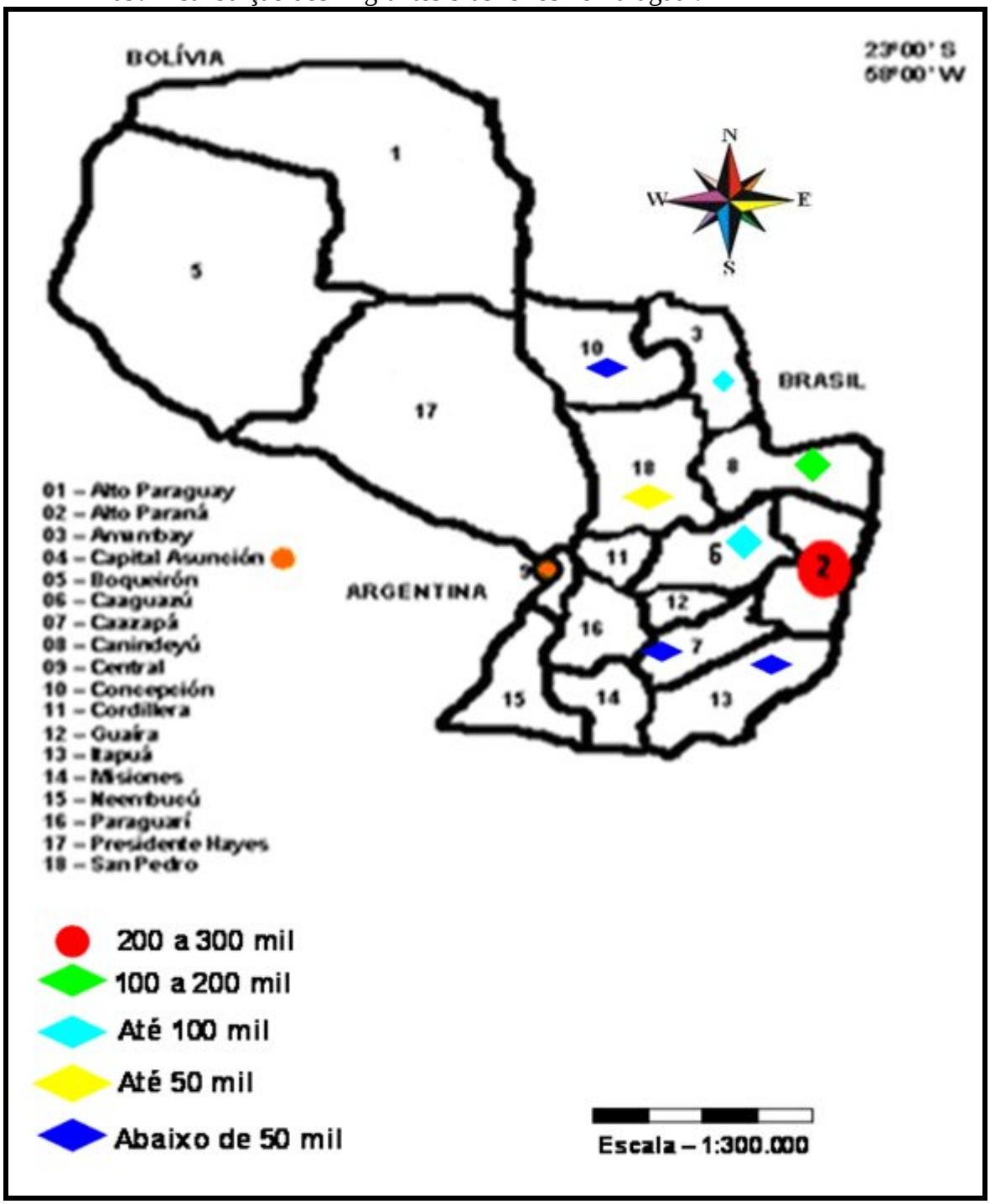
Analisaremos mais profundamente a questão da migração de pequenos agricultores, rendeiros, meeiros, parceiros, agregados, e os chamados bóias-frias para o Paraguai a partir da segunda metade do século XX, porque foi a partir desse momento que o deslocamento para o Paraguai se intensificou. O processo migratório brasileiro para o Paraguai foi intenso e de amplo impacto até o início da década de 1980 do século passado, vindo a diminuir a partir de então.

> Nos últimos anos os cafezais cederam lugar aos cultivos de soja e trigo no Paraná, apresentando alto índice de mecanização da agricultura e, com isso, o colono de várias regiões do Paraná emigrou, e vários deles constituem grande parte dos brasiguaios, vivendo no Paraguai, aumentando o número de bóias-frias, arrendatários, meeiros na luta camponesa pelo direito à terra [...], o modelo de modernização da agricultura desenvolve atividades monocultoras regionalizadas com o uso da tecnologia avançada e da mecanização. Utilizando temporariamente a mão-de-obra de bóias-frias e acentuando a crise na produção de alimentos para o consumo interno no país, expandiu a fronteira agrícola em direção ao norte nos países da fronteira. (BATISTA, 1990, p. 89).

Segundo a pesquisadora paraguaia Fernanda Feliú (1999), até o final da década de 1950 e início da década de 1960, a migração era ínfima. No mapa a seguir, localizamos o destino dos

fluxos migratórios do Sul do Brasil para o Paraguai, destaque para o *Departamento de Alto Paraná*, especialmente a região norte.

MAPA – 09: Distribuição dos migrantes brasileiros no Paraguai.



FONTE: Souchaud et all (2006).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.(2008).

A massa que intensificou a migração para o Paraguai a partir de meados da década de 1960, era formada por pequenos agricultores e trabalhadores rurais de toda a ordem que, em geral, ocupavam as terras brasileiras, especialmente do sul do Brasil para a produção de produtos alimentícios para o auto-consumo e comercialização do excedente, antes do advento da modernização da agricultura no Brasil, que culminou com a expulsão de uma grande massa desses camponeses do meio rural brasileiro.

Essa migração continuou incipiente, mesmo após ter sido criado pelo governo paraguaio, em 1961, o programa "Marcha Del Este[19]", cujo objetivo oficial era de ocupar a fronteira leste daquele país com campesinos paraguaios, apenas alguns poucos colonos se aventuraram nas matas paraguaias para o cultivo de hortelã e de tung[20] com a ajuda de braços campesinos paraguaios.

Conforme os estudos de OLIVEIRA, T.C.M. (2005, p. 74), *"no início de 1960 implementou-se no Paraguai a 'marcha em direção ao leste' com o objetivo, entre outros, de dotar com terras os campesinos paraguaios da zona central do país"*. Entretanto, na tentativa de fortalecer a migração, algumas modificações foram feitas nas leis do país, sendo que:

> Paralelamente a essa Marcha, em 1963, o governo paraguaio alterou o Estatuto Agrário, revendo a proibição – estabelecida no Estatuto de 1940 – de vender terras a estrangeiros nas zonas fronteiriças. Com isso, abriu-se o caminho para a venda das terras mais férteis do país a brasileiros e corporações transnacionais. Recentemente em 2002, pela Lei 1963, restabeleceu-se a cidadania paraguaia como requisito para o recebimento de terras por parte do IBR. [...] Outro fato relevante constituiu a violenta repressão às Ligas Agrárias – a partir de 1970 – o exercito paraguaio foi mobilizado para a expulsão de camponeses proprietários de terras em áreas pretendidas por companhias colonizadoras brasileiras. Assim, por exemplo, em *Yhú*, *Departamento de Caaguazú*, <u>fronteira oeste com o *Departamento de Alto Paraná*</u>, soldados paraguaios queimaram as barracas e expulsaram de seus lotes umas 1300 famílias, confiscando suas terras. Grande parte das mesmas passou a ser propriedade de militares paraguaios que, por sua vez, venderam-nas, posteriormente, a empresários brasileiros. (OLIVEIRA, T, C, M. 2005, p. 75). [o grifo é nosso].

---

[19] Programa do governo Alfredo Stroessner que previa o desenvolvimento da fronteira leste paraguaia com campesinos paraguaios. Mas, na verdade foi criada com a intenção de colonizar a fronteira com agricultores do Sul do Brasil, descendentes de europeus.

[20] Nome cientifico (Aleurites Fordii) planta nativa da Ásia, com excelente potencial de produção de óleo para a indústria química e combustível, seu plantio é recomendado em áreas onde a agricultura mecanizada se torna impossível, próprio da agricultura familiar. (CEPEDAL).

A migração até 1965 era formada, principalmente, por caravanas de camponeses de produção familiar e trabalhadores rurais itinerantes sulistas (rendeiros, agregados, bóias-frias, etc.) e, em menor proporção, de outras regiões do Brasil. Todavia, grandes latifundiários brasileiros já haviam adquirido amplas áreas de terra nessa região do Paraguai entre 1950 e 1955. A construção da Ponte da Amizade (1962/65), que visava primeiramente a favorecer o comércio paraguaio através do porto de Paranaguá, também favoreceu o deslocamento de milhares de brasileiros. O deslocamento também ocorre em outros locais ao longo da fronteira.

Entretanto, esse processo deu início ao aniquilamento dos grupos nativos que viviam na região (índios, posseiros, campesinos) nos mesmos moldes da implantação no Brasil da "Marcha para o Oeste[21]". O processo de modernização agrícola no Paraguai a partir dos anos de 1970 foi, assim, a principal causa do desaparecimento da população indígena. As populações guaranis se localizaram em lugares com matas nativas e perto de cursos de água, o que possibilitava a realização da pesca, caça e coleta silvestre, conjuntamente com as atividades agrícolas. A agricultura era realizada em espaços abertos na floresta, já que as ferramentas utilizadas nessa época eram muito precárias. Os membros de uma mesma origem se re-agrupavam em grandes casas, compreendendo onde se encontravam as aldeias ou *"tekohá"* com grandes casas comunais que reuniam muitas famílias.

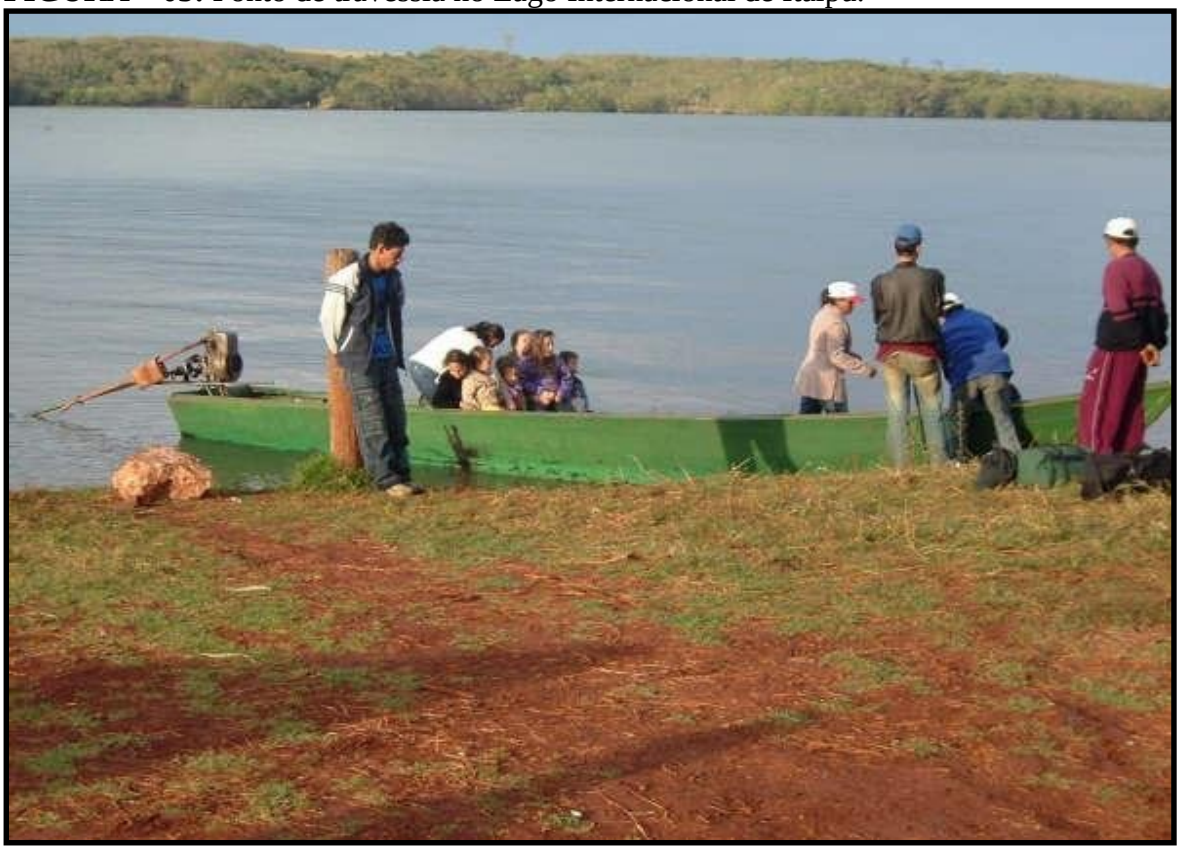
Essa expansão horizontal desmatou as florestas, os animais desapareceram e os rios foram poluídos com agrotóxicos, o que fez com que a população campesina paraguaia, principalmente a indígena, fosse empurrada para o centro do país ou para reservas criadas pelo governo. Em todo o *Departamento de Alto Paraná* vivem cerca de 1.000 índios, ao passo que, antes do advento da abertura da fronteira leste, o número de indígenas nesta região do Paraguai atingia os milhares. Conforme as palavras de (MARTINS, 1999, p. 134) *"muitos, e esse ainda é um fato dos nossos dias, consideram que os índios não são humanos e estão muito mais próximos dos animais da floresta do que dos homens"*.

Podemos observar na figura a seguir, um local de travessia, próximo a Porto Mendes Golçalves distrito de Marechal Cândido Rondon, usado por famílias camponesas que migram ilegalmente para o outro lado da fronteira.

---

[21] Programa criado pelo governo Getúlio Vargas na década de 1940 para incentivar o progresso e ocupação do Centro-Oeste. Foi organizado um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

FIGURA – 05: Ponto de travessia no Lago Internacional de Itaipu.



FONTE: FERRARI, C. A. (2008).

No entanto, o projeto que previa o desenvolvimento dessa área de fronteira foi norteado por uma visão geopolítica[22] elaborada no período da ditadura Stroessner (1954/89) no Paraguai, com amparo na ditadura militar do Brasil (1964/85). O projeto, inicialmente, foi criado com o objetivo de integração e de expansão econômica na região para, assim, poder diminuir a influência da Argentina no chamado Cone Sul, já que o Brasil e a Argentina disputavam a hegemonia na Bacia do Prata.

[22] O projeto de englobamento político-econômico das forças que comandam o Brasil orientou estrategicamente o expansionismo intervencionista do capitalismo nos países vizinhos. Para isso, era preciso ter uma fronteira armada e forte para fazer valer a divisão internacional do trabalho, fundamentada na exportação do capital [...]. Do ponto de vista geopolítico, o governo do ditador Stroessner a considerava um fator de desenvolvimento, enquanto que a oposição via a presença de brasiguaios como ameaça à soberania do país [...], a doutrina geopolítica aplicada é a de "ocupar os espaços vazios" sob orientação do poder central para permitir a captação de influências e pressões forâneas. [...]. O regime militar instalado com o golpe de 1964 no Brasil traçou uma política de colonização da fronteira agrícola que pressionou os camponeses às migrações forçadas, pelo processo de modernização da agricultura nas terras já colonizadas, principalmente das regiões Sul e Sudeste [...], a nova estratégia geopolítica serviu para povoar a fronteira, ocupar o território paraguaio como forma de dominação política, mas o modelo espoliativo de acumulação capitalista no campo atingiu as novas áreas colonizadas repetindo os conflitos e multiplicando os sem-terra que organizados estão lutando conscientemente na fronteira. (BATISTA, 1990, p. 61-62).

Com esse pretexto, o discurso de distribuição das terras da fronteira a campesinos paraguaios sem terra foi uma perspicácia do governo paraguaio para não criar conflitos pela posse da terra com os campesinos e os índios que ainda viviam na fronteira leste e, principalmente, para mitigar os conflitos existentes que estouravam no centro do país, mais diretamente nos *Departamentos* de *San Pedro, Concepción, Caazapá e Missiones. "En síntesis, se tiene un Estado que se define como "social de derecho" pero que en la práctica no há respondido a su función de mediador y de controlador pra amortiguar las desigualdades sociales"*. (RIQUELME, 2003, p. 40).

A finalidade deste projeto era, porém, colonizar com colonos do sul do Brasil, descendentes diretos de europeus. O próprio presidente, Alfredo Stroessner era descendente direto de alemães. Nesse sentido, a real finalidade do governo paraguaio era transformar a região num amplo corredor de grãos e, para que isso acontecesse, considerou-se que teria de ser com pessoas "aptas" com o trabalho nas lavouras.

> La ética del trabajo, como el mecanismo fundamental para acumular riquezas, está en la raiz del desarrollo del capitalismo occidental moderno, como analiza Webber (2004), y los inmigrantes europeus que vinieron al Brasil y sus descendientes que hoy están en Paraguay incorporan y glorifican este "espiritu capitalista". *Ao passo que* los campesinos son adeptos de una cultura agrícola comunitaria de origen indígena, fundada en la solidariedad y la producción de subsistencia. (FOGEL y RIQUELME, 2005, p. 169). [O grifo é nosso].

Segundo a ideologia, os campesinos paraguaios não possuem a ética do trabalho que têm os migrantes brasileiros sulistas de descendência européia, isto começou com os colonizadores ainda em meados da década de 1960, *"a conhecida ética do trabalho protestante, na qual o trabalho árduo, diligente, abnegado, e o êxito temporal, foram equiparados à virtude"*. (CAPRA, 1982, p. 187). Ou podemos afirmar verdadeiramente que os paraguaios não aceitam o fato de os migrantes se apossarem das terras que seriam deles por direito, por serem cidadãos paraguaios puros, e também por não aceitarem a exploração por esses migrantes no trabalho nas propriedades? Nessa concepção,

> [...] questões inerentes a características "étnicas" foram levadas em consideração, no sentido de se priorizar elementos brasileiros de origem germânica, principalmente, e européia, por extensão, a partir do ideário de serem portadores de capacidade técnica, serem altamente produtivos, e com desejo de prosperar. (SONDA, 2003, p. 860).

Questionamo-nos, contudo, se a atitude dos paraguaios em não trabalhar, em viver só de mandioca com dizem os migrantes brasileiros, principalmente os da elite e da classe média, não caracterizava resistência em não aceitar o fato de os migrantes se apossarem das terras, que seriam deles por direito e também, por não aceitarem a exploração por esses migrantes no trabalho nas propriedades que anteriormente eram deles.

Neste contexto de desenvolvimento dessa faixa de fronteira com colonos descendentes de europeus, existe uma hipótese levantada pela geógrafa Professora Mirian Hermi Zaar[23] (2001), em torno dessa abertura da fronteira promovida pelo General Stroessner nos idos de 1960. Segundo Zaar, *"o Estado paraguaio estaria desenvolvendo políticas de branqueamento da população predominantemente indígena"* [24]. Portanto, a seleção dos migrantes tinha uma razão de ser para o Estado paraguaio, como aconteceu no Brasil na época do Império (1822-1889).

Ainda segundo Zaar (2001), cogitava-se, também, que o governo ditatorial paraguaio estava praticando uma política de boa vizinhança com o Brasil para a possível construção de uma usina hidrelétrica no Rio Paraná que viria a ser Itaipu. E o governo paraguaio desejava promover a modernização da agricultura com o objetivo de se tornar um grande produtor de grãos num futuro próximo. Porém, para que isso viesse acontecer necessitava de migrantes brasileiros do sul, descendentes de europeus, que possuíam grande experiência na agricultura.

Aliada à questão da abertura da fronteira pelo governo paraguaio, na década de 1960 e, conseqüentemente, à agitação provocada pela questão geopolítica versada pelos governos ditatoriais dos dois países, surgiu e generalizou-se a idéia de que, no Paraguai, os colonos migrantes do Brasil tinham possibilidades de ficar ricos com o cultivo em terra vermelha, fértil e barata.

Essa propaganda abria novos horizontes para grande parte dos camponeses sulistas que sofria com a modernização conservadora da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo, ela aguçava a ganância de grandes latifundiários alguns inclusive, já haviam adquirido extensas áreas de terra na região para futuras colonizações. Esses latifundiarios eram incentivados pelo IBR (Instituto de Bienestar Rural), órgão do governo paraguaio para questões fundiárias e, uma espécie de agente do latifúndio, que exercia uma política clara de concentração de terras para exploração. Conforme

---

[23] Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona.

[24] ZAAR, M. H. Migración y cambio social. (Scripta Nova) Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. [ISSN 1138-9788]. Barcelona-España, Nº, 94 (88), 01 de agosto de 2001. www.ub.es/geocrit/sn- 28de março de 2008.

relata um membro de uma família catarinense que vivia no município de Palotina no Oeste do Paraná:

> Então se fazia uma propaganda, inclusive se usava até as rádios locais. Propaganda de terras no Paraguai, terras férteis. E os corretores usavam uma tática, lembro até hoje, diziam que lá ia ser Brasil. Bem naquela época, coincidiu com a construção de uma usina hidrelétrica que ia se chamar Itaipu. Diziam que o Paraguai não tinha dinheiro pra pagar a usina pro Brasil, que ia ceder em terra, que essa região onde as firmas estavam vendendo as terras ia pertencer... Ia entrar no negocio da Itaipu. Então isso era uma tática que eles usavam pra animar o povão a morar nesse... No Paraguai. (SPRANDEL, 1992, p. 158).

A insistente propaganda dizia, por exemplo, que a venda de 25 hectares de terra no Brasil permitia a compra de 250 hectares no Paraguai. Essa propaganda tornou-se ainda mais abrangente quando, em 1967, o governo do Paraguai aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras (ALVES, 1990).

Os mais conhecidos colonizadores brasileiros que adquiriram grandes extensões de terras nessa região do Paraguai foram Geremias Lunardelli, James Watts Longo, João Muxfeld, João Borba, Manuel Teixeira, Antonio Martins, Mario Gibson Barbosa e Willy Cristiano Lüdeke, este último radicado no município lindeiro de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná. Conforme Galeano y Yore (1994), sobre a pessoa do colonizador Willy C. Lüdeke, o mesmo teria a companhia do capitão paraguaio *Fermín Ayala* e outros pioneiros como os irmãos *Targanski* e a família *Gerke*.

> Sem querer aprofundar o estudo da presença de Lunardelli e, *outros pseudocolonizadores*, neste período, quer-se apenas apontar que, deste momento inicial do processo de migração de brasileiros, também participaram os grandes empresários, que, conforme aponta Laino, são, antes de tudo, não colonizadores, mas pseudo-colonizadores, que utilizam prestígio político, tanto no Brasil, com Vargas, quanto com pessoas e autoridades ligadas a Stroessner para revender, de forma especulativa. (SONDA, 2003, p. 84). [O grifo é nosso].

Como conseqüência, esse discurso acabou, da mesma maneira, aguçando a imaginação de uma massa de camponeses de toda ordem, pois eles viram, nesses projetos de colonização, uma oportunidade de trabalho e até mesmo a possibilidade de adquirir o tão sonhado pedaço de chão. Esses trabalhadores rurais, nesta época, viviam a realidade de verem sua terra de sobrevivência, serem incorporadas pelas grandes propriedades monocultoras modernas que se

expandiam no campo brasileiro, expulsando, por conseguinte, os pequenos agricultores, a população rural sem terra, posseiros, meeiros, terceiros, agregados, rendeiros, etc.

No final dos anos 1960, foram abertos vários núcleos urbanos (vilas) pelos colonizadores brasileiros em diversos pontos do *Departamento de Alto Paraná* e, para que essas terras fossem "amansadas", era preciso angariar braços acostumados com a derrubada das matas e com a formação das lavouras e das vilas. Para essa árdua tarefa, ninguém melhor que os trabalhadores rurais volantes (bóias-frias) que foram perdendo espaço e trabalho no campo brasileiro. Entretanto, esses camponeses *amansadores de terra*, não eram, com raras exceções, descendentes de europeus. Eles eram os itinerantes, legião formada principalmente por nordestinos, mineiros, mato-grossenses e paulistas. A partir dessa dinâmica, o governo paraguaio *"[...] aproveitou a idéia de o Brasil espichar as fronteiras e criou uma política de atração para o camponês brasileiro, com isto, o Brasil aliviou a pressão interna, a matança no campo, e o Paraguai ganhou mão-de-obra barata*". (WAGNER, 1989, p. 15).

> No bojo da entrada dos grandes latifundiários, foram trazidas famílias de pequenos produtores rurais sem-terra [...] provenientes, principalmente, dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, em vez de se contratar campesinos paraguaios, que teriam, a priori, de alguma forma, a proteção do Estado paraguaio. Trabalhadores estes responsáveis pelo desmatamento das terras, tarefa imprescindível para a posterior mecanização, ou para a plantação de pastos para as fazendas e mesmo cafezais. Segundo estimativas de religiosos do Departamento de Alto Paraná, tendo em vista a não existência de censo oficial em torno da migração brasileira no período, e mesmo posteriormente, de cada 100 brasileiros a ingressar no país no transcorrer do período de meados dos anos 1960, 75% <u>eram camponeses dessas regiões.</u> (SONDA, 2003, p. 87). [grifo nosso].

Devido especialmente à proximidade com o local de origem e à propaganda intensa frisando a fertilidade do solo guarani, essa faixa da fronteira paraguaia e, aí, em especial, a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, foi o destino de milhares de camponeses. Os estudos de Menezes (1992) revelam:

> As promessas de terras férteis e baratas no Paraguai e as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, sobretudo com a implementação de uma política agrícola de modernização, que privilegiou a média e grande propriedade, provocando a desestruturação da pequena propriedade, explicam o êxodo de milhares de camponeses sem terra ou com pouca terra para o Paraguai. (MENEZES, 1992, p. 115).

Assim sendo, com a crescente expropriação de camponeses do meio rural brasileiro, principalmente no campo paranaense, naquele momento, finais da década de 1960, trabalhadores rurais sem terra acreditavam que nesses projetos de colonização em território paraguaio teriam uma possibilidade de produzir e, por conseguinte, uma oportunidade de permanecer na terra.

Percebe-se, portanto, que o novo rural brasileiro se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração das pequenas propriedades, das posses, dos arrendamentos e, principalmente da distribuição da renda no setor agrícola. (SILVA, G. 1982).

Da mesma forma, neste período, o deslocamento para o país vizinho começou a se intensificar. Foram milhares de famílias de pequenos agricultores e trabalhadores rurais camponeses que cruzaram a fronteira em busca de terra, trabalho e vida digna. Sobre essa questão, CORTÊZ (1994) afirma:

> Aos milhares de agricultores que não conseguiram a legalização de suas posses e nem garantias de auxilio financeiro e técnico para competir com a monocultura que surgia, restava a migração. O novo sistema agrícola não lhes reservava espaço, as novas tecnologias dispensavam o trabalho braçal das famílias que cultivavam, quase artesanalmente, produtos para o abastecimento interno. (CORTÊZ, 1994, p. 20)

Percebe-se, através de várias leituras sobre a questão que a partir da década de 1970, os pequenos agricultores e os camponeses sem terra do sul do Brasil, foram de certa forma, surpreendidos com o processo de modernização principalmente, nas grandes propriedades decorrentes da implantação da lavoura mecanizada da soja, obrigando muitos desses camponeses ao deslocamento.

Com a crescente expulsão dos camponeses do meio rural, outro fator, ainda, viria a colaborar para o aumento desse deslocamento de pessoas, além de mudar a paisagem da costa oeste paranaense: a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Do mesmo modo, era chegado o momento esperado por Stroessner para a colonização com descendentes do sul do Brasil, pois os migrantes dos extratos mais pobres da população já haviam feito o trabalho de derrubada das matas. Nesse sentido, a partir do início dos anos 1970, *"a dinâmica de atração tem a ver com a prioridade aos descendentes de germânicos, em função da experiência que já traziam desde o Rio Grande do Sul no trato com a terra, em função do capital tecnológico que já possuíam"*. (SONDA, 2003, p. 87).

Todavia, enquanto a questão de Itaipu não saía das “mentes progressistas”, a preocupação, principalmente dos camponeses – não somente do oeste do Paraná, mas de todos os recantos do país que dependiam diretamente da terra para sua sobrevivência – era a exclusão provocada pelo novo, pelo moderno, na agricultua brasileira.

É evidente que este problema vem se arrastando no Brasil desde a criação da Lei de Terras em 1850[25]. A excludente lei, por sinal, não criou um regime especial de acesso à propriedade da terra para os pequenos lavradores e para os camponeses em geral, preferiu reconhecer a compra como única forma legítima de se adquirir terras, obedecendo às imposições da elite fundiária, que na época era formada pelos senhores de engenhos ou, donos de escravos. A Lei das Terras também validou um costume político desmoralizado que se perpetua até os dias atuais, para marcar o fosso existente entre os interesses dos grandes domínios territoriais e o da posse familiar. A famigerada lei foi benévola na legitimação de antigos direitos de domínio de particulares, sobre as terras do Estado:

Deste modo, esta mudança na estrutura rural foi um dos fatores mais importantes para se compreender o deslocamento de grandes levas de brasileiros para o Paraguai ao longo das décadas de 1970 e início de 1980 do século passado, além, logicamente, da expropriação que viria a acontecer com a formação da represa de Itaipu, nesta mesma época.

Em tal contexto de expulsão e deslocamento de camponeses para o Paraguai, a monocultura da soja necessitava cada vez mais de espaço físico para a produção de grãos para exportação. Logo, as pequenas propriedades camponesas foram sendo incorporadas as grandes propriedades agrícolas que se expandiam naquele momento, ao mesmo tempo em que o governo paraguaio atraía esse extrato rural com promessas de terras férteis e baratas em seu território. Percebe-se, portanto, que, *“o capitalismo não se dissemina unicamente através do progresso material, ele cria e restaura formas arcaicas de exploração do trabalho, expulsando, marginalizando, escravizando”*. (MARTINS, 1999, p. 127).

Embora a modernização conservadora se desenvolvesse rapidamente no Brasil, a incorporação e a expansão de novas áreas ao processo produtivo tornavam-se mais acessíveis ao

---

[25] A Lei de Terras de 1850 regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovia a legitimação das grandes áreas de terras dos fazendeiros que tinham sido conseguidas por simples ocupação, proibia as aquisições por outro título que não fosse o de compra e autorizava o governo a fazer vir anualmente, a custa do Tesouro, certo número de colonos livres e bem assim fundaram colônias nos lugares que mais conviesse. Essa lei alterou fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. (MARTINS, 1973, p. 51-52).

grande proprietário de terra do que a expansão vertical da produção com a aquisição de máquinas, tratores e todo o tipo de equipamento agrícola de que necessitava a agricultura moderna. Nessa conjuntura, a expulsão dos camponeses foi o resultado mais evidente verificado.

> Naquele tempo, pelo menos aqui na região de Santa Helena, quem tinha pouca terra que nem eu tinha que vender pros fazendeiros, porque a gente não conseguia mais financiamento nos bancos, para plantar por conta era difícil, impossível, pois o preço das sementes era caro e se plantasse semente que não fosse a tratada não dava quase nada, não tinha jeito, eu mesmo vendi e quase fui pro Paraguai, pois diziam que lá era bom que a terra era melhor que aqui e coisa e tal, mais não fui, nunca mais trabalhei com lavoura, fui pra cidade trabalhar de salário e nunca mais tive roça[26].

Cumpre-se notar que, esta síntese não se trata apenas de uma argumentação conclusiva, mas uma formulação narrativa vivificada enquanto experiência. Enquanto tal, contestadora daqueles sentidos esvaziados que lhe retiraram o pertencimento a este chão, insistindo-se como sujeito de sua história, afinal *"não tinha jeito, eu mesmo vendi e quase fui pro Paraguai"*.

Nessa época, a grande imprensa propagava aos quatro ventos o notável crescimento da produção de soja, do desempenho cada vez melhor da agricultura brasileira no cenário internacional. Em contrapartida, pouco se falava sobre a proporção significativa de excluídos por esse novo modelo de produção que expulsava milhares de camponeses, muitas vezes de forma violenta, além de aumentar consideravelmente a concentração de terras e de renda e, desta forma, o exército de pobres tanto no campo, como na cidade, *"pistoleiros de aluguel [...] começaram a expulsar violentamente das terras os pequenos agricultores [...], queimando casas e plantações, ferindo e matando pessoas"*. (MARTINS, 1999, p. 123). Neste contexto, verifica-se um reordenamento territorial, e a grande propriedade se impõe como modelo, recebendo grandes estímulos das políticas agrícolas, assegurando sua reprodução. Segundo as reflexões de (OLIVEIRA, 1996, p. 102), *"a terra funcionando como reserva de valor, ou seja, a terra sendo apropriada para se obter a renda capitalista da terra"*.

Enquanto isso, por outro lado, a não ser os movimentos da luta pela terra, desde a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) em 1964, e do MST (Movimento dos Sem-Terra), em 1984, nenhuma voz se levanta em favor dos excluídos dos

---

[26] PAVANI, S. (66 anos). Entrevista concedida a Carlos A. Ferrari no dia 15 de dezembro de 2008, em sua residência.

meios de produção e das desigualdades proporcionadas por esse modelo de produção do campo brasileiro.

Concomitante a essa realidade, o fluxo migratório brasileiro ao longo dos últimos cinqüenta anos foi, conseqüentemente, resultado de políticas adotadas pelo governo para atender a demanda de produtos que necessitavam de uma agricultura moderna, respectivamente esses produtos, nas mãos de grandes empresas internacionais principalmente a Monsanto e a Bayer (insumos, agrotóxicos, máquinas, implementos agrícolas, sementes, indústrias de moagem e esmagamento de grãos, etc.), ou seja, do médio e grande capital agrícola. Essas condições foram essenciais para a legitimação da nova ordem que ocorria no campo naquele momento.

Pode-se compreender o conceito de modernização conservadora a partir de algumas considerações. Primeiro, abdicar a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários de terras manteriam o controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, por conseguinte, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do excedente econômico por meios mais diretos.

> É interessante notar que as transformações que ocorrem a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações [...] que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração. (NETO, 1997, p. 109).

Durante praticamente toda a década de 1970, milhares de camponeses desapareceram do meio rural brasileiro, especialmente do meio rural sulista, determinando, inclusive, pela primeira vez na história, taxas negativas da população rural no Brasil.

Assim sendo, essa massa de trabalhadores rurais que aportava nas periferias das cidades brasileiras e em território paraguaio, era formada por pequenos agricultores e por todo tipo de trabalhadores rurais que, muitas vezes, vendiam a preços baixos suas propriedades ou, na maioria das vezes, simplesmente as perdiam para alguma instituição financeira para pagamento de

dívidas. No caso dos trabalhadores rurais volantes, principalmente dos posseiros, eles eram, muitas vezes, expulsos de suas posses de forma violenta.

> Os jagunços vinham a mando de diferentes pessoas que alegavam ser os legítimos proprietários da área (legitimidade raramente comprovada) e o objetivo era um só: "limpar" a área e se apropriar da terra. Os jagunços personificaram a apropriação capitalista da terra de forma primitiva e violenta e, na maioria das vezes, eram respaldados pelas forças policiais e autoridades locais. (GERMANI, 2003, p. 56).

Penalizados pelo modelo agrícola que se praticava no campo brasileiro naquele período, os camponeses de pequena produção, os parceiros, os rendeiros, os meeiros, os bóias-frias, atingidos por essas mudanças, acabaram se deslocando para o meio urbano, ou seja, para as periferias das grandes cidades. Concomitante a isso, grande parte desses excluídos dos meios de produção do campo deslocou-se para o outro lado da fronteira, na esperança de dias melhores.

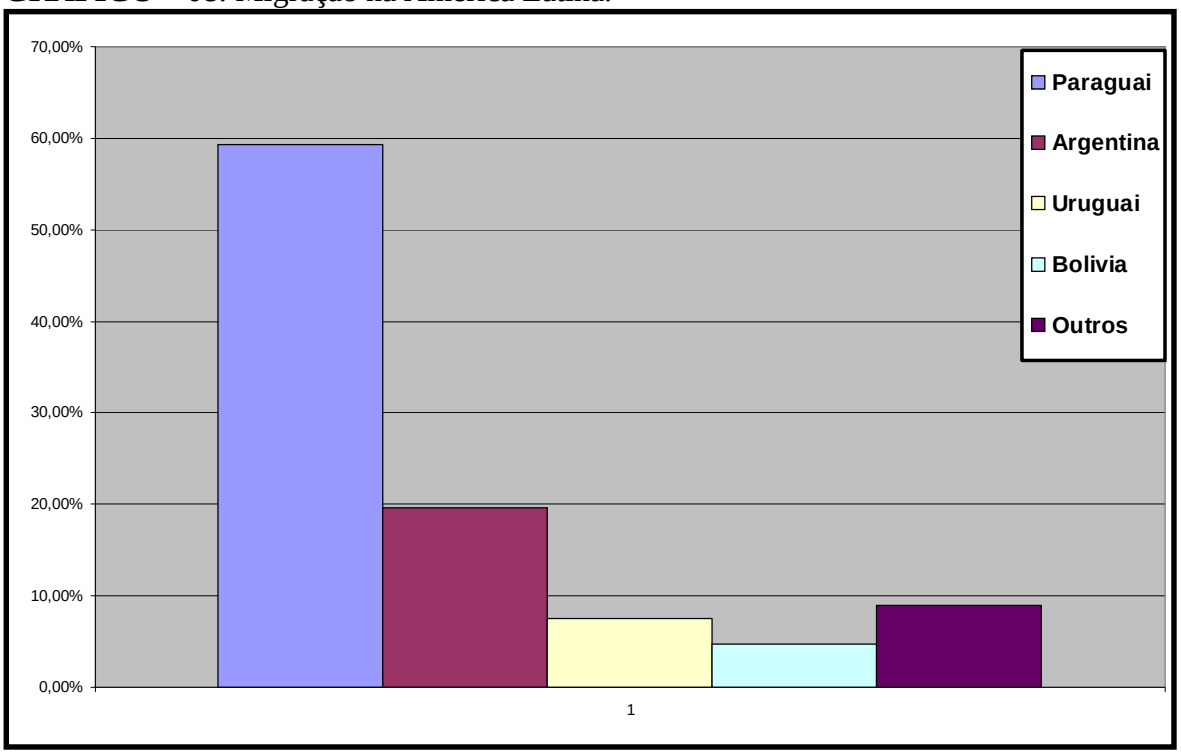
Muitos camponeses – trabalhadores rurais de produção tipicamente familiar que viam na sobrevivência a principal preocupação – deslocaram-se, motivados por fatores endógenos, ou seja, ao serem proibidos de permanecerem na terra de origem. No caso dos brasiguaios, as transformações no campo brasileiro foram essenciais e determinantes para que o deslocamento para o Paraguai ocorresse ao longo das décadas de 1970/80. Portanto, o desenvolvimento alcançado pela nova agricultura brasileira ocorreu à custa da expulsão de milhares de camponeses da terra de trabalho. A antiga agricultura tradicional, como era chamada, com técnicas até rudimentares que predominava no campo naquele momento, sofreu grandes transformações, devido à implementação de novas tecnologias e, conseqüentemente, causou um forte êxodo rural, mudando a estrutura econômica e social tanto do campo como da cidade, transformações que são essenciais para a compreensão das configurações do espaço geográfico brasileiro, essas mudanças foram impactantes nas relações sociais de produção e trabalho, como também nas práticas culturais dos camponeses.

Assim, a migração, enquanto alternativa a um processo de expropriação de grande parcela da população brasileira, que, mesmo mantendo a posse de parcelas insignificantes de terra, retiravam daí sua subsistencia/sobrevivência, não conseguiram mais se reproduzir senão pela inserção em atividades urbanas e/ ou rurais, ou seja, assalariando-se fora de seus locais de origem, consubstanciando uma trajetória social marcada pela crescente proletarização, para os brasiguaios ainda, em território estranho. Nenhuma das manifestações dos camponeses para fujir

ao assalariamento, tanto no campo como na cidade, seria concebível fora de um determinado meio, logo, *"nada mais estranho e triste do que um campônio legítimo fora de seu meio nativo, mesmo que seja num ambiente rural, entre homens que são camponeses como ele"*. (WILLEMS, 1940, p. 31). É nesse contexto que se busca refletir sobre as experiências e as vivências desses camponeses migrantes (brasiguaios), processadas ao longo de suas existências e reestruturadas em decorrência de seus consecutivos contatos com outros espaços quase sempre norteados pela lógica da modernidade

O gráfico a seguir apresenta a mobilidade populacional para a América Latina até o final da década de 1980. Observa-se que o Paraguai representa o maior percentual no período: 59,3% do total de migrantes.

GRÁFICO – 08: Migração na América Latina.



FONTE: Miriam Hermi Zaar (2001).
ELABORAÇÃO: FERRARI, C. A. (2008).

Porém, anterior a este momento, o camponês empregava sua força de trabalho e a de sua família e explorava o meio de produção sob seu domínio, obtendo o produto de seu trabalho, este era trocado pelo necessário à sua sobrevivência e à manutenção da propriedade no transcorrer do

período que antecedia a próxima colheita. *"Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo"*. (OLIVEIRA, 1996, p. 139).

Dessa forma, tanto os pequenos agricultores, como os rendeiros e posseiros, personificavam a forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção - terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho - e trabalha com eles, para o campones, *"é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista"* (OLIVEIRA, apud, MARTINS, 1996, p. 114).

Entretanto, as políticas agrícolas do Estado tinham como meta o aumento das exportações de soja e, ao mesmo tempo, incentivo ao plantio de trigo, aumentando, conseqüentemente, sua produção, a fim de não importar o produto. No oeste do Paraná, nessa época, foram criadas muitas cooperativas, como a COPAGRIL (Cooperativa Agrícola Rondon Ltda.), no município de Marechal Cândido Rondon, a COOPERVALE (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri) no município de Palotina e a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense), no município de Campo Mourão, entre outras, para fazer o papel de agente entre os produtores e o governo, encarregando-se de transferir o produto às indústrias de esmagamento e moagem.

Como conseqüência, durante toda a década de 1970 e meados da década de 1980, a soja e o trigo deram um salto espetacular, aumentando significativamente a produção, possibilitados pelo aumento da área de plantio e da grande produtividade. No entanto, essas políticas praticamente inviabilizaram os camponeses, quando foi priorizada a dobradinha soja/trigo, produzidos em grandes áreas de terra tipo *plantation* nos EUA. Neste contexto, as políticas adotadas pelo Estado serviram somente ao capital acumulativo, diferentemente do que se apregoava, *"o desenvolvimente econômico que o Estado e o capital levavam adiante, no país, semeava fome, violência, destruição e morte"*. (MARTINS, 1999, p. 137).

Não obstante, essas políticas eram tidas como destinadas ao "desenvolvimento rural[27]". Todavia, sua outra face evidenciava que estes lavradores, milhares deles, sem perspectivas,

---

[27] A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinarias necessários para a expansão do parque industrial. A forma específica pela qual essas coordenadas se realizam na agricultura está determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial

migraram, na tentativa desesperada de continuarem sua reprodução enquanto camponeses, mesmo que em outro país, onde, por conseguinte, viriam a ser o "outro".

> A necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em conseqüência do cerco que o capital lhe impõe. A deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência e que não pode produzir diretamente. (MARTINS, 1999, p. 52-53).

Outra questão relevante e que vale destaque durante a década de 1970, aconteceu aos campesinos paraguaios, que a partir daquele momento começaram a conviver no Paraguai com as mesmas dificuldades encontradas pelos camponeses no Brasil, dificuldades essas de ordem passiva. Os campesinos e os trabalhadores rurais sem terra, mas que dependiam intimamente da terra para sua sobrevivência, a partir desta data (1970), foram sendo empurrados para o centro do país, ou para as periferias da capital, *Asunción*, bem como de outras cidades, como, por exemplo, *Ciudad Del Este*, capital do *Departamento de Alto Paraná* e Foz do Iguaçu no Brasil, separadas pelo Rio Paraná e unidas pela Ponte Internacional da Amizade. A partir deste período, conforme os estudos de RIQUELME (2003):

> En el Paraguay la década de setenta, en la que comienzaron a ser analizados los primeros sintomas de la descomposeición campesina como resultado de la modernización agraria a partir de la aplicación del paquete tecnológico llamado Revolución Verde [...] a estrutura agraria caracterizada por la coexistencia del latifundio y minifundio comenzó a sufrir importantes modificaciones con la inserción de grandes empresas agroindustriales como la Agriex, Agropeco, FTA., como otras, con la que comenzó efectivamente la modernización de la agricultura en el Paraguay. (RIQUELME, Q. 2003, p. 11-24).

Deste modo, verifica-se que o campesino paraguaio foi da mesma forma, expulso de sua terra para dar lugar aos migrantes estrangeiros, principalmente os brasileiros do sul do Brasil, intensificando, assim, o conflito histórico existente entre migrantes brasileiros e paraguaios, reflexos ainda da Guerra do Paraguai (1864/70).

Os campesinos paraguaios concentrados nos movimentos de luta pela terra não ocupam propriedades produtivas, como atualmente vem ocorrendo no campo alto-paranaense. Estes,

---

liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários. (SORJ, 1986, p. 69).

certamente, são contratados para impor ameaças contra os camponeses brasiguaios para que suas pequenas propriedades sejam incorporadas às grandes fazendas monocultoras da soja.

> Los campesinos que montan guardia frente a las propiedades de los brasiguayos para evitar que los mismos trabajem en sus tierras. Estos labriegos alegan que tienen la autorización del presidente de la J.D, el liberal Luiz Moriz, para atuar así. Los campesinos con machetes y foizas, ameazan a los brasiguayos que quieren trabajar las tierras que ellos tienen marcada para invadir.
> El titular del organismo deliberativo reconoció que él prohibió que los brasiguayos siembren sus tierras y negó que estén incentivando una xenofobia contra los brasiguayos de la región. Existe un ambiente de zozobra, debido a los abusos que cometen los campesinos, alegando que tienen respaldo de los miembros de la J.D. (da edição. Campesinos montan guardia e impiden que nuevos dueños trabajen. **ABC Color**, Asunción, jueves, 27 de noviembre de 2003. Caderno del Interior, p. 34).

Neste contexto, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, os campesinos paraguaios que realmente trabalhavam a terra e dependiam da mesma para sua sobrevivência se deslocaram, principalmente, para as cidades maiores, ou ingressaram em algum movimento campesino de luta pela terra como, por exemplo, a LAC (*Ligas Agrárias Cristianas)*[28], o MCP (*Movimiento Campesino el Paraguay)*, a OLP (*Organización de Lucha por la Tierra)*, a UNC (*Unión Campesina Nacional)*, a ONAI (*Organización Nacional Aborigen Independiente)*, entre outros.

Entretanto, os campesinos que se radicaram no meio urbano do *Departamento*, como, por exemplo, *San Alberto*, *Hernandarias e Ciudad Del Este*, e que vivem à margem da sociedade (desempregados), são facilmente cooptados pelos grandes proprietários de terra do agronegócio para pressionar os camponeses brasiguaios a venderem ou a abandonarem suas propriedades.

Ao mesmo tempo, os camponeses brasiguaios que adentraram em território paraguaio nas décadas de 1960/70/80 e viveram aparentemente "tranqüilos" até então, começaram a sentir o drama da expansão do agronegócio na região. A partir da última metade da década de 1980 e início da década de 1990, os chamados brasiguaios foram sendo expulsos de suas terras que, a

---

[28] Surgiu em 1960 e, em 1976, foi desarticulada pelo Presidente Alfredo Stroessner. Em 1980, foi novamente reedificada, não para defender a posse da terra para os campesinos, mas, sobretudo, ressurgiu com o significado de atacar o modelo vigente: un ataque al sistema econômico, al sistema político, al sistema cultural e incluso al sistema religioso vigente. (TELESCA, 2004, p. 10).
Segundo Quintín Riquelme (2003, p. 27). Las LAC fueron movimientos de carácter religioso en sus inícios, nacieron y crecieran bajo el amparo de da estructura eclesial, pero gradualmente fueron adquiriendo un carácter contestatario que las llevó a romper sus lazos hasta con la iglesia y a buscar nuevos aliados en otros sectores da la sociedad, como el estudiantil. De la idea de una sociedad igualitaria, con énfasis en el sistema comunitario – "vivir como hermanos" - , se desarrolla la idea de concebir al socialismo como el sistema político y econômico ideal para la consecución de la igualdad en la sociedad.

partir daquele momento, transformavam-se em terras de negócio. Nesse contexto, esse povo sem pátria e sem terra retornava. Mais uma vez, a fronteira se fazia presente na vida dessa gente que vive no limite, não da cerca, mas da vida.

> Fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira de história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 13).

Conforme se pode observar segundo MARTINS (1997), o que é aparentemente novo na definição de fronteira, é que se constitui, na verdade, como a expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas obsoletas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão atual, bases da violência que a caracterizam como terra de trabalho e de produção camponesa. Para o camponês, terra de trabalho e produçao se definem num pensamento de sobrevivência, ou seja, *"pensar trabalho é pensar terra e família"*. (WOORTMANN, 1990, p. 63).

Assim, o território colonizado da fronteira leste paraguaia encontram-se ocupados pelos brasiguaios que, anteriormente, possuíam cultura e estruturas sociais próprias em seu país de origem. Neste novo território esses camponeses foram dando margem a diferentes formas de contato e ao nascimento de novas sociedades. Nessa fronteira, geralmente se desenvolve uma outra cultura, nitidamente híbrida, sendo ela, além de palco dos conflitos ali desenvolvidos, palco também de encontros culturais. A semântica da palavra fronteira guarda uma forte conotação militar. Trata-se de um derivativo do substantivo fronte, ou frente, empregado, no período medieval, para designar uma ordem de batalha. Logo, no seio da geografia deve dar-se atenção, sobretudo aos lugares de junção onde se defrontam as áreas culturais. São eles os lugares privilegiados onde se efetuam as confrontações, os conflitos e as experiências.

2.2. OS DESLOCAMENTOS DE CAMPONESES PARA O PARAGUAI NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU[29].

A partir de meados da década de 1970, com as especulações em torno da construção da maior usina hidrelétrica do mundo no Rio Paraná, o deslocamento de camponeses para o Paraguai, principalmente na região da fronteira oeste paranaense, acentuou-se, sobretudo com a implantação do canteiro de obras em 1974/75. Conseqüentemente, iniciou-se, também, o conflito pelas indenizações entre a direção da usina e os camponeses de pouca terra e os sem terra nenhuma os posseiros, meeiros, terceiros, rendeiros, etc, que ali viviam.

No início, os discursos de Itaipu eram vigorosos e a direção da usina desfrutava de alguma credibilidade entre os futuros expropriados. No entanto, essa credibilidade começou a ser questionada no início do processo de indenização dos camponeses da região. Juvêncio Mazzarollo afirma que o processo de negociação foi lento e ocorreu de forma individual, com critérios pouco confiáveis e com avaliações aquém do verdadeiro preço divulgado nos discursos oficiais, conforme a ponderação do autor, "o*s dirigentes da empresa constataram que, indenizando aleatoriamente aqui e acolá, dificultavam a união e a mobilização de resistência do povo"*. (MAZZAROLLO, 2003, p. 53).

Havia, contudo, obrigações assumidas pela Itaipu, no Artigo XVII do tratado de sua criação, que dizia que:

> As altas partes contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a construir servidão sobre as mesmas.
> Parágrafo 19 – A delimitação de tais áreas estará a cargo da Itaipu *ad referendum* das altas partes contratantes.

---

[29] A construção de Itaipu foi provavelmente o acontecimento mais importante para a região da fronteira, extremo oeste paranaense e leste paraguaio, pois os milhões de dólares investidos na obra também contribuíram com a urbanização de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, então Puerto Stroessner. O emprego de milhares de trabalhadores, brasileiros e paraguaios e a idéia de progresso, atraiu muitos migrantes para a região. Até hoje, observa-se em Ciudad Del Este que as principais áreas urbanizadas, avenidas largas com calçamento e a rodoviária, foram construídas por programas ligados à construção de Itaipu. Após a conclusão da obra, em 1982, as duas cidades e a região haviam recebido um grande aporte de capital, milhares de novos habitantes e uma transformação na sua situação em relação a organização social e econômica dos dois países. No entanto, o fato mais importante e cruel, foi a expropriação de aproximadamente 45.000 pessoas que viviam do trabalho na terra e tiveram que sair. (MENEGOTTO, 2004, p. 33). Grifo nosso.

> Parágrafo 29 – Será de responsabilidade da Itaipu o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas. (GERMANI, 2003, p. 46).[30]

Neste contexto, a Itaipu transformou-se numa nova forma de capital aberto, que se territorializava numa determinada fração do território e, por conseqüência, desterritorializando antigas relações. Com o iminente alagamento de aproximadamente 1.000 quilômetros quadrados de terras do lado brasileiro, a migração era um fato consumado.

Aqui a migração é dominada pelo ritmo irregular das grandes obras públicas como Itaipu, por exemplo, esses grandes projetos tornaram-se mais comuns a partir da década de 1970, são obras que criam grande número de empregos em curto prazo, no entanto, cria muito desemprego em pouco tempo. As condições e os efeitos sociais dessas gigantes afetam principalmente, o camponês, que é obrigado a migrar, deixar tudo que conseguiu com muito trabalho ao longo dos anos e, começar tudo novamente, muitas vezes, em terras estrangeiras como é o caso dos camponeses que viriam a ser os brasiguaios.

O deslocamento dos camponeses para o Paraguai até o final dos anos 1970 e início de 1980 foi intenso, decrescendo a partir de 1983, quando os camponeses, entre estes os expulsos de suas terras pela construção de Itaipu começaram a ter problemas no país vizinho. Deste modo, teve início a re-migração que, conforme afirma Sprandel (1992), teve como primeira leva de re-migrados do solo paraguaio mil famílias do acampamento de Mundo Novo (MS).

Com o início das obras, entretanto, iniciou-se, do mesmo modo, o movimento social dos atingidos pela Itaipu, sendo este um fato ocorrido em nível regional. Concentro as reflexões nos sujeitos que foram esquecidos, dando oportunidade de serem ouvidos e exporem suas interpretações a partir de suas experiências. Interessante notar que os atingidos tinham em comum a expropriação, porém nem todos participaram do movimento, por isso, foi necessário investigar as razões que levaram à participação ou não neste movimento. Um dos camponeses expropriados diz:

> Eu participei do movimento em defesa das indenizações justas e creio que foi muito bom no final das contas, porque se não fossem as lutas desse movimento, tínhamos perdido mais ainda do que perdemos. Na época, muitos amigos e vizinhos também participaram, acredito que os que tinham um pouco mais de terra e uma condição melhor que a nossa não participou. Esses agricultores foram indenizados primeiro que a gente. Eu não sei direito, mas acredito que eles tiveram um tratamento mais justo que o nosso. O motivo, não sei. Só sei que

[30] No anexo 08 o TRATADO DE ITAIPU – Documento do Paraguai.

> foram bem indenizados, segundo o que fiquei sabendo e, nós tivemos que lutar muito pra conseguir a indenização que conseguimos que, ainda não foi o justo, mas foi melhor do que a usina queria pagar inicialmente pra nós [31].

Quando contatado para a entrevista, Seu Lindolfo deixava transparecer um aparente olhar de desencanto e cansaço frente aquele horizonte que se abria a sua frente que, há poucos anos atrás fazia parte do meio rural rondonense e, atualmente os conjuntos habitacionais estão do lado de sua chácara. Seu Lindolfo, atualmente camponês e assalariado na cidade, situação constituída a partir da existência do reservatório de Itaipu na década de 1980, ao narrar às forças relacionais do conflito e o seu lugar social de exclusão numa outra temporalidade, revela a importância do enraizamento destruído pelo capricho do desenvolvimento. Por isso, o desenraizamento passa a se definir como uma problemática das mais importantes no contexto de expropriação de camponeses de seu espaço de vivência para a construção de barragens, bem como sua existência social no presente.

Itaipu foi responsável pela expropriação de aproximadamente 45.000 pessoas para o vizinho país, cerca de 9.000 famílias, somente as que foram expropriadas na área de alagamento (GERMANI, 2003). No entanto, é praticamente impossível dizer com exatidão quantos camponeses brasileiros cruzaram a Ponte da Amizade e outros pontos da fronteira em busca de um pedaço de chão ou de um trabalho para sobreviver em território paraguaio na década de 1970, conforme as considerações de SONDA (2003, p. 16) *"as estimativas giram em torno de 300 mil, para o início dos anos 1980 a mais ou menos 400 a 500 mil em fins dos anos 1990"*.

A área comprometida com a represa e com a formação do lago, incluindo aí o reflorestamento marginal, foi de aproximadamente 112.000 hectares. A área do lado brasileiro no Estado do Paraná, denominada "área de conflito" abrangia um total de oito municípios: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu municípios que fazem parte da microrregião do extremo oeste do Paraná (MRH 21). Vale ressaltar que Itaipu fez parte de um projeto edificado sobre as águas do Rio Paraná, as águas do violento rio alimentaram o sonho do Brasil potência, do Brasil grande que culminou na expulsão de milhares de camponeses de agricultura tipicamente familiar para a faixa leste paraguaia.

---

[31] TELEKEN, L. camponês expropriado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e que participou do Movimento Justiça e Terra.

FIGURA – 06: Foto de jornal de 1979 sobre as expulsões de camponeses por Itaipu.

FONTE: CEPEDAL (2009).

Na verdade, ao final, contabilizou milhares de famílias que tiveram que deixar a região por causa das águas da represa de Itaipu. O aspecto da região natural antes da formação do lago foi o resultado de milhares de anos para a natureza se concretizar, com período de chuvas abundantes, quando se formaram as belezas como Sete Quedas, que desapareceu nas águas do grande lago. Na verdade, a formação do relevo, excelente para a construção de uma hidrelétrica, foi o resultado do processo que formaram o vale do Rio Paraná, um ambiente peculiar e único em todo o planeta. A extensa rede hídrica que contribui para a formação do Lago de Itaipu inclui além do Rio Paraná, os rios Piquiri e Ivaí, e os ribeirões do Veado, Itaúna, Paracaí e São João.

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. Constituiu uma alavanca indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época. Afinal, essas obras faraônicas foram a menina dos olhos do

regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do “Brasil Grande”, como necessárias à “Segurança e Desenvolvimento do país[32]”

Os impactos originados pela execução do projeto de Itaipu certamente foram marcantes, o desaparecimento das Sete Quedas e as desapropriações são exemplos emblemáticos. Pode-se dizer que na história de Itaipu há um espetáculo de luz e outro de desespero. Desespero maior para os camponeses expropriados do lado brasileiro e, também os paraguaios. É manifesto que o Paraguai é um dos países mais pobres da América do Sul e, por isso depende muito de Itaipu, cuja energia gerada é dividida entre os dois países. Se por um lado, os paraguaios têm na usina binacional uma de suas principais fontes energéticas e lucra com a venda de 45% de sua parte da energia ao Brasil com uma receita de US$ 400 milhões ao ano, um valor nada desprezível, por outro lado, o país que cerca de 30% da sua população vive abaixo da linha da pobreza, principalmente os camponeses, Itaipu só trouxe desespero.

No entanto, Os dois países negociam a mais de um ano maiores benefícios para o Paraguai, que consome apenas 5% da energia produzida na hidrelétrica e deve vender o excedente de forma exclusiva ao Brasil, de acordo com um tratado assinado pelos dois países no passado e com validade até 2023. A hidrelétrica, instalada no rio Paraná, produz anualmente 90 milhões de megawatts/hora, que abastecem pricipalmente a altamente industrializada região Sudeste do Brasil.

Portanto, com o acordo entre os dois países sobre Itaipu, o governo paraguaio deveria investir mais no programa da reforma agrária que contemplaria os camponeses, entre essses os brasiguaios, pois, grande parte já conta com mais de 25 anos no país e tem filhos e netos que nasceram no Paraguai, na região leste fronteiriça. Vale ressaltar que este não pode ser um acordo no qual existe perdedor e ganhador, os dois países precisam ganhar igualitariamente para o bem de todos, principalmente da classe camponesa que merece maior atenção do governo paraguaio.

No mapa 10 a seguir, a chamada área de conflito. Atualmente, quinze municípios fazem parte da chamada “Região Lindeira”[33] ao Lago de Itaipu, visto que alguns municípios foram criados posteiormente, a partir da década de 1990.

---

[32]No Brasil “em 1949, foi fundade a ESG (Escola Superior de Guerra) de onde se estruturou o pensamento geopolítico brasileiro em bases realisticas e “cientificas”. Foi na ESG que se estruturou o binômio Segurança e Desenvolvimento, como pilares das ações do Estado brasileiro. No entendimento de Meira Mattos a ESG incorporou na sua doutrina os valores geopolíticos dos que a precederam”. (MENEGOTTO, 2004, p. 34).

[33] Faixa de domínio: superfície lindeira às vias rurais, incluindo suas vias arteriais, locais e coletoras, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão, lei 9503/97 art. 216.

MAPA – 10: Área dos municípios envolvidos pelo Lago de Itaipu (década de 1980).

FONTE: GERMANI, G, I. (2003).
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A. (2009).

Entre a população rural que vivia na região, na maioria camponeses de pouca terra e trabalhadores rurais itinerantes, ou seja, camponeses sem nenhuma terra, uma grande parte migrou para a região norte do *Departamento de Alto Paraná*. Segundo as palavras de GERMANI (2003, p. 53), *"essa população é significativa não só pelo seu grande número, mas também pela sua qualidade, pois representa um forte contingente de força de trabalho ativa que seria ocupada principalmente na agricultura"*.

Na Tabela 2, do mesmo modo, pode-se perceber o total atingido de cada município na época. Devido às características topográficas, a área atingida em cada município é diferente, pois há lugares planos e baixos, onde a água adentrou mais que outros que são mais altos. É

perceptível, portanto, que houve municípios que tiveram uma grande área atingida e outros com áreas muito pequenas, como é o caso do município de Terra Roxa, por exemplo.

TABELA 2: Área total e comprometida dos municipios da Sub-Região*, afetados pela Represa de Itaipu. (em ha).

Municípios	**Área total (***)**	**A. Comprometida (***)**	**%**
Guairá	53.666	5.530	10.30
Terra Roxa	82.295	183	0.22
M. C. Rondon	141.010	25.075	17.78
Santa Helena	81.916	25.992	31.73
Matelândia	108.697	492	0.45
Medianeira	122.772	4.237	3.45
S. M. do Iguaçu	122.188	26.253	21.49
Foz do Iguaçu	88.046	23.570	26.77
Sub-região (*)	800.590	111.532	13.90

Fonte: (GERMANI, 2003, p. 52).
Elaboração e Confecção: FERRARI, C. A.
(*) Considera-se sub-região o total dos municípios atingidos.
(**) segundo o ITC – Instituto de Terras e Cartografia.
(***) obtida por meio de cálculos planimêtricos efetuados na escala 1:100.000

Nesse contexto, somente no período inicial das obras, em 1974/75, até a formação da represa de Itaipu em 1982, as 9.000 famílias camponesas que viviam na região do alagamento foram obrigadas a sair. Vale destacar que os posseiros não foram contabilizados na estatística de indenização, porque Itaipu não indenizava quem não tinha o título de propriedade. Convém salientar que, no tocante ao deslocamento para o Paraguai, esses dados nunca foram apurados corretamente.

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas atravessaram a fronteira para o país vizinho com o advento da Itaipu. Ao passo que não foram somente populações que viviam na área de alagamento que migraram. A Itaipu provocou um alvoroço e muita desconfiança entre as populações de entorno da área conflituosa. Ou seja, muitos camponeses que possuíam suas

propriedades próximas a área destinada ao alagamente, venderam-nas temendo o alagamento. Nas palavras de Gutiérrez.

> Nadie sabe muy bien cuántos son. El gobierno no tiene registros serios y oficialmente nunca ha reconocido que existan en el país más de 108.000 ciudadanos de origen brasileña. Los ya famosos "brasiguayos". Brasília tiene otra idea. Para Itamaraty, cerca de medio millón de "rapaiz" viven en nuestro territorio. Lo cierto es que nadie sabe muy bien quiénes son. (GUTIÉRREZ, A. C. Al outro lado del silencio. Brasiguay, El País Desconocido. **Ultima Hora**, Asunción, 17 de setiembre de 2003. País, p. 17).

Com a implantação do canteiro de obras os camponeses começaram a se deslocar para o outro lado da fronteira em busca de um pedaço de terra para plantar ou de um emprego nas serrarias que se alastravam por toda a faixa leste paraguaia naquela época ou, ainda, de um trabalho nas colonizadoras na derrubada das matas e na formação das vilas e fazendas, porque era necessário, *"a transformação do trabalho em ganho para botar de um tudo dentro de casa"*. (WOORTMANN, 1990, p. 39).

Desta maneira, em toda a década de 1970, aliada com imposição de um modelo de produção para atender o mercado internacional, aumentou-se extraordinariamente o deslocamento de uma massa cada vez maior de camponeses para o Paraguai, principalmente para a região estudada neste trabalho.

Os camponeses insatisfeitos com as indenizações fixadas pela direção de Itaipu, sem condições de adquirir uma área próxima ao local onde viria a ser a represa ou, ainda, em outro Estado brasileiro, migraram para o Paraguai. Quanto aos camponeses sem terra que migraram para o Paraguai, estes foram em busca de trabalho na abertura das vilas e das fazendas ou, possivelmente, vislumbravam a possibilidade de conseguir uma posse, um arrendamento, etc., para assim, prosseguir com a lida na roça, já que não tinham condições suficientes para adquirir um pedaço de terra.

Vale enfatizar que muitos camponeses de produção familiar não saíram da região, preferiram adquirir um pedaço de terra na região do oeste do Paraná. No entanto, quem possuía 20 hectares, como foi o exemplo de um camponês citado anteriormente, com a indenização paga por Itaipu pelos seus 20 hectares, conseguiu adquirir somente cinco hectares no município de Marechal Cândido Rondon, ou seja, na mesma região oeste do Paraná. O que aconteceu foi que as terras, na região oeste do Paraná, com o advento da Itaipu, ficaram muito mais caras.

> A chegada da Itaipu e a necessidade de ela adquirir as áreas destinadas ao reservatório, através do processo de desapropriação, foi, pouco a pouco, revelando uma situação caótica que não é recente na região, mas que vem desde sua ocupação [...]. Podem-se enquadrar as formas de propriedades em duas grandes categorias: proprietários e posseiros. Mas, dentro de cada categoria, existe uma gama de diferentes situações, e o fato de ter ou não um título de domínio – isto é, de ter ou não a escritura pública registrada – sobre a terra, aparentemente, não representa uma situação sócio-econômica diferente. Mas essa igualdade aparente mascara uma diferença estrutural no nível das categorias fundamentais do modo de produção capitalista. A diferença estrutural vai ser desvelada no momento em que aparece um agente externo – Itaipu Binacional – que privilegia os proprietários. (GERMANI, 2003, p. 58).

No momento de finalizar o negócio com a usina, a forma legal de propriedade é que determinava, basicamente em que condições iria se praticar a negociaçao e, deste modo, em que condições o indivíduo iria migrar. No procedimento de desapropriação, Itaipu apanhava o título de domínio da propriedade. Quem não tinha o título, como era o caso dos posseiros, não receberia nada pela terra.

A população desapropriada pela Hidrelétrica de Itaipu, ainda superava o processo de migração sofrido quando saíram dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida no Estado do Paraná, para esses camponeses a busca seria pela terra de trabalho, consequentemente, melhoria das condições de vida dessas pessoas. Esses camponeses também carregavam consigo, de maneira ainda concentrada, as histórias de seus pais e avós vividas também, durante um processo migratório em fins do século XIX e início do XX, quando abdicaram da vida em seus países de origem, na Europa, para vir, como dizem os mais antigos, “tentar a sorte” no Brasil.

O critério de avaliação dos preços das terras que Itaipu pagava era estipulado pelo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos bancos e cartórios. Os camponeses questionavam estes valores uma vez que o preço do imóvel registrado sempre era menor que valia de fato. Logicamente que os camponeses não poderiam ficar satisfeitos com o pagamento indenizatório, porque além dos preços pagos pela usina serem menor que a propriedade valia verdadeiramente, havia a questão do valor efetivo pelo lugar onde haviam criado os filhos, onde plantaram suas árvores e teriam que se mudar e recomeçar tudo de novo.

Naquele momento, a maior inquietação do expropriado era conseguir uma nova área de terra para, juntamente com seus familiares, continuar sua existência no campo, pois o trabalho na lavoura, o contato com a terra e na terra está enraizado na vida dessas pessoas.

Neste contexto, os camponeses banidos pelas águas foram forçados a sair, deixando para trás anos de trabalho duro, sua cultura, seus símbolos, sua vida, submersas sob as águas do progresso. Mesmo considerando que o governo federal, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do ITC (Instituto de Terras e Cartografia) e da Itaipu Binacional criou a chamada "Bolsa Agrária"[34] para financiar a aquisição de terras no mesmo Estado do Paraná aos expropriados, mesmo assim, uma grande parte deles, pressionada pelo baixo preço pago pela Itaipu por suas propriedades, dentre outras coisas, deslocou-se para o Paraguai, onde as terras eram mais baratas.

> Todos foram forçados a deixar suas terras, casas e benfeitorias, e lançar-se na luta pela reestruturação de suas vidas, famílias e comunidades. Os que tinham propriedade foram indenizados, e entre estes houve os que conseguiram fazer bons negócios e também os que se arruinaram. Mas havia muitos que nada possuíam (posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), e estes, salvo exceções, tiveram de abandonar a área de mãos vazias, lançados à própria sorte. (MAZZAROLLO, 2003, p. 40).

A migração dos pequenos agricultores que foram indenizados por Itaipu para território paraguaio ocorreu, entre outras coisas, pelos preços praticados pela direção da usina na indenização, muito aquém dos reais valores de mercado e, assim como a terra no Paraguai era muita barata muitos desses camponeses atravessaram a fronteira, principalmente para o *Alto Paraná*. Outro fator considerado foi a fertilidade das terras nessa região do Paraguai (*Alto Paraná*), julgada superior às terras de outras regiões do Estado do Paraná, por exemplo, às da região Sudoeste que, por conseguinte, valorizaram-se consideravelmente devido à inundação provocada pela usina no extremo oeste paranaense, ou seja, imediatamente após o alagamento, os preços das terras subiram em outras regiões do estado e em outros municípios da região oeste. Conforme Menegotto (2004, p. 53), "*na região fronteiriça brasileira operam processos de*

---

[34] "A Bolsa Agrária", como era de se prever, não funcionou no sentido de orientar o expropriado para a compra de áreas no Paraná, pois não houve transação alguma, atuou no sentido de aliviar à pressão sobre o INCRA para que este fizesse uma reforma agrária ou que este órgão assumisse a questão do reassentamento.
De qualquer maneira, Itaipu apresentou dados onde prova que uma grande parcela de expropriados, maior inclusive do que o previsto estava conseguindo reassentar-se no Paraná. Isto para Itaipu era o demonstrativo de que a empresa estava pagando um preço "tão justo" que permitia que os indenizados adquirissem terras no Paraná. (GERMANI, 2003, p. 99).

expulsão de pequenos produtores, que coincidem com a disponibilidade de terras, com bons solos e com preços irrisórios, na região leste do Paraguai".

Outro fato relevante a se destacar é que a aquisição de terras em outros estados brasileiros, como Pará, Rondônia, Mato Grosso e Goiás apesar dos preços serem compatíveis com as possibilidades dos expropriados, era inviável por causa da distância do lugar de origem, o que obrigava os camponeses a optarem pelo plano B, ou seja, a se deslocarem para o Paraguai.

Ainda sobre a questão das indenizações praticadas pela usina, segundo o camponês expropriado Lindolfo Teleken, a prática das indenizações isoladas é que dificultou muito para os agricultores. Os que foram indenizados primeiro tiveram uma indenização, vamos dizer mais justa, tanto pelos preços pagos por Itaipu no início, como pelo fato de que a terra na região oeste do Paraná e, em outros estados do Brasil ainda não havia subido de preço, o que aconteceu logo após as primeiras indenizações.

No início as indenizações não causaram problemas, somente depois que Itaipu resolveu fazer isoladamente, exatamente para dificultar a resistência dos expropriados por melhores indenizações é que os expropriados resolveram fazer valer seus direitos pela justiça nas indenizações. Quando Itaipu indenizou os primeiros desapropriados, a indenização seguiu a ordem natural, que seria a desapropriação dos camponeses cuja propriedade ficava mais próximas da zona de alagamento. No entanto, quando esses desapropriados foram indenizados Itaipu adotou outra estratégia, a de fazer o acerto individual, isolado, em pontos diferenciados da área comprometida, com isso os camponeses se sentiam, de certa forma, coagidos a aceitarem valores que não condiziam com o valor real das propriedades a serem desapropriadas.

Houve, no entanto, quem se saiu bem com a indenizaçao, um exemplo foi o até então pequeno agricultor Eraí Maggi Scheffer, o atual *"Rei da Soja"*, que, na época, residia e possuía um sítio de 27 alqueires (em torno de 65 hectares) no município lindeiro de São Miguel do Iguaçu. Como Eraí, alguns desses camponeses de pequena produção que foram indenizados no início, seguiram para Rondônia, Mato Grosso ou para Goiás e atualmente são grandes proprietários do agronegócio, mas foi uma pequena minoria que conseguiu se estabilizar em outras regiões brasileiras.

O fato é que a Itaipu, que, na época, negou essa prática, adotou critérios distintos nas desapropriações. Assim sendo, os primeiros a serem desapropriados seriam os pequenos agricultores que possuíam suas propriedades próximas da usina, ou seja, próxima a área que seria

inundada por primeiro, em seguida, os agricultores com terras mais distantes. Todavia, alguns que possuíam pequenas propriedades na região do alagamento afirmam, até hoje, que esse não foi o critério usado pela Itaipu e que, mesmo se tivesse sido, não teria sido justo, pois a usina, neste processo, negociava a desapropriação isolada, ou seja, individualmente, dificultando, assim, a organização dos agricultores nas comunidades[35]. Os agricultores reivindicavam que a usina reunisse e desapropriasse pelas comunidades, começando pelas comunidades mais próximas da área de alagamente, por exemplo, a comunidade de Linha São Paulo, Itacorá, Moreninha, e assim por diante. Do modo como praticava a desapropriação, a Itaipu enfraquecia a organização dos agricultores em torno do Movimento Justiça e Terra[36], terminado apenas em 1982, quando foi indenizado o último agricultor.

Segundo uma camponesa expropriada, sua área não foi indenizada com o preço que ele achava justo. Ele foi obrigado, por assim dizer, a adquirir uma pequena área na região oeste do Paraná, quatro vezes menor do que a área alagada. Todavia, pela idade já avançada para a lida na roça e, também, por medo dos paraguaios, ela, juntamente com sua família, marido e três filhos, adquiriram uma chácara. Seu marido conseguiu arrumar um emprego na cidade e, assim, continua sua sobrevivência, morando na chácara e trabalhando na zona urbana como vigilante. Veja-se seu depoimento:

> Nós, pequenos agricultores, tivemos que lutar muito contra a política de preços de Itaipu. Eu, por exemplo, tinha 20 hectares e, para conseguir um preço razoável pela propriedade, tive que suar muito nas reuniões a céu aberto, nos piquetes, no fechamento de rodovias. Ao contrário dos que tinham mais terra, pelo que eu fiquei sabendo, porque eles não falavam nada, aliás, esse pessoal foi logo embora, eles tiveram mais sorte, não sei, pegaram um preço bom, Itaipu

---

[35] Comunidade, linha, estrada, significa um grupo de pequenos agricultores que residem e têm suas propriedades próximas umas das outras, como um assentamento, por exemplo. No oeste do Paraná podemos mencionar a Comunidade Cruzeirinho, em Matelândia, Comunidade Portão do Ocoy, em Missal. Na realidade, a comunidade significa algo mais do que simples amontoado de pessoas, englobando também sua organização, seus objetivos e cooperação. "Há um conceito de comunidade que procura dar conta da sociedade local e suas características. Embora haja uma certa diversidade de concepções no emprego do termo, ele tem como núcleo as relações pessoais, face a face, os vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral, direto, sem a mediação das objetivações (construções) que caracterizam, por exemplo, as relações contratuais, isto é, societária. Na sociologia americana a noção de comunidade é empregada preferentemente como sinônimo de sociedade local,, sobretudo devido a que a preocupação com este tema foi suscitada pelo processo de urbanização e pela desagregação dos padrões de conduta e valores relativos à pequena localidade que marcou a elaboração da cultura americana". (MARTINS, 1973, p. 30).

[36] O Movimento Justiça e Terra foi criado para organizar os agricultores, foi um movimento pacifico que contava com o apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra – através de seus representantes, Pastor Werner Fuchs da Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IECLB) do município de Marechal Cândido Rondon e, do Pe. Valentin Dall Pozzo, da Paróquia do município de Santa Helena Diocese de Foz do Iguaçu – Paraná.

> pagou as benfeitorias tudo certinho, acho que porque foram indenizados por primeiro, pra nós foi mais difícil, Itaipu não queria pagar pelas benfeitorias de jeito nenhum, o jeito foi partir pra cima do jeito que a gente podia. Sabe, nós penamos na unha da Itaipu e por fim acabamos por entregar a preço baixo, pois as águas iriam inundar tudo e não tinha como fazer Itaipu pagar o preço que valia de verdade nossas terras e benfeitorias que iria ficar embaixo da água. Hoje vivo até bem, graças a Deus, trabalho de vigilante na cidade à noite e planto uma rocinha, crio porco e galinha e tenho duas vaquinhas de leite, a gente vai vivendo assim como Deus quer fazer o quê[37].

A região da faixa leste paraguaia, principalmente o *Departamento de Alto Paraná*, por ser a mais próxima da área onde viviam os desapropriados pela Itaipu, pareceu a melhor opção para muitos camponeses desapropriados. Através das entrevistas com alguns desapropriados pode-se verificar que o Paraguai pareceu uma boa opção, na época, por fatores diversos.

> Eu e um dos meus irmãos quando recebemos a indenização de Itaipu compramos terras no Paraguai, investimos no Paraguai, na região de Minga Porã. Eu já conhecia aquelas terras e sabia que eram terras boas, houve um pouco de indecisão por parte do meu irmão, mas levei-o pra lá e ele mesmo pode tirar as conclusões. Imediatamente concordou em investirmos o dinheiro da indenização na região, a terra era muito boa, é ainda muito boa, aqui é lugar de muita produção e de fartura, compramos 45 alqueires, hoje temos 70 alqueires e pretendo, digo pretendo porque agora sou somente eu, comprei a parte do meu irmão, pois ele teve problemas de saúde com sua esposa e resolveu vender sua parte, estou sozinho aqui agora, gosto muito daqui, só saio se o governo um dia me expulsar, tenho um pouco de medo disso, afinal os paraguaios são muito estranhos e não aceitam muito os brasileiros[38].

Primeiramente, a região do *Alto Paraná* era próxima do lugar de origem, (Oeste do Paraná). Além disso, já havia muitos brasileiros dessa região vivendo no *Departamento*, como também conterrâneos sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Devido a estes fatores os camponeses acreditavam que as dificuldades seriam menores em relação à adaptação, mesmo conscientes de que, naquele momento, eram migrantes num país estrangeiro.

A migração para outras regiões do Brasil que, no primeiro momento, parecia a mais viável, tornava-se mais difícil do que o deslocamento para o país vizinho. Contudo, uma parcela considerável de camponeses expropriados aventurou-se nos estados das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, certamente, com menores possibilidades que os médios produtores indenizados

---

[37] TELEKEN, Lindolfo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 21 de março de 2008, em sua residência.

[38] MARASKIM, Lourival. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 25 de abril 2008, em sua residência.

por primeiro pela usina. Então, o deslocamento para o Paraguai, tendo em vista as condições como ocorreram as expropriações dos camponeses, era ainda a melhor "opção" para eles.

Por outro lado o conflito histórico entre brasileiros e paraguaios, muito mais forte nesta faixa fronteiriça do que na região central paraguaia pelo fato de que nessa faixa os migrantes serem numerosamente superior que na zona central, foi um dos fatores decisivos para que o deslocamento de um número consideravelmente elevado de camponeses, dentre estes, os desapropriados pela Itaipu para território guarani, não fosse ainda maior.

Assim sendo, somada a outros fatores já mencionados, a Itaipu, ou melhor, a direção da usina, teve um papel representativo no deslocamento de camponeses para a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, principalmente para os distritos de *San Alberto e Minga Porã*.

Por outro lado, os que não conseguiram adquirir terras de algum grande proprietário para arrendar, ou para tocar de agregado, terceiro ou de meeiro, seriam arrebatados por serrarias, colonizadoras, empresários e grandes proprietários de terra que, até hoje, exploram os brasiguaios que continuam vivendo no país vizinho.

Na década de 1980, mais especificamente em 1982, quando se formou o reservatório da Itaipu e, conseqüentemente, a inundação de grande quantidade de terras férteis marginais em território brasileiro, o fluxo de trabalhadores brasileiros, especialmente de camponeses, para o Paraguai, continuou forte. Contudo "*no período, (1984-1985), os percentuais diminuíram [...], indicando que o processo de modernização da agricultura abrangia também o Paraguai, atingindo muitos brasiguaios que praticavam a agricultura em posses do IBR*". (BATISTA, 1990, p. 22).

Em 1982, quando a Hidrelétrica de Itaipu ligou a primeira turbina e as águas começaram a submergir os 835 km quadrados de terras marginais ao Rio Paraná, até 1985, o deslocamento foi inevitável para os camponeses da região que ainda estavam indecisos quanto à melhor opção para continuar sua vida como camponeses. Nesse momento, a preocupação maior dos camponeses não eram a fertilidade e o preço do solo, como ocorreu no inicio das negociações e também, em décadas anteriores. A migração foi forçada, primeiramente, pela invasão das águas da represa, pois tudo o que haviam construído seria destruído pelas águas. Deve-se considerar também que os deslocamentos para essa região do Paraguai em décadas passadas também foram forçados, porém, por fatores distintos. Um expropriado definiu assim o que aconteceu naquele momento:

> A água chegava e não havia o que fazer, se as indenizações de Itaipu eram justas ou não, naquele momento, já que fazíamos parte dos últimos a serem indenizados, não fazia muita diferença, o certo é que tínhamos que sair de qualquer jeito, as águas não esperavam, então eu disse pro meu marido, vamos comprar uma chácara por aqui mesmo, eu não vou pro Paraguai ou pro Norte. Muitos vizinhos e amigos nossos foram para o Paraguai, outros se aventuraram no Mato Grosso. Nós, eu e meu marido, os filhos já estão quase todos de maior já somos velhos e achamos melhor ficar pela região mesmo, eu principalmente, tinha muito medo dos paraguaios, apesar de que com o dinheiro da indenização compramos apenas 5 hectares aqui em Marechal Cândido Rondon. Antes, nós tínhamos 20 hectares em Entre Rios, mas estamos bem agora, graças a Deus[39].

Entretanto, antes da água expulsá-los de suas terras e eles tomarem o rumo das terras guaranis, a luta desses camponeses foram intensas.

A direção da usina de Itaipu alegava todo tipo de impedimento jurídico para não pagar o preço que os camponeses consideravam justo pelas propriedades, e o aparelho do Estado novamente fazia valer seus propósitos e sua política de indenização em nome do progresso, apesar de não existir dinheiro que pague os valores enraizados de uma vida inteira. A migração não se define apenas na passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo de uma sociedade a outra, é, pois, um fato historicamente determinado pela ampliação do modo capitalista de produção (MARTINS, 1973). Neste sentido, *"a terra, a casa, o estabelecimento, a propriedade organizada para a produção têm um preço relativamente fácil de ser estipulado. Mas, como dar o preço de valores culturais, sociais e afetivos construídos por pessoas, famílias e comunidades durante décadas?"* (MAZZAROLLO, 2003, p. 41)

Com a iminente desapropriação e, com um sentimento de estarem sendo despejados de seu território, pois este fazia parte de sua vida, os camponeses resolveram rebelar-se contra a política de indenizações impostas pela usina.

Os pequenos agricultores atingidos pela barragem passaram a exigir seus direitos, tais como: indenização justa, pagamento eqüitativo pelas construções existentes em sua propriedade, o pagamento pela última colheita que ainda se encontrava na roça, e uma série de outros direitos que não eram reconhecidos pela direção da usina.

---

[39] TELEKEN, Ivone. Entrevista cedida a Carlos Alberto Ferrari no dia 22 de março de 2008 em sua residência.

Para essa luta, que foi longa, os desapropriados contaram com o apoio de vários segmentos da sociedade como, por exemplo, a CPT (Comissão Pastoral da Terra)[40] ligada à Igreja Luterana e à Igreja Católica e a FETAEP (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná), que contribuíram na elaboração de documentos, acampamento no canteiro de obras de Itaipu, assembléias, manifestações, informativos, como o "Boletim Poeira"[41], o "Projeto Arca de Noé"[42] e uma rádio, a "Rádio Justiça" [43].

Sobre a resistência dos camponeses, houve episódios que chamaram bastante a atenção da sociedade como, por exemplo, o "Projeto Arca de Noé", elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, que tentou abraçar a causa dos expropriados através de ações coletivas, como grupos de estudos, grupos de base junto aos atingidos. O Projeto Arca de Noé apresentou várias justificativas para sua legitimidade à frente das negociações com a direção da usina. Segundo a CPT, o Projeto foi ao encontro da causa dos expropriados, principalmente porque a direção da

---

[40] A Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado diretamente a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi criada em 1975, em Goiânia. Em 1976, foi organizada no Paraná, em Ponta Grossa, e em fevereiro de 1978, passou a ter uma secretaria em Marechal Cândido Rondon, localizada na rua XV de Novembro – 1303, tendo como secretario o Pastor Gilberto Gernote Kirinus. No caso específico da região oeste, sua coordenação coube, neste período, aos pastores luteranos da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). A partir de 1979, este escritório foi transferido para Curitiba. (SCHMITT, 2008, p. 48).

[41] Este boletim foi criado pela organização em Marechal Cândido Rondon. O Boletim Poeira, no início, publicava cartas dos leitores, informações sobre reuniões da CPT, na região oeste do Paraná, programas da CPT, propaganda para a venda do boletim. Inclusive, no boletim número 7, do ano de 1979, na página 15 da seção: Programa da CPT para 1979, a equipe solicitou a doação, possivelmente, em dinheiro, das comunidades e paróquias e dos assinantes, para que o trabalho da CPT continuasse na região. De acordo com o Pastor Werner Fuchs, em entrevista realizada por essa autora, a partir de 1980, o Boletim Poeira, passou a ser publicado em Curitiba, pois o escritório da CPT em Marechal Cândido Rondon, foi transferido para aquela cidade. Sua transferência foi motivada porque o Pastor Werner Fuchs, que era coordenador da CPT – PR, em 1979, assumiu a paróquia da Igreja Luterana (IECLB) em Santa Helena e a equipe da CPT, decidiu que o escritório da CPT de Marechal Cândido Rondon, fosse transferido para Curitiba para centralizar os trabalhos desta instituição. Também nesta ocasião, houve a descentralização das atividades desta instituição em outras regiões do Paraná como: no sudoeste os trabalhos dos membros da CPT foram realizados com o pequeno agricultor; no norte do Paraná com o bóia-fria e o oeste ficou sob a coordenação do Pastor Fuchs que apoiou os atingidos na resistência contra Itaipu. É possível observar, que desde 1980, sua impressão recebeu uma roupagem nova, trazendo na capa e em seu interior fotos dos principais eventos discutidos na edição, manchetes, passando a ter a característica similar de um Jornal. O Poeira passou a incluir em seus números discussões da CPT – Nacional, como a luta pela terra, migrações, êxodo rural, reforma agrária, o movimento social dos atingidos por Itaipu. Em suas publicações, o boletim sempre trazia uma mensagem bíblica, porque a instituição tinha vínculos com a Igreja, e para dar ânimo e força para os atingidos. (SCHMITT, 2008, p. 58).

[42] Este projeto era uma tentativa da CPT de conduzir o movimento de resistência dos atingidos, o grupo da CPT, através do Projeto Arca de Noé, propôs em suas práticas e ações a participação de padres e pastores da região atingida para envolvê-los nesta trajetória. O trabalho proposto pelos dirigentes da CPT junto a padres e pastores consistia na organização, na mobilização das comunidades para a realização de grupos de estudos. Na perspectiva do grupo da CPT – regional, envolvendo o maior número de pessoas e descentralizando as tarefas, facilitaria o trabalho coletivo das bases. (SCHMITT, 2008, p. 52).

[43] Instalada em baixo do único pé de árvore do trevo, um pé de canafístula, em frente à Taipa da Injustiça, com dois mil homens de potência, funcionava a todo vapor, para chamar os acampados para as orações, para as assembléias, para os avisos, recados, e para divertir com apresentações de músicos, repentistas, cantores e contadores de piada. (MAZZAROLLO, 2003, p. 155).

usina não se preocupou, em nenhum momento, com o que iria acontecer com as crianças, os idosos, enfim, com todas as pessoas que seriam desapropriadas.

> O drama de uma população obrigada a abandonar o lugar onde criou raízes é facilmente imaginável. Os valores sacrificados em operações desse tipo apresentam variados aspectos e múltiplas dimensões. Alguns desses valores se perdem para sempre; outros podem ser recuperados com o tempo; e outros mais precisam ser substituídos mediante o esforço de adaptação a um novo meio. Vistos em conjunto, os problemas que acompanham todo o processo migratório, seja ele espontâneo ou compulsório, criam um rol de dificuldades nada fáceis de vencer. A questão econômica, geralmente a mais enfocada, não é a mais grave nem a mais sofrida. Os danos e sofrimentos maiores são de ordem cultural, social e afetiva, especialmente pra os idosos, que têm dificuldade de adaptação a um novo meio. (MAZZAROLLO, 2003, p. 44).

Depois de muita batalha contra os "espoliadores" - era assim que os camponeses chamavam o General José Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu e os membros do governo Ernesto Geisel, principalmente os ministros Golbery do Couto e Silva da Casa Civil e, Hugo de Abreu, da Casa Militar – é que eles conseguiram um parco acréscimo no valor das indenizações.

Nesse conturbado processo, o camponês opunha-se aos bloqueios que o condenavam à passividade e ao silêncio e, com suas lutas, eles obrigavam o Estado ao confronto com sua questão essencial: a terra e a liberdade. Porém, faziam isto em tempos e ritmos próprios, forçando concessões políticas por vias indiretas. O campesinato em si enfrentava o poder e os poderosos a partir dos bastidores da história. (MARTINS, 1981). Desta análise, decorre que a expansão do capital no campo foi o responsável neste caso, através da construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, pela expulsão de camponeses do seu espaço de sobrevivência, obrigando muitos ao trabalho assalariado. As terras habitadas pelos camponeses antes da inundação era um componente da estratégia de suas vidas, construído por uma determinada forma de produção e tradição cultural, transferidas, atualmente, para um espaço paraguaio, novo, diverso do anterior.

> O homem do campo identifica-se com seu trabalho e com o chão do qual faz brotar o sustento de tantos. Arrancá-lo do chão rural, empurrando-o para o êxodo incerto em direção às cidades ou não assegurar seus direitos à legítima posse da terra é desrespeitar seus direitos de homem e de filho de Deus. É produzir um perigoso desequilíbrio na sociedade. Jamais o homem é mero instrumento de produção. A terra é um dom de Deus. (MAZZAROLLO, 2003, p. 39)[44].

[44] Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, 1980.

À época de sua constituição, esse espaço novo, no Paraguai, era ainda alheio à identidade que acabaria por receber da sociedade brasileira. Neste contexto, a jornalista Cássia Cortêz, por exemplo, mostra em sua obra como se deu, a partir daí, a abertura de uma frente de trabalho para milhares de famílias de camponeses e trabalhadores rurais itinerantes no vizinho país, saídos das mais diversas regiões do país e, grande parte fruto da expropriação para a construção da Hidrelétrica de Itaipu no extremo oeste paranaense. Todavia, com a consolidação das grandes propriedades do agronegócio e os problemas principalmente, da ameaça as pequenas propriedades brasiguaias, abateu sobre esses trabalhadores uma crise social que fez que mais de mil famílias voltassem de forma organizada ao Brasil, em dezembro de 1985, com o apoio político da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).